

ÍNDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	1
II. CONTEXTO INTERNACIONAL.....	1
III. CONTEXTO SOCIAL E DEMOGRÁFICO NACIONAL.....	4
III.1 OBJECTIVOS E PRIORIDADES CENTRAIS DO GOVERNO.....	4
III.2. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODMs)	4
III.3. PROJECCÕES DO IMPACTO DEMOGRÁFICO E MACROECONÓMICO DO HIV-SIDA.....	8
IV. CONTEXTO MACROECONÓMICO NACIONAL.....	10
IV.1. PRODUÇÃO GLOBAL E SECTORIAL.....	11
A. AGRICULTURA, PECUÁRIA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL	12
B. PESCAS	17
C. INDÚSTRIA EXTRACTIVA.....	18
D. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	20
E. ELECTRICIDADE E ÁGUA	21
F. CONSTRUÇÃO	21
G. COMÉRCIO	22
H. RESTAURANTES E HOTÉIS	22
I. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	22
IV.2. SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL	23
IV.3. INFLAÇÃO	26
IV.4. BALANÇA DE PAGAMENTOS	30
V. PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS POR SECTOR.....	31
V.1. ÁREA SOCIAL	31
A. EDUCAÇÃO	31
B. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	42
C. SAÚDE.....	43
D. TRABALHO.....	48
E. MULHER E ACÇÃO SOCIAL.....	49
F. LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFICIENTES DE GUERRA	52
G. CULTURA	53
H. JUVENTUDE E DESPORTOS	55
I. MEIO AMBIENTE	58
V.2 ÁREA ECONÓMICA.....	60
A. AGRICULTURA.....	60
B. INFRAESTRUTURAS.....	67
C. PESCAS	78
D. RECURSOS MINERAIS	79
E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	82
F. TURISMO	84
G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	88
H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL.....	89
V.3. BOA GOVERNAÇÃO, LEGALIDADE E JUSTIÇA, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO	90
V.4. RELAÇÕES EXTERNAS E DEFESA.....	97

VI. POLÍTICA ORÇAMENTAL	102
VII. QUESTÕES TRANSVERSAIS.....	108
VII.1 GÉNERO.....	108
VII.2 HIV/SIDA	111
VII.3 AMBIENTE	114
VII.4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO.....	116
VII.5 CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	119
VII.6 DESENVOLVIMENTO RURAL.....	120
VII.7 CALAMIDADES	124
VII.8 DESMINAGEM.....	126
ANEXO – MATRIZ ESTRATÉGICA DO PARPA II.....	128

I. NOTA INTRODUTÓRIA

O “Plano Económico e Social para 2007”, operacionaliza o Programa Quinquenal do Governo 2005-2009, no seu terceiro ano consecutivo. As propostas nele contidas baseiam-se no Balanço das actividades realizadas durante o I Semestre de 2006.

Este plano apresenta a estrutura consolidada nos documentos anteriores que consiste em cinco grandes capítulos, nomeadamente: o contexto internacional, o contexto macroeconómico nacional, os principais desenvolvimentos por sector, a política orçamental e, as questões transversais.

Por forma a adequar o Balanço do Plano Económico e Social como principal instrumento de monitoria e avaliação da acção governativa, o presente documento orienta-se pela abordagem consolidada no PARPA II.

No contexto internacional, apresenta-se a evolução da economia mundial o que permite visualizar em que ambiente económico o País irá implementar a sua política económica e social; no contexto macroeconómico nacional são apresentados os principais indicadores económicos; no capítulo dos principais desenvolvimentos por sector são apresentadas as principais medidas e acções de política por implementar; no capítulo da política orçamental é apresentado o envelope de recursos para a implementação das acções previstas. No último capítulo, são apresentadas as medidas de política relacionadas com as questões transversais, em consonância com a abordagem reflectida no PARPA II.

Em anexo, é apresentada a matriz estratégica do PARPA II, que constitui o resumo de indicadores principais das actividades do Governo.

II. CONTEXTO INTERNACIONAL

Estimativas recentes mostram um ambiente no qual o produto mundial poderá crescer a níveis de 4,7% em 2007, motivado pelas condições favoráveis nos mercados financeiros e pelas políticas macroeconómicas menos restritivas ao desenvolvimento, onde as principais economias acompanham esse ritmo acelerado, a exemplo do que aconteceu em 2006 (1º semestre).

Quanto ao comércio mundial, as projecções indicam uma tendência de expansão do volume das transacções de bens e serviços de 7,5% em 2007, em ritmos mais fortes do que a verificada em 2005 e 2006.

A taxa de inflação global, medida pelo índice de preço ao consumidor, tem-se mantido a níveis surpreendentemente baixos, com sinais de continuidade em 2007. Apesar da volatilidade da oferta no mercado petrolífero, e da elevação dos preços dos *commodities*¹ verificado em 2005 e 2006, as estimativas apontam para a continuidade da trajetória de redução dos níveis actuais de inflação tanto nas economias avançadas como nos países em desenvolvimento. A inflação nos

¹ Ouro, Platina, Crude, Cobre e outros

países avançados e na maioria dos países em desenvolvimento, tornou-se menos volátil nos últimos meses.

Nos países em Desenvolvimento, espera-se uma forte expansão da actividade económica, com o PIB a crescer cerca de 7% em 2007. Entre os países avançados, os Estados Unidos irão manter-se como motor do crescimento, enquanto a Zona do Euro irá recuperar de uma forma sustentada. Os países Asiáticos deverão crescer, em virtude da dinâmica do sector tecnológico. Para os países da África Subsahariana, estima-se que o PIB real da região atingirá os 6% em 2007, sob liderança dos países exportadores de petróleo.

Projeções para a Economia Mundial – (Variação Anual em %)

	2005	2006*	2007*
Produto Mundial	4,8	4,9	4,7
Economias Avançadas	2,7	3,0	2,8
Países em Desenvolvimento	7,2	6,9	6,6
Volume de Comércio	7,3	8,0	7,5
Desemprego nas Economias Avançadas	6	5,8	5,8
Preço no Consumidor			
Economias Avançadas	2,3	2,3	2,1
Países em Desenvolvimento	5,4	5,4	4,8
Preços dos Commodities em US\$			
Petróleo	41,3	14,8	2,9
Demais	10,3	10,2	-5,5

Fonte: FMI – World Economic Outlook, April, 2006

* Estimativas

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

As estatísticas mostram que a Economia Norte Americana, continuará a ter um bom desempenho em 2006 e 2007. A produção tem crescido a ritmos estáveis, e tudo indica que este país continuará a envidar esforços por forma a reduzir a taxa de desemprego em 4,7% e a manter a taxa de inflação a níveis de 2,4% em 2007. Estas metas serão alcançadas apesar da imprevisibilidade do preço do petróleo e furacões destruidores. O PIB terá um crescimento sólido, porém, a um ritmo ligeiramente mais baixo. A projecção moderada do crescimento reflecte uma resposta retardada aos preços de petróleo e taxas de juros mais elevados e ao abrandamento do mercado imobiliário.

Produto Interno Bruto real (Taxas de crescimento)

	2005	2006	2007	Quarto Trimestre		
				2005	2006	2007
Alemanha	1,1	1,8	1,6	1,6	2,3	1,6
Japão	2,7	2,8	2,2	4,3	2,2	2,1
Espanha	3,4	3,3	3,0	3,5	3,1	3,0
Reino Unido	1,8	2,4	2,9	1,8	2,5	3,2
Estados Unidos da America	3,5	3,6	3,1	3,2	3,9	3,0
Zona Euro	1,4	2,2	2,1	1,8	2,3	2,2
Total OECD	2,8	3,1	2,9	3,0	3,1	2,9

Fonte: OECD Economic Outlook 79 database

ZONA DO EURO

Nos países da Zona do Euro, a expansão da actividade tem-se beneficiado da forte demanda global, que apesar do crescimento muito forte registado no segundo trimestre de 2006, tem poucas hipóteses de substituir os Estados Unidos como principal motor da economia mundial.

O forte crescimento da Zona do Euro previsto até ao final de 2006, é motivado, principalmente, por uma variação significativa do consumo e do investimento, em vez das exportações, como acontecia nos outros anos.

Apesar de se projectar um crescimento de 2,3% em 2006, o maior desde 2000, antecipa-se, já para 2007, uma travagem para valores abaixo.

ÁSIA

A Ásia mantém o potencial de crescimento, impulsionado pela **China**, com o forte ritmo de investimento e pela elevação das exportações líquidas. Para o biénio 2006-2007, as estimativas indicam uma previsão de um crescimento de 9.5% em 2006 e 9% em 2007. De referir que, haverá uma ligeira redução da contribuição da demanda externa, aliada à intenção anunciada pelo Governo chinês de abrandar a ampliação dos investimentos, em particular nos sectores com excesso de capacidade.

Para 2007, espera-se que a **Índia** cresça 7%, motivada pelo crescimento da produção industrial e da contínua expansão dos serviços, e em particular, das áreas de tecnologia de informação. As exportações estão-se ampliando, porém, menos que as importações.

Após anos de fragilidade deflacionária, o **Japão** tomou um novo rumo, tendo o consumo pessoal e os rendimentos de trabalho aliados aos investimentos com exportações como principal guia de crescimento, projectando-se uma taxa de crescimento na ordem dos 2,2% em 2007.

Na chamada **Ásia em Desenvolvimento**, que exclui Singapura, Coreia, Hong Kong e Taiwan, o forte ritmo de crescimento observado no biénio 2004-2005 deve-se manter em 2006-2007, estimulado pelas condições favoráveis da economia mundial e, em particular, pela ampliação dos investimentos empresariais nos países industrializados. As estimativas indicam a expansão do PIB real em 8% em 2007.

Para a **África**, prevê-se um aumento do PIB real em 2007, motivado pelo crescimento do comércio, em particular, de petróleo e metais, e pelos avanços em alguns países nas políticas macroeconómicas e nas reformas estruturais. A aceleração do crescimento na região será liderada pelos países exportadores de petróleo, que ampliarão a capacidade de produção.

A maior economia na África Subsaariana, a **África do Sul**, tem mantido uma estabilidade no crescimento e nos preços. Estimativas apontam para um incremento moderado do PIB real em 4,3% em 2007. Mesmo com os altos preços do petróleo e a forte demanda interna, a inflação permanece sob controle. A implementação da política fiscal continua no rumo adequado e as

projeções indicam que o endividamento público deverá se manter em níveis sustentáveis. As autoridades estão a implementar reformas, priorizando os investimentos em infra-estruturas, aumento da eficiência nas empresas públicas e medidas de estímulo à concorrência no mercado interno. Os impactos positivos dessas iniciativas para o crescimento poderão ser ainda maiores se forem realizadas reformas no mercado de trabalho.

III. CONTEXTO SOCIAL E DEMOGRÁFICO NACIONAL

III.1 OBJECTIVOS E PRIORIDADES CENTRAIS DO GOVERNO

Em 2007, o Governo continuará a concentrar a sua acção na prossecução dos objectivos definidos no seu Programa Quinquenal para o período 2005-2009, nomeadamente:

- A redução dos níveis de pobreza absoluta, através da promoção do crescimento económico rápido, sustentável e abrangente, focalizando a atenção na criação dum ambiente favorável ao investimento e desenvolvimento do empresariado nacional e da incidência de acções na educação, saúde e desenvolvimento rural;
- O Desenvolvimento económico e social do país, orientado prioritariamente às zonas rurais, tendo em vista a redução dos desequilíbrios regionais;
- A consolidação da Unidade Nacional, da Paz, da Justiça e da Democracia, bem como do espírito de auto-estima dos cidadãos, como condições indispensáveis para um desenvolvimento harmonioso do país;
- A valorização e promoção da cultura de trabalho, zelo, honestidade e prestação de contas;
- O Combate à corrupção, ao burocratismo e à criminalidade;
- O Reforço da Soberania e da Cooperação Internacional.

Note-se que, para a prossecução dos Objectivos do Programa do Governo, constituem áreas-chave de intervenção, a Educação; Saúde; Infra-estruturas; Agricultura; Desenvolvimento Rural; Boa Governação, Legalidade e Justiça; e, Políticas Macroeconómicas, Financeiras e de Comércio Internacional.

III.2. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODMs)

O compromisso assumido na Declaração do Milénio adoptada, em Setembro de 2000, na Cimeira do Milénio, contempla 8 Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM's) correlacionadas a 14 metas e 48 indicadores, que realçam questões relativas à paz, segurança e desenvolvimento, bem como preocupações ligadas ao ambiente, direitos humanos, democracia e boa governação.

1. Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome

A principal meta deste objectivo é de reduzir em metade a percentagem de pessoas que vivem em extrema pobreza ou que sofrem de fome.

A incidência da pobreza em Moçambique reduziu de 70% em 1997 para 54% em 2003. O desafio actual preconizado no PARPA II é reduzir a pobreza até 45% em 2009. Apesar dos avanços significativos em diferentes áreas, continuam enormes os desafios para reduzir a pobreza absoluta e o fomento do crescimento económico rápido sustentável e abrangente, considerado um aspecto intrínseco ligado a este e a todos outros ODMs.

A média de crescimento económico de 1996 a 2006 é de 8%, estando previsto um crescimento de 7% em 2007, onde a agricultura, principal fonte de rendimentos da população, prevê-se que cresça 12%, ou seja, acima da média nacional, prevendo-se deste modo, uma grande contribuição da agricultura no combate à pobreza.

Prevê-se a produção de 2.403 mil toneladas de cereais contra as 2.098 mil toneladas da campanha anterior, representando um crescimento de 14.6%. A produção de leguminosas crescerá 7.6%, atingindo 392 mil toneladas. A produção da mandioca crescerá 8.4%, atingindo 8.185 mil toneladas. A produção da carne de bovina, suína e frango totalizará 14.553 toneladas contra 12.600 de 2006. A produção pesqueira atingirá 75.102 toneladas das quais 45.230 toneladas (60,22%) produzidas pelo sector artesanal.

2. Atingir o Ensino Primário Universal

A meta é garantir que até 2015, todos os rapazes e raparigas concluam um ciclo completo do ensino primário.

No país, registam-se avanços significativos na expansão do ensino com aumentos significativos no ingresso tanto de raparigas como de rapazes. Referir que a taxa líquida de matrículas a nível do EP1 aumentou de 44% para 88.3% de 1997 para 2006, respectivamente. Constituem principais desafios para o país: a expansão e consolidação da rede escolar (para todos os níveis e tipos de ensino) de forma equitativa e sustentável, tratando das assimetrias regionais e assegurando que as instituições ofereçam ambientes seguros e sensíveis ao género.

Para 2007, em termos de cobertura escolar, prevê-se que a taxa líquida de escolarização no Ensino Primário (EP1+EP2) seja de 88%. Em geral, espera-se um crescimento mais acentuado no número de alunos do ensino primário particularmente para o EP2 (28.9%), no EP1 espera-se que cerca de 3,9 milhões de alunos frequentem este nível o que corresponde um crescimento de 9.7% comparativamente ao ano de 2006. Para o efeito, estarão a funcionar um total de 9,337 escolas para o EP1, o que representa um crescimento de 4,3% comparativamente a 2006.

A taxa de conclusão do EP2 pelas meninas espera-se que seja de 40%, e a taxa bruta de conclusão do EP, se espera que seja de 50%.

3. Promover a Igualdade do Género e a Autonomia das Mulheres

A meta é reduzir as disparidades de género em todos os níveis do ensino até 2015, priorizando os níveis primário e secundário.

As previsões para 2007, apontam para a taxa líquida de escolarização das raparigas aos 6 anos na 1ª classe de 67%, prevendo-se atingir 80% em 2009. A percentagem de raparigas no EP1 será de 48%; no EP2 43%; no ESG1 43.5%, no ESG2 40.5%; no nível elementar 23%; no nível básico 25%; e no nível médio 24%.

Neste sentido, o Governo continuará a sensibilizar as comunidades para o ingresso da rapariga, no ensino com a idade oficial, de 6 anos de idade.

4. Reduzir a Mortalidade Infantil

A meta define a redução em dois terços, até 2015, da taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos.

De 1997 para 2003, registou-se uma redução da mortalidade infantil em menores de 5 anos, tendo passado de 147 para 125 por mil nados vivos.

Para 2007, prevê-se continuar a melhorar os cuidados aos recém-nascidos, através do aumento da cobertura das consultas (em 74% crianças dos 0-4 anos de idade, 98% para crianças dos 0-11 meses), destinadas ao controlo de crescimento das crianças, da expansão da implementação da Estratégia Atenção Integrada às Doenças Infantis (AIDI) para todos os distritos, do reforço do PAV e do apetrechamento adequado dos serviços de pediatria em todo o país.

Para reduzir o impacto do HIV/SIDA e de outras doenças preveníveis (ex: malária), nas crianças, está prevista a realização de cursos de TARV pediátrico para garantir a sua expansão e consequente tratamento, abrangendo 11.200 crianças.

5. Melhorar a Saúde Materna

A meta é reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.

Em Moçambique, as enfermidades reprodutivas são responsáveis por cerca de um quinto do total das doenças e por um terço de todos os óbitos, entre as mulheres em idade reprodutiva.

Em 2007, prevê-se o aumento da taxa de cobertura de partos para 52%. Para atingir esta meta, serão privilegiadas as acções de expansão de Cuidados Obstétricos Essenciais e Completos (COEB); fortalecimento do sistema de referência e reforço do planeamento familiar.

6. Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças

A meta é travar até 2015 e iniciado a inversão do alastramento do HIV/SIDA. Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começando a inverter a tendência actual.

Na área de controlo das grandes endemias, o sector tem vindo a registar progressos assinaláveis. Contudo, o HIV/SIDA continua a ser uma das maiores ameaças ao desenvolvimento de Moçambique. Dados apurados indicam que o número de infecções-dia, os órfãos maternos devido ao SIDA têm estado a aumentar significativamente.

Neste sentido, para o ano de 2007, pretende-se realizar diversas acções intensivas na óptica de prevenção do HIV/SIDA, havendo previsão de aumentar o grau de cobertura da prevenção da transmissão vertical para 13% (correspondendo a 22.500 mulheres grávidas), reduzir o peso e o impacto da malária, dando continuidade ao programa de controlo vectorial, através das pulverizações intra-domiciliárias (PIDOM), distribuição de redes mosquiteiras impregnadas (REMTI) além do controlo larval. Assim, prevê-se a realização de 84 pulverizações, 41 das quais com DDT e outras 43 com outro tipo de insecticidas, atingindo uma cobertura de pulverização domiciliária residual de 40% da população, prevê-se, igualmente, atingir uma cobertura de despiste de tuberculose de 50%, e reduzir a prevalência da lepra para menos de 1 caso por 10 mil habitantes.

7. Garantir a Sustentabilidade Ambiental

A meta é integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas sectoriais e inverter a perda dos recursos ambientais

Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável a água potável.

Nos últimos anos, registaram-se avanços significativos na abordagem da questão ambiental como assunto transversal. Neste contexto, há progressos na elaboração de políticas, estratégias, regulamentos para assegurar a integração dos princípios de desenvolvimento sustentável, em todos sectores incluindo o sector de águas e saneamento.

Para 2007, prevê-se a construção de 1055 fontes e a reabilitação de 805 fontes entre poços e furos, beneficiando cerca de 930.000 pessoas adicionais, elevando assim a taxa de cobertura para 46%. Passando para uma cobertura média de 40% da população urbana.

Na área de saneamento está previsto o prosseguimento do programa de construção de latrinas melhoradas, e adoptada uma, abordagem integrada para as áreas de saneamento e do abastecimento da água.

8. Criar uma Parceria Mundial em Prol do Desenvolvimento

A meta é desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório, incluindo um compromisso em relação à boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza.

O Governo irá prosseguir com acções tendo em vista o relacionamento privilegiado e diversificado com todos os parceiros de desenvolvimento com vista a materialização dos seus planos e programas através de:

- i) Promoção das relações de amizade, solidariedade e cooperação com todos os Estados, baseadas no respeito mútuo pela soberania e integridade territoriais, igualdade, não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios;
- ii) Reforço da cooperação bilateral e multilateral com outros países e organizações internacionais através da realização e recepção de visitas a todos os níveis, do estabelecimento e/ou realização de comissões mistas e/ou consultas anuais, e através da participação em conferências internacionais;
- iii) Prosseguimento da actividade diplomática, visando a mobilização de recursos materiais e financeiros para apoiar a implementação de programas e projectos de erradicação da pobreza e assegurar o crescimento económico no âmbito da implementação do PARPA II;
- iv) Prosseguimento com a actividade diplomática para obtenção do perdão total da dívida moçambicana junto à vários parceiros internacionais, incluindo o diálogo, monitoria e avaliação no âmbito do apoio programático com os Parceiros do Apoio Programático (PAPs);
- v) Desenvolvimento de actividades de divulgação, monitoria, avaliação e implementação de programas e iniciativas no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) a nível nacional, nomeadamente do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF).

III.3. PROJEÇÕES DO IMPACTO DEMOGRÁFICO E MACROECONÓMICO DO HIV-SIDA

Moçambique é um país com população bastante jovem, (cerca de 45% da população total do país tem a idade inferior a 15 anos). Apesar dos esforços do Governo em melhorar as condições de vida da população, alguns dos principais indicadores de prestação de serviços sociais básicos revelam que, ainda, persistem desafios neste domínio. A Taxa de Mortalidade Infantil que é de 124 por mil, a Taxa Global de Fecundidade de 5.5 filhos por mulher e, a Esperança de Vida à Nascimento, 47 anos, situam-se a níveis preocupantes para o país.

Estima-se que 500 pessoas contraem novas infecções do HIV por dia no país, onde a maioria das novas infecções acontecem entre as pessoas já HIV positivas (reinfecção). Como consequência, calcula-se que o número de novos casos de SIDA venha a atingir 147,492 no ano de 2007 e um pouco mais de 1,7 milhões de pessoas poderão estar infectadas pelo vírus em 2007, principalmente nas faixas etárias dos 15 aos 49 anos, onde as mulheres se afiguram as mais vulneráveis.

Os órfãos maternos devido ao SIDA têm estado a aumentar, enquanto que os órfãos cujas mães morrem por outras causas tendem a reduzir. Outra consequência do SIDA é a redução da esperança de vida ou longevidade vital da população quando num cenário de ausência do SIDA estimou-se que a esperança de vida ao nascer passaria de 44 anos em 1999, para 50 anos em 2010. Considerando os efeitos da pandemia, a longevidade vital dos moçambicanos irá decrescer esta expectativa, consideravelmente, no futuro.

A faixa etária mais vulnerável é a dos jovens e muito em particular as raparigas, observa-se que a mortalidade causada pelo SIDA está a mudar a estrutura populacional devido a um súbito decréscimo no número de adultos acima dos 30 anos facto que tem efeitos incalculáveis no tecido sócio-económico do País.

Devido a esta pandemia, prevê-se que a população em idade escolar, bem como a que frequenta já a escola diminua, pondo assim, em causa a capacidade do sistema educativo de responder ao seu mandato de formação de capital humano com capacidade para produzir e inovar cada vez mais e assegurar o crescimento social e económico do nosso país.

As análises das implicações do HIV/SIDA para o crescimento económico indicam também, que as taxas anuais de crescimento do PIB per capita seriam entre 0,3% e 1,0% mais baixas que num cenário sem SIDA, durante o período entre 1997 e 2010 com efeitos mais fortes no período de 2005 a 2010. As principais causas de redução do crescimento são: (1) reduzida taxa de crescimento da produtividade, (2) reduzida taxa de crescimento populacional e de acumulação de capital humano, e (3) rácio reduzido de acumulação de capital físico.

Dependendo do tempo e da gravidade com que a pandemia do HIV/SIDA, se fizer sentir ao longo dos anos, os impactos resultantes terão efeitos cumulativos danosos a longo prazo na economia nacional.

Relativamente ao crescimento económico per capita, os impactos do SIDA no período 2005-2010 calculam-se numa fracção que se situa no intervalo entre 10 a 50 por cento, da taxa de crescimento per capita de cinco por cento. A mitigação dos efeitos da pandemia e a manutenção das condições básicas para o prolongamento da vida dos infectados, são acções extremamente importantes previstas na estratégia nacional do combate ao HIV/SIDA, para um crescimento económico sustentável e para a redução da pobreza.

Entre outras acções a desenvolver na vertente populacional importa destacar o seguinte:

- Realização do Recenseamento Geral da População e Habitação;
- Garantir a disponibilidade de informação fiável e actualizada sobre a situação da população e do desenvolvimento humano do país, de forma a obter-se uma base apropriada para a formulação, implementação e avaliação de políticas e acções nos diversos níveis e sectores;
- Promover a integração sistemática dos factores populacionais em todas as políticas e programas que visem a melhoria da qualidade de vida da população;
- Promover a coordenação multisectorial e interdisciplinar na formulação e implementação de programas de intervenção que respondam às principais preocupações nacionais sobre população;
- Reforçar as actividades de Informação, Educação e Comunicação que permitam às mulheres, homens e adolescentes gerir a sua vida

- reprodutiva e sexual em conformidade com os seus desejos, capacidades individuais e sentido de responsabilidade cívica e social;
- Contribuir para uma distribuição equilibrada da população, tendo em conta a necessidade duma urbanização equilibrada;
 - Contribuir para a melhoria da esperança de vida da população através, da expansão do acesso e da cobertura dos serviços de saúde, tanto como da melhoria da qualidade dos cuidados de saúde;
 - Melhorar progressivamente os níveis de instrução da população ao nível nacional a partir dos serviços de saúde e educação;
 - Introduzir gradualmente, no âmbito da redução de morbilidade provocada por doenças de origem hídrica, uma abordagem integrada dos programas de abastecimento de água, de saneamento e da promoção de higiene;
 - Assegurar o acesso à terra, infra-estruturas para habitação através da implementação de programas de urbanização, promovendo o acesso a habitação adequada, através de assistência, monitoria e treinamento dos produtores de materiais de construção nas comunidades.

IV. CONTEXTO MACROECONÓMICO NACIONAL

A economia nacional vem registando ritmos de crescimento económico elevados, acompanhados pela estabilidade macroeconómica, não obstante a ocorrência de choques externos. Actualmente, a alta de preços de combustível, que dura desde 2005 constitui o choque mais influente na dinâmica da economia moçambicana, cuja gestão tem exigido redobrada atenção por parte do Governo.

PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS 2005 A 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
PIB nominal (10 ⁶ USD)	6,636	7,296	7,839	8,317	9,049
PIB nominal (10 ⁶ MTn)	153,041	185,696	210,490	236,713	269,631
Crescimento real do PIB (%)	7.0	7.9	7.0	7.0	7.0
Inflação Média anual (%)	6.4	12.5	5.9	5.1	6.5

A vulnerabilidade aos choques externos, agrava-se dado o facto de a economia moçambicana ser dependente do sector externo. Contudo, importa salientar que mercê do contínuo crescimento da arrecadação de receitas e da gestão criteriosa das despesas, o país vem experimentando uma contínua redução do défice fiscal.

Com efeito, a receita do Estado vem crescendo de forma acentuada, tendo evoluído de 14.6% em 2005 para 15.2 pp de PIB em 2006 e prevendo-se que para 2007, alcance os 15.4 pp do PIB. Por seu turno, as despesas do Estado vem sendo alocadas prioritariamente nas áreas com o potencial para sustentar o crescimento económico, a longo prazo e nas que a curto prazo possam propiciar maior geração de rendimentos.

Resumo dos Recursos Totais

Orçamento do Estado 10 ⁶ MTn	2005 CGE	2006 OE	2007 Plano	% DO PIB		
				2005 CGE	2006 OE	2007 Plano
Total de Recursos	44,522	52,881	70,897	29.1%	29.8%	33.7%
Recursos Internos	24,532	27,017	32,461	16.0%	15.2%	15.4%
Receitas do Estado	20,941	27,017	32,461	13.7%	15.2%	15.4%
Crédito Interno	3,591	0	0	2.3%	0.0%	0.0%
Recursos Externos	19,990	25,864	38,435	13.1%	14.6%	18.3%
Donativos	11,892	16,757	25,189	7.8%	9.5%	12.0%
Créditos	8,098	9,107	13,246	5.3%	5.1%	6.3%

Assim, a política orçamental para 2007 tem em vista propiciar uma gestão que mantenha contida a inflação a um dígito, por forma a assegurar um crescimento económico sustentável a médio e longo prazo.

A política fiscal e monetária a implementar durante o ano de 2007 continuará a ser orientada para a contenção do crescimento da massa monetária e do crédito ao Governo, tendo como finalidade, por um lado, manter a estabilidade macroeconómica, e por outro, manter crescentes as disponibilidades financeiras à economia.

Os **principais objectivos macroeconómicos para 2007**, resumem-se no seguinte:

- Alcançar um crescimento económico de cerca de 7.0%.
- Conter a taxa de inflação média anual em 5.9%;
- Atingir um nível de 2,292 milhões de dólares, em exportações de bens, o que representa um crescimento de cerca de 9.0%;
- Atingir um nível de reservas internacionais líquidas que financiem cerca de 4 meses de importações de bens e serviços;
- Prosseguir com a criação de condições que tornem atractivo o investimento em Moçambique, salvaguardando, no entanto, uma correcta gestão do meio ambiente;
- Melhorar a quantidade e qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, água e saneamento, estradas e energia;
- Continuar com a Descentralização do Orçamento do Estado para os Distritos.

IV.1. PRODUÇÃO GLOBAL E SECTORIAL

A Produção global e sectorial para 2007 aponta para um crescimento de 7.2%. Para o alcance deste resultado será determinante o desempenho esperado na agricultura, nos transportes e comunicações e os investimentos a serem realizados no sector de construção. O aumento da produção agrícola resultará fundamentalmente da expansão das áreas de cultivo em todas as culturas, principalmente nos cereais, e da disseminação, pelos serviços de extensão rural, de apropriadas tecnologias que garantam o aumento da produção agrícola. O desempenho programado no sector dos transportes e comunicações será

fundamentado pelo crescimento previsto no transporte rodoviário e nos serviços de comunicações.

PRODUÇÃO GLOBAL E SECTORIAL - Taxas de Crescimento (%)

PRODUÇÃO	2005 BL	2006 PL	2007 PL
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA	1.8	6.5	11.2
Agricultura	1.5	6.9	12.2
Pecuária	0.7	5.8	9.7
Silvicultura e Exploração Forestal	5.6	2.9	2.9
PESCA	3.4	3.3	3.5
IND. EXTRACÇÃO DE MINERAIS	11.1	14.6	11.0
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	3.6	4.3	3.9
ELECTRICIDADE E ÁGUA	12.8	4.3	9.0
CONSTRUÇÃO	25.8	27.3	8.0
COMÉRCIO	2.1	8.7	5.5
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO	1.1	1.0	0.6
RESTAURANTES E HOTEIS	6.1	6.1	8.5
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	19.5	9.6	14.2
SERVIÇOS FINANCEIROS	2.9	2.8	2.4
ALUGUER DE IMÓVEIS	2.4	2.4	2.4
SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS	5.6	4.5	3.5
SERVIÇOS DO GOVERNO	21.0	9.6	9.1
OUTROS SERVIÇOS	1.4	1.0	0.1
TOTAL PRODUÇÃO	8.4	8.2	7.2

Estão igualmente previstos crescimentos significativos na pecuária, na produção de recursos minerais, electricidade e água, e na prestação de serviços de educação e saúde pelo Governo.

A produção global da economia, tem como alicerces, o esforço conjunto do Governo, sector privado e outros agentes de desenvolvimento, no quadro da luta contra a pobreza absoluta.

A. AGRICULTURA, PECUÁRIA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Para o ano de 2007, não se prevê nenhuma perturbação climática à escala nacional, prevendo-se a ocorrência de chuvas normais², pelo que se espera um crescimento de 12.2% na produção agrícola global. O sector familiar irá registar um incremento de 12.9%.

O aumento prognosticado deve-se, fundamentalmente, ao aumento previsto nas áreas de cultivo das culturas alimentares, e ao esforço do Governo na disseminação de tecnologias de produção agrícola, através dos serviços de extensão rural, onde será implementado o programa de intensificação e diversificação da produção agrária, prevendo-se assistir cerca de 30,000 agricultores na produção de 55,000 ton. de milho, 30,000 ton. de arroz, 8,000 ton. de feijões, 5.000 ton. de mandioca entre outros produtos. Adicionalmente,

² Previsão Climática para o Período de Outubro a Dezembro 2006 e Janeiro a Março 2007 (Instituto Nacional de Metereologia)

os níveis de produção serão influenciados com o arranque da 2ª época agrícola, principal época de hortícolas.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - Taxas de Crescimento (%)			
	04/05 BL	05/06 PL	06/07 PL
TOTAL	1.5	6.9	12.2
EMPRESARIAL	-10.4	8.4	5.1
FAMILIAR TOTAL	3.0	6.7	12.9
FAM. COMERCIALIZADO	8.1	10.7	17.9
AUTOCONSUMO	0.2	4.4	9.8

A previsão da produção e das áreas de cultivo para a campanha 2006/07

Campanha 2005/06			Campanha 2006/07		Variação	
Culturas	Área	Produção	Área	Produção	Área	Prod
	'000 ha	'000 ton	'000 ha	'000 ton	%	%
Milho	1,471	1,534	1,714	1,768	16.5	15.3
Mapira	542.3	339	654	366	20.6	7.9
Mexoeira	97	43	124	45	28.1	5.5
Arroz (casca)	194	183	221	225	13.7	23.0
Total Cereais	2,305	2,098	2,713	2,403	17.7	14.6
Feijões	458	219	474	239	3.5	8.9
Amendoim	315	146	345	154	9.5	5.7
Total leguminosas	774	365	820	392	5.9	7.6
Mandioca	1,126	7,552	1,174	8,185	4.3	8.4

apurada pelo sistema de Aviso Prévio revela que, embora o aumento das áreas de cultivo não seja, a longo prazo, a forma sustentável para o aumento da produção agrícola, ainda permite gerar maiores níveis de produção. Deste modo, a desminagem é um pressuposto básico para o desenvolvimento da agricultura, e este deve ser acompanhado pela providência de serviços públicos aos camponeses.

PRODUÇÃO EMPRESARIAL E COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR (%)

(Taxas de Crescimento)

DESIGNAÇÃO	04/05 BL	05/06 PL	06/07 PL
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	30.1	5.8	11.6
Castanha	142.7	-13.6	19.4
Algodao	-12.6	25.2	10.0
Copra	0.0	0.0	0.0
Cana de açúcar	19.0	11.7	10.3
Citrinos	0.0	0.0	16.7
Cha folha	5.7	0.0	0.0
PRODUTOS BASICOS ALIMENTARES	-4.2	8.0	27.6
Milho	1.8	4.8	2.8
Arroz Casca	-11.7	3.6	10.9
Mapira	-6.5	2.8	0.0
Mandioca	3.5	3.8	5.6
Amendoim descascado	-0.2	3.0	5.2
Feijao	3.2	5.0	6.9
Hortícolas	-26.8	20.9	96.0
Cebola	-66.5	33.0	11.0
PRODUTOS PARA A INDUSTRIA	24.1	18.2	0.2
Tabaco	33.9	28.5	0.0
Tomate	4.3	6.0	0.7
TOTAL	4.8	10.1	14.2

Como corolário dos aumentos previstos na produção, a comercialização agrícola global registará um crescimento de 14.2%. Cerca de 75% do aumento previsto resultará da comercialização de produtos básicos alimentares, que registarão um crescimento de 27.6%.

A produção e comercialização da castanha atingirá 75.000 toneladas contra cerca 62.821 toneladas da campanha de 2006. Este crescimento, prevê-se que seja acompanhado pela expansão da indústria de processamento do caju, sobretudo na zona norte, onde se prevê que sejam processadas 38.550 toneladas, e empregados um total de 6.000 trabalhadores nas fábricas.

A previsão do crescimento da produção da castanha é sustentada pela expansão do programa integrado de gestão de pragas e doenças, com o controle químico de oídio de cajueiros em 4.000.000 árvores, abarcando todas as regiões com potencial produtivo para o caju, particularmente as províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Inhambane, Gaza e Maputo, e beneficiando 131.250 famílias.

Com vista alcançar o desenvolvimento sustentável desta cultura, estão previstas entre outras medidas as seguintes:

- Incentivo à realização de novos plantios para expansão e substituição do parque cajuícola envelhecido;
- Realização de maneio integrado de pomares de cajueiro, que consiste no encorajamento a práticas agro-técnicas adequadas, que incluem as podas e limpezas fito-sanitárias e o controle de pragas e doenças com recurso a insecticidas e fungicidas;

- Identificação de variedades da cultura adaptadas à realidade do país, que sejam simultaneamente mais produtivas e menos susceptíveis a doenças e pragas, por forma a tornar esta cultura economicamente rentável.

A estimativa de produção e comercialização do algodão indica um crescimento de 10%, e atingirá 110 mil toneladas de algodão-carço.

O crescimento previsto nos citrinos espelha o impacto dos serviços de extensão, que tem divulgado técnicas para melhorar a qualidade comercial de fruteiras e divulgação de conhecimentos sobre o funcionamento de mercados para as frutas.

Está programada a expansão de 2.8% das áreas de cultivo da cana, o que resultará num crescimento de 10% na produção da cana. Neste contexto, a produção industrial do açúcar pelas fábricas Marromeu, Mafambisse, Xinavane e Maragra, registará um crescimento de 10%, atingindo 308.285 toneladas de açúcar.

COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR
(Taxas de Crescimento em Volume %)

DESIGNAÇÃO	05/06 PL	06/07 PL
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	-5.4	13.7
Castanha	-39.8	19.4
Algodao	38.8	11.2
Cana de açúcar	0.0	166.7
Citrinos	0.0	0.0
PRODUTOS BASICOS ALIMENTARES	6.5	34.4
Milho	12.7	3.5
Arroz Casca	42.6	14.3
Mapira	124.2	0.0
Mandioca	10.5	7.1
Amendoim descascado	2.7	5.3
Feijao	-0.1	7.4
Hortícolas	-1.3	153.7
Cebola	-36.2	4.3
PRODUTOS PARA A INDUSTRIA	11.9	0.1
Tabaco	6.3	0.0
Tomate	281.6	2.1
TOTAL	5.0	17.9

A comercialização de produtos básicos alimentares será fundamentada pelo crescimento da comercialização de hortícolas do sector familiar, que representará um crescimento de 153.7%. Para o efeito, serão desenvolvidas entre outras acções as seguintes:

- Disseminação de um pacote tecnológico para o maneo integrado de pragas de hortícolas;

- Montagem de 10 sistemas de tanques elevados na província de Sofala nos distritos de Caia (2), Cheringoma (2), Machanga (1), Maríngue (1), Chemba (1), Marromeu (1), Chibabava (1), e Búzi (1);
- Construção e/ou reabilitação de 4.000 ha de regadios;
- Reabilitação/construção da infra-estrutura hidro-agrícola de Thewe, Mungonhane e Licuari nos distritos de Mopeia, Namacurra e Nicoadala em 217 ha, 50 ha e 15 ha respectivamente, na província da Zambézia.

A produção de tomate do sector familiar irá crescer 2.1% face aos níveis de 2006.

A comercialização do sector familiar registará um crescimento de 17.9%. De referir que 85% da produção global comercializada, resultará do sector familiar.

A produção pecuária registará um crescimento de 9.7%, como resultado dos seguintes factores:

- Vigilância e controlo de doenças cada vez mais abrangente (prospecção e vacinações obrigatórias);
- Construção e reabilitação de infra-estruturas pecuárias de maneio e de comercialização;
- Fomento de animais e realização de investimentos privados com particular incidência na avicultura.

PRODUÇÃO PECUÁRIA (Taxas de Crescimento em Volume (%))

Descrição	2006 PL		2007 PL	
	SECT. FAM.	SECT. EMP.	SECT. FAM.	SECT. EMP.
Gado Bovino	3.8	3.8	8.0	8.0
Gado Suíno	2.0	2.0	0.0	0.0
Aves vivas	3.1	0.0	5.7	33.1
ovos frescos	16.4	20.9	2.4	1.5

As projecções dos efectivos para o ano de 2007, efectuadas com base nos resultados do último Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA 2005), indicam que o efectivo de bovinos será de 1,632,960 cabeças em 2007 contra 1,512,000 previstas em 2006, o que representará um crescimento de 8.0%.

Os suínos continuam a ser criados em pequenas explorações, como resultado da prevalência da Peste Suína Africana, o que evidencia uma relativa estagnação dos seus efectivos.

O sector de silvicultura e exploração florestal registará um crescimento de 2.9% no global, onde a produção empresarial de madeira em toros atingirá 5%. Este crescimento irá ditar, por seu turno, um crescimento nas indústrias de processamento da madeira, nomeadamente de Madeira serrada, Parquete, Contraplacado e Folheados. Este aumento justifica-se pelo aumento da procura dos produtos florestais nos mercados interno e externo.

B. PESCAS

A produção pesqueira registará um crescimento de 3,5%, onde a pesca empresarial registará um crescimento de 5,4%.

O plano de capturas da pesca empresarial (industrial e semi-industrial) indica a cifra de 32,872 toneladas de diverso pescado. Neste volume estão contabilizadas 7 mil toneladas de peixe de água doce.

PRODUÇÃO PESQUEIRA -Taxas de Crescimento (%)

	2005 BL	2006PL	2007 BL
TOTAL	6.8	3.3	3.5
EMPRESARIAL	16.5	5.1	5.4
FAMILIAR TOTAL	-3.0	0.6	0.0
FAM. COMERCIALIZADO	-8.5	0.0	0.0
AUTOCONSUMO	2.5	1.2	0.0

Pesca Industrial e Semi-Industrial

	2007 PL Ton.	Tx de Crec. %
Lagosta	2	0.0
Caranguejo	160	6.7
Gamba	1,850	2.8
Peixe Linha	600	0.0
Camarão*	9,200	7.0
Lagostim	100	0.0
Lulas e Polvo	160	23.1
Kapenta	13,500	0.0
Peixe d'agua Doce	7,000	4.5
F. Acomp.	1,500	25.0
Total	32,872	5.4

Pesca Artesanal

	2007 PL Ton.
Lagosta	5
Carangueijo	170
Peixe	50,000
Camarão	2,000
Cefalópodes	200
Tubarão	600
Outros	1,500
Total	54,475

*Inclui Aquacultura

Importa referir que a produção do peixe de água doce, até recentemente, não era coberta pelas estatísticas do sector. A sua produção ocorre tanto ao nível de capturas na albufeira de Cahora Bassa, assim como ao nível da piscicultura.

A pescaria do camarão do sector empresarial irá atingir 9.200 toneladas, onde a pesca tradicional do camarão estará na cifra de 8.000 toneladas e a produção da aquacultura atingirá 1.200 toneladas.

A pescaria da gamba continua a apresentar tendência de melhorias no nível dos rendimentos médios diários alcançados nos últimos anos. A evolução média dos primeiros seis meses de 2004 foi de 462 kg/dia, tendo pasado para 511 kg/dia em 2005 e 563 kg/dia em 2006. Esta melhoria reflecte-se no volume total de capturas, o que permite projectar um crescimento de 2.8% em 2007.

Com vista a estimular a produção e as exportações do pescado, será iniciada a reconstrução do Porto de Pesca da Beira e reabilitado o Porto de Pesca de Angoche.

C. INDÚSTRIA EXTRACTIVA

A produção mineira tem vindo a apresentar índices de crescimento significativos nos últimos anos. O plano para 2007 indica o alcance de uma taxa de crescimento de 11.0%. Este crescimento é fundamentado pelo aumento previsto na produção de calcário. O crescimento de 58.3%, previsto na extracção deste mineral, justifica cerca de 50% do crescimento do sector.

A par do calcário, estão programados crescimentos assinaláveis em recursos minerais que não têm grande peso na estrutura de produção do sector, como é o caso do carvão, bentonites, granada facetável, pedras lapidadas e água marinha.

RECURSOS MINERAIS - Taxas de Crescimento em Volume (%)

DESIGNAÇÃO	2005 BL	2006 PL	2007PL
Carvão	-79.3	200.0	76.2
Bauxite	6.0	24.0	10.2
Grafite	0.0	0.0	0.0
Bentonite bruta	0.0	0.0	80.5
Bentonite tratada	-5.4	11.1	16.7
Bentonite triada	4.2	22.4	66.7
Bentonite Activada	0.0	0.0	0.0
Mármore em chapas	-11.1	24.0	20.2
Mármore em blocos	-17.5	33.3	4.9
Granada facetável	-19.1	104.5	26.1
Pedras lapidadas	0.0	0.0	0.0
Ouro	12.3	7.7	19.4
Água Marinha Refugio	129.0	120.0	16.2
Turmalinas	-84.4	29.6	26.4
Tantalite	-60.5	16.1	20.8
Berilo	435.9	20.0	28.3
Areia	-41.7	3.6	9.1
Calcário	-58.9	15.0	58.3
Riolitos	14.4	34.8	33.3
Granitos	322.0	150.0	0.0
Dumortiorite	-91.2	20.0	10.0
Gás Natural	78.7	4.1	1.9
TOTAL	11.1	14.6	11.0

A produção de gás natural e condensado teve início em 2004. Assim, para 2007 prevê-se um crescimento de 1.9% na produção de gás natural e 2,1% na produção de condensado.

De referir que o plano de produção de Gás para 2007, equivale à utilização de 88% da capacidade instalada no Centro de Processamento do Gás. Em 2008, prevê-se o uso de 100% da capacidade instalada.

A produção de carvão apresenta boas perspectivas, tendo em conta a instalação de novo equipamento pela nova concessionária da mina Chipanga XI, onde se

prevê a produção de 37 mil toneladas de carvão, significando um crescimento de cerca de 76.2%.

A produção de tantalite tem apresentado um comportamento estável nos últimos anos. Em 2007, a produção deste mineral será de 260 mil toneladas, o que representará um crescimento de 20,8 %.

O início da produção no projecto das areias Pesadas de Moma está previsto para princípios de 2007, onde está prevista a produção de 350 mil toneladas de ilminite, 30 mil toneladas de Zircão e 9 mil toneladas de Rutilo. Estes níveis de produção correspondem a 50% da capacidade prevista. A entrada em funcionamento deste projecto elevará, em certa medida, a contribuição do sector mineiro no crescimento económico do país.

A produção de Dumortiorite tem enfrentado problemas de mercado, e falta de equipamento. Contudo, em 2007 a produção programada representa um crescimento de 10%.

Espera-se um crescimento médio de 22% na maioria dos recursos minerais de produção de pequena escala (ouro, águas marinhas, águas marinhas refugio, turmalinas, turmalinas refugio).

D. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

A produção industrial empresarial atingirá um crescimento de 4.7%. No global, a produção industrial empresarial e familiar registará um crescimento de 3,9%.

Produção Industrial Empresarial

	2005 BL	2006	2007	Tx de cresc. (%)
Outras Indústrias Extractivas	10,9	11,4	12,1	6,1
Ind. Alimentares e Bebidas	6.006,5	6.539,9	7.284,9	11,4
Indústria de Tabaco	445,2	1.430,0	1.644,5	15,0
Fabricação de Têxteis	21,0	51,4	57,4	11,7
Ind. de Vestuário; Prep. Ting. Fab. Pele	89,3	29,0	37,1	27,9
Curt. e Acab. Peles s/Pêlo; Fab Artigos	29,5	31,3	32,9	5,1
Fab. Pasta, Papel e Cartão e s/Artigos	201,8	201,8	219,4	8,5
Edição, Imp. e Rep. Suportes de Inf. G.	464,9	465,0	489,6	5,3
Fabricação de Produtos Químicos	469,9	471,1	496,5	5,4
Fab. Art. Borracha e Mat. Plástico	279,4	279,8	306,5	9,5
Indústria Metalúrgica de Base	23.404,3	23.824,8	24.291,9	2,0
Fab. Prod. Met. Excep. Máq. e Equip.	185,8	122,0	129,7	6,3
Fab. Máquinas e Equipamento	58,1	52,3	52,3	-
Fab. de Máq. e Apar. Eléctricos	163,5	170,3	193,0	13,3
Fab. Veículos Aut. Reb e Semi-Reboq.	2,5	4,3	4,9	14,0
Fab. de Outro Material de Transporte	39,1	9,5	17,2	81,1
Fab. Mobiliário; Out. Ind. Transf.	105,0	112,5	117,6	4,5
Prod. De Elect. Gás, V. e Água Quente	4,7	5,6	5,5	-1,8
Out. Activ. e Serv. Prest. às Empresas	16,4	16,9	31,7	87,6
TOTAL	31.997,8	33.828,9	35.424,7	4,7

Na categoria de Outras Indústrias Extractivas (Extracção e Refinação de Sal) , prevê-se um crescimento de 6.1%, com a melhoria da qualidade, e do volume de exportação.

Na indústria alimentar e bebidas prevê-se um crescimento da produção de 11,4%, onde serão de destaque a produção de óleo e transformação de cereais, tendo em conta os investimentos em curso nas principais unidades produtivas, que implicarão o aumento da capacidade produtiva.

A Indústria do Tabaco registará um crescimento de 15%, tendo em conta a maior abrangência prevista na distribuição do cigarro.

A Impressão e Reprodução de Suportes de Informação Gravados tem registado instabilidade nos seus níveis de produção pelo facto do sector laborar com base em encomendas. Todavia, com a implementação do regulamento de Contratação de Empreitadas de Obras Publicas, fornecimento de bens e serviços ao Estado, esperam-se melhorias neste sector, estando programado para 2007, um crescimento de 5.3%.

A Indústria de Vestuário registará um crescimento de 27.9%, com a priorização das empresas nacionais no fornecimento de encomendas de vestuário no sector de saúde, e em outros sectores públicos.

As Indústrias Metalúrgicas de Base registarão um crescimento de 2.0% onde a produção da Mozal irá crescer 1.7 %.

E. ELECTRICIDADE E ÁGUA

A produção de energia e água registará um crescimento de 9.0%, onde a produção de energia eléctrica apartir da HCB e EDM atingirá um crescimento de 10%.

O valor das exportações de energia para 2007, estima-se em 197 milhões de dólares contra 179 milhões de dólares de 2006.

A produção da água vai continuar a acompanhar as necessidades adicionais criadas pelo crescimento populacional rural e urbano, o que permite projectar um crescimento de 2.4%.

F. CONSTRUÇÃO

Na área de construção e montagem, espera-se um crescimento de 8.0%, como resultado do volume de investimentos públicos programados.

No que concerne ao programa de estradas, serão reabilitados 297 km de estradas primárias, e efectuada manutenção de rotina a 17200 km de estrada, e a manutenção periódica de 1.197km. Adicionalmente, serão reabilitados 610 km de estradas locais, cuja priorização dos troços será efectuada a nível provincial.

No âmbito da reabilitação de pontes destaca-se o seguinte:

- Conclusão dos trabalhos da construção da ponte sobre o rio Limpopo entre Guijá e Chókwe (Gaza);
- Conclusão dos trabalhos de reabilitação da ponte de Meluli (Nampula);
- Conclusão dos trabalhos de construção da ponte de Lugela (Zambézia);
- Continuação dos trabalhos da construção da ponte sobre o rio Zambeze, em Caia;
- Continuação dos trabalhos da construção da ponte sobre o rio Rovuma;
- Início dos trabalhos de reconstrução da ponte sobre o rio Incomáti;
- Início dos trabalhos de reabilitação da ponte de Tete;
- Início dos trabalhos de construção das pontes sobre os rios Lucite, Nhancuarara e Mussapa (Manica); e
- Início dos trabalhos de construção de pontes nas províncias de Tete e Zambézia sobre os Rios Chueza, Chire e Cuácua I.

G. COMÉRCIO

A actividade comercial projecta-se que alcance 5.4% de crescimento. Este será fundamentado pelo crescimento previsto na produção do sector real da economia, e pelo aumento líquido de importações de bens, excluindo as de mega-projectos.

O comércio tem sido impulsionado com a simplificação de procedimentos administrativos de licenciamento comercial, no âmbito da implementação do Decreto N.º 49/2004, que aprova o licenciamento comercial e a criação dos Balcões únicos, o que de entre outros impactos, tem promovido a expansão da rede comercial rural e urbana.

H. RESTAURANTES E HOTÉIS

O desempenho projectado nos restaurantes e hotéis é fundamentado pelo aumento previsto nas receitas por turismo na balança de pagamentos, onde se espera cerca de 157 milhões de dólares, contra 144 milhões de dólares previstos para 2006.

No Domínio da Promoção do Turismo as acções do Governo estarão focalizadas na implementação da Estratégia e do Plano de Marketing, estabelecendo representações do turismo nos principais mercados emissores para Moçambique, como o Reino Unido, Alemanha e África do Sul, e prosseguir com a participação de Moçambique nas feiras.

I. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

O sector prevê atingir uma taxa de crescimento global de 14.2%. Contribuirá para este crescimento o transporte rodoviário com um crescimento de 18.2%, e os serviços de comunicações que irá crescer 13.1%.

Prevê-se um crescimento no tráfego rodoviário de passageiros que resultará do aumento da capacidade de oferta, tomando em conta os 35 autocarros públicos recebidos no início do II semestre de 2006, e os 20 ainda por receber no decurso do ano corrente.

Quanto ao tráfego de carga, o crescimento esperado resultará da expansão e melhoramento da rede viária, permitindo que as empresas tenham acesso rápido não só às zonas urbanas mas também às zonas rurais com potencial agrícola. Por outro lado, a abolição de vistos de entrada nas fronteiras e a extensão do horário de circulação, tem um impacto positivo para o crescimento do tráfego internacional.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES – Taxas de Crescimento (%)

Designação	2005 BL	2006 PL	2007 PL
Transporte Ferroviário	4.9	5.3	7.1
Transporte Rodoviário	12.1	5.4	18.2
Transporte por Oleodutos	-16.9	37.0	0.0
Transporte Marítimo e	-4.0	3.8	8.0
Transporte Aéreo	5.7	5.3	10.7
Serviços relacionados com os	8.9	4.3	6.4
Serviços de Comunicações	100.5	20.5	13.1
TOTAL	19.5	9.6	14.2

O transporte aéreo de passageiros está a ser impulsionado pela entrada da Kenya Airways e à maior adesão do público utente, tirando proveito das tarifas e serviços concorrenciais, praticados pelos operadores. Além disso, foram abertas novas rotas regionais para este tráfego: (Pemba DAR-ES-SALAAM, e, Pemba – Nairobi)

O sector das comunicações caracteriza-se por estar em franca expansão, sendo de destacar os investimentos em curso nos últimos anos. Em 2007, será efectuada a expansão dos serviços de telefonia fixa, na Linha Dorsal de Chimoio, Tete, Quelimane, Mocuba, Gurué, Nampula, Pemba, Cuamba, Lichinga e Caia; e expandidos os serviços de telefonia móvel nas províncias de Maputo (Catuane), Gaza (Mabalane e Maqueze), Sofala (Maringuè), Zambézia (Chinde), Tete (Ulonguè) e Nampula (Mongincual)

IV.2. SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL

A política monetária em 2007 será orientada tendo em vista os objectivos finais consagrados na política económica do Governo, em termos de inflação e crescimento real do produto interno bruto.

Os objectivos finais da política monetária prevêem também um aumento das reservas internacionais líquidas em USD 119 milhões, comparativamente ao valor projectado para finais de 2006, de modo a que o seu saldo em Dezembro de 2007 cresça para USD 1,182 milhões, equivalente a cerca de 4 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais por reservas internacionais brutas.

A política monetária continuará a privilegiar os instrumentos disponíveis nos mercados interbancários, e tem em vista assegurar uma expansão da base monetária de aproximadamente 14%, enquanto a posição líquida do Estado junto do sistema bancário deverá ser de cerca de 1,159 milhões de MTn, o que comparativamente a 2006, traduz maior espaço para despesas públicas em sectores prioritários consagrados nos objectivos de desenvolvimento do milénio e do PARPA II. A tabela que se segue ilustra as projecções preliminares do programa monetário para 2007:

Metas do Programa Monetário

	Dez-06 (Programa)	Dez07 (Programa)
Reservas Internas Líquidas (RILs) – 10 ⁶	1,063	1,182
Base Monetária	14,038	15,976
CLG Sistema - Fluxo	-4,518	1,158
M3	49,164	60,175
Crédito a Economia – Sistema	28,64	29,231
M3	13.2	17.2
Base Monetária	15.9	14.2
Crédito a Economia – Sistema	35.0	17.7

A política monetária terá, igualmente, como objectivos a estabilidade macroeconómica e do sector financeiro, maior eficácia do sistema nacional de pagamentos e maior operacionalidade dos mercados interbancários. Neste quadro, estão previstas as seguintes acções, de carácter estrutural a serem realizadas em 2007:

- Reforçar a funcionalidade das Filiais e Agências do Banco de Moçambique tendo em vista os objectivos consagrados no processo de circulação do MTn, melhorando a disponibilização de numerário ao longo do país;
- Tomar medidas tendentes a alargar os serviços financeiros por todo o território nacional;
- Assegurar que as instituições de crédito reportem os seus resultados financeiros de acordo com os padrões internacionais (IFRS), a partir de 2007;
- Prosseguir as reformas dos mercados interbancários (monetário e cambial), para assegurar maior eficácia na regulação da liquidez;
- Empreender acções que incentivem a captação de poupanças financeiras, para aumentar o potencial de investimento financiado pelo sector bancário;
- Conceber e adoptar uma estratégia de política monetária de médio e longo prazo de modo a tornar mais credível e transparente a actuação do Banco Central.

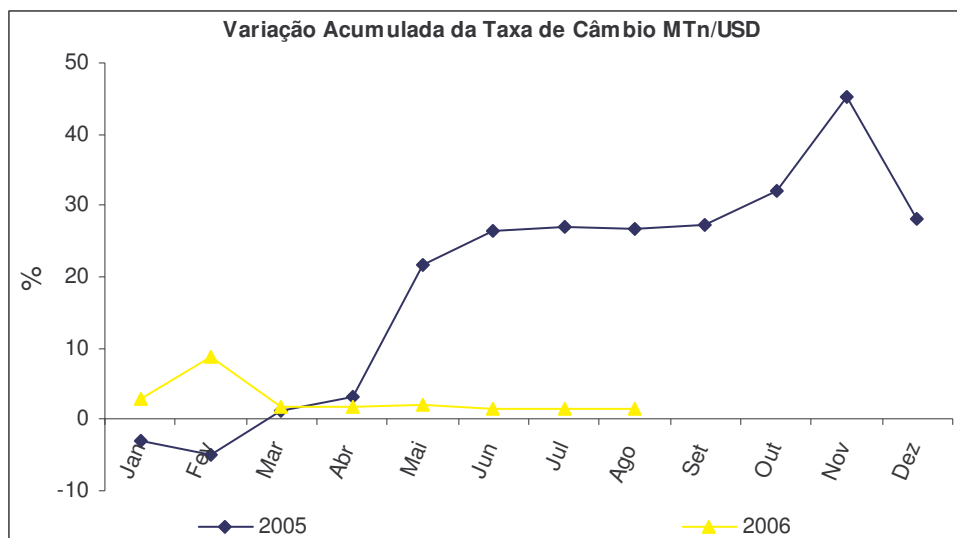
TAXA DE CÂMBIO

A evolução do Metical face ao Dólar no mercado cambial, foi no sentido de depreciação. Prevê-se que, até ao final do ano se atinja uma taxa média anual de 25.5 MTn face ao dólar americano, o que ao acontecer, significará uma depreciação de 10% em relação a igual período de 2005. Até Agosto de 2006, o metical registou uma depreciação acumulada de 1.5% e homóloga de 2.5%.

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2007

MERCADO DE CAMBIOS - COTAÇÃO DO METICAL FACE AO DOLAR AMERICANO

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TAXAS MÉDIAS - MT/USD												
2000	13,4	14,0	14,9	15,8	16,0	16,0	16,1	16,2	16,2	16,2	16,5	17,0
2001	17,3	17,9	18,5	19,1	20,1	21,3	21,8	21,8	22,1	22,4	23,1	23,2
2002	23,3	23,4	23,5	23,6	23,6	23,7	23,7	23,8	23,9	23,9	23,8	23,7
2003	23,8	23,8	23,8	23,8	23,8	23,8	23,7	23,7	23,7	23,8	23,8	23,8
2004	23,7	23,8	23,8	23,8	23,7	23,4	23,0	22,7	22,2	21,0	20,3	19,3
2005	18,8	18,4	19,6	20,0	23,5	24,5	24,6	24,5	24,6	25,5	28,1	24,8
2006	25,5	26,9	25,2	25,2	25,2	25,1	25,1	25,1				
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA (%)												
2000	1,5	5,5	12,7	19,0	20,8	20,8	21,3	21,9	22,1	22,6	24,6	28,2
2001	2,0	5,2	8,9	12,5	18,2	25,4	28,3	28,5	29,9	31,9	35,8	36,3
2002	0,7	1,1	1,6	1,9	2,1	2,1	2,4	2,9	3,1	3,4	2,9	2,3
2003	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	-0,1	0,2	0,2	0,4	0,5	0,6
2004	-0,6	0,0	0,0	0,0	-0,4	-1,7	-3,3	-4,9	-6,7	-11,9	-14,9	-18,9
2005	-2,9	-5,0	1,1	3,3	21,6	26,5	26,9	26,7	27,2	32,0	45,2	28,0
2006	2,8	8,8	1,7	1,9	1,9	1,4	1,4	1,5				
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%)												
2000	8,8	12,9	20,3	26,5	28,1	27,6	26,9	26,5	25,7	25,2	26,1	28,2
2001	28,8	27,8	23,8	21,2	25,5	33,1	35,7	35,1	36,4	37,9	39,7	36,3
2002	34,6	31,0	27,1	23,5	17,7	11,0	8,8	9,1	8,2	6,8	3,3	2,3
2003	2,1	1,7	1,3	0,9	0,7	0,5	-0,2	-0,3	-0,6	-0,7	-0,1	0,6
2004	-0,5	0,1	0,1	0,1	-0,3	-1,4	-2,6	-4,5	-6,3	-11,6	-14,8	-18,9
2005	-20,7	-22,9	-18,0	-16,2	-0,9	4,4	6,5	8,1	10,6	21,6	38,6	28,0
2006	35,6	46,5	28,8	26,3	7,3	2,6	2,2	2,5				

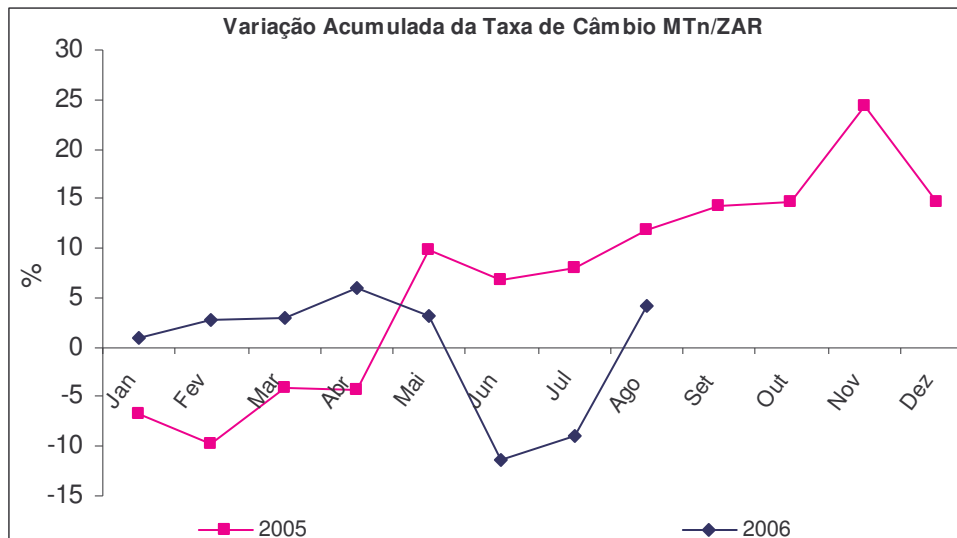


No que respeita a evolução Metical face ao Rand, prevê-se até Dezembro de 2006 uma taxa média anual de 3.8 MTn, o que significará uma depreciação de 5.2% em relação ao mesmo período de 2005. Até Agosto de 2006, o metical registou uma depreciação acumulada de 4.1% e homóloga de 6.81%.

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2007

MERCADO DE CAMBIOS - COTAÇÃO DO METICAL FACE AO RAND

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TAXAS MÉDIAS - MT/ZAR												
2000	2,21	2,26	2,34	2,46	2,35	2,35	2,39	2,43	2,35	2,27	2,26	2,28
2001	2,33	2,38	2,40	2,44	2,58	2,75	2,74	2,72	2,68	2,56	2,53	2,32
2002	2,18	2,19	2,17	2,24	2,42	2,44	2,44	2,40	2,38	2,41	2,53	2,69
2003	2,78	2,90	3,01	3,12	3,21	3,03	3,17	3,23	3,24	3,42	3,48	3,66
2004	3,51	3,53	3,61	3,67	3,52	3,61	3,72	3,61	3,45	3,36	3,38	3,39
2005	3,16	3,06	3,25	3,25	3,73	3,62	3,67	3,79	3,87	3,89	4,22	3,89
2006	3,93	3,99	4,00	4,12	4,01	3,45	3,54	4,05				
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA (%)												
2000	2,4	4,6	8,4	14,0	8,9	8,7	10,5	12,4	8,8	5,3	4,8	5,6
2001	2,3	4,3	5,5	7,2	13,2	20,6	20,4	19,2	17,7	12,5	11,1	1,9
2002	-6,2	-5,9	-6,3	-3,3	4,1	5,2	5,0	3,3	2,6	3,8	8,8	15,7
2003	3,3	8,1	11,9	16,0	19,5	12,8	18,0	20,1	20,7	27,2	29,7	36,3
2004	-4,2	-3,6	-1,3	0,3	-3,9	-1,5	1,7	-1,4	-5,8	-8,3	-7,6	-7,4
2005	-6,7	-9,8	-4,1	-4,2	9,9	6,8	8,1	11,8	14,2	14,6	24,3	14,6
2006	1,0	2,7	2,9	6,0	3,1	-11,3	-9,0	4,1				
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%)												
2000	5,12	9,65	13,81	19,38	15,38	14,13	14,63	16,40	10,40	6,57	6,03	5,58
2001	5,53	5,33	2,79	-0,74	9,68	17,14	14,98	12,03	14,18	12,83	11,99	1,88
2002	-6,62	-8,05	-9,55	-8,11	-6,33	-11,14	-11,08	-11,75	-11,20	-6,00	-0,22	15,74
2003	27,42	32,85	38,23	38,90	32,88	24,09	30,05	34,62	36,14	41,87	37,89	36,27
2004	26,46	21,59	20,19	17,84	9,64	18,95	17,40	11,86	6,36	-1,78	-2,94	-7,36
2005	-9,84	-13,34	-9,95	-11,53	5,90	0,53	-1,53	5,02	12,29	15,78	24,69	14,65
2006	24,15	30,52	23,04	26,92	7,56	-4,78	-3,49	6,81				



IV.3. INFLAÇÃO

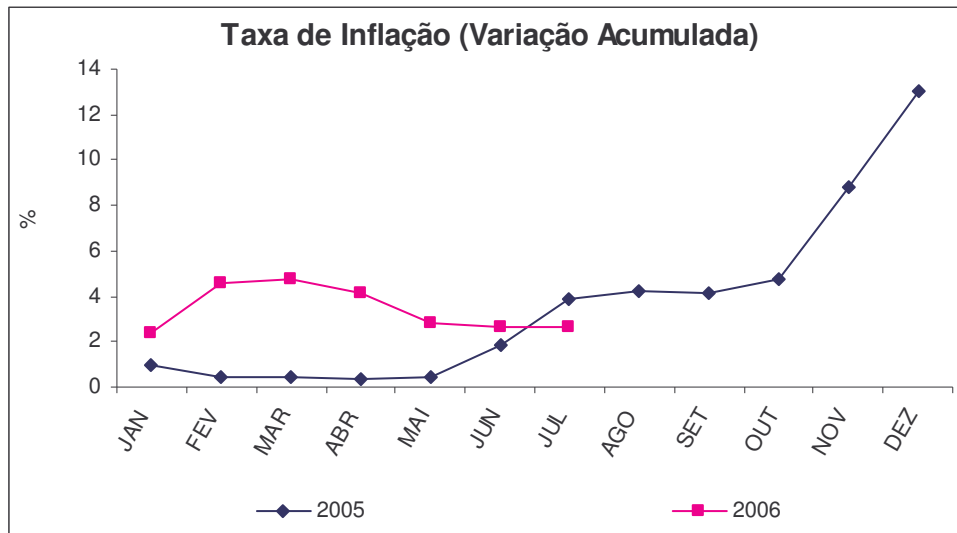
Para 2007, prevê-se que a inflação se situe na banda de um dígito, atingindo em média 5.9%.

De acordo com as tabelas que se seguem, a taxa acumulada de Janeiro a Julho de 2006 foi de 2.64%. Por cidades, Maputo registou a inflação acumulada mais elevada, com 3.96%, seguindo-se a cidade da Beira com 2.89% e por último, a cidade de Nampula que registou uma deflação em 0.69%.

INDICE DE PREÇOS - MABENA - BASE DEZ 2004 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2004	94,23	95,06	96,03	96,78	96,99	96,69	97,01	96,95	96,98	97,56	98,09	100,00
2005	100,97	100,41	100,47	100,37	100,46	101,82	103,86	104,20	104,14	104,76	108,82	113,07
2006	115,77	118,25	118,44	117,80	116,27	116,06	115,93					
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	3,04	0,88	1,02	0,78	0,21	-0,30	0,33	-0,06	0,04	0,60	0,55	1,94
2005	0,97	-0,56	0,06	-0,11	0,09	1,35	2,00	0,33	-0,06	0,60	3,87	3,90
2006	2,39	2,14	0,16	-0,53	-1,30	-0,20	-0,11					
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	13,76	12,98	12,12	11,99	11,66	11,56	11,50	11,08	10,69	10,57	10,26	9,35
2005	7,15	5,63	4,62	3,71	3,58	5,30	7,06	7,49	7,38	7,38	10,93	13,07
2006	14,66	17,76	17,88	17,37	15,73	13,98	11,62					
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	3,04	3,94	5,01	5,82	6,05	5,73	6,07	6,01	6,05	6,68	7,26	9,35
2005	0,97	0,41	0,47	0,37	0,46	1,82	3,86	4,20	4,14	4,76	8,82	13,07
2006	2,39	4,58	4,75	4,18	2,83	2,64	2,64					

Segundo os dados acima, de Janeiro a Julho de 2006 houve um aumento geral preços na ordem de 2.64 pontos percentuais, sendo os produtos alimentares e as bebidas não alcoólicas os que ditaram significativamente a tendência registada ao contribuírem no total da inflação acumulada com 0.79 pontos percentuais.

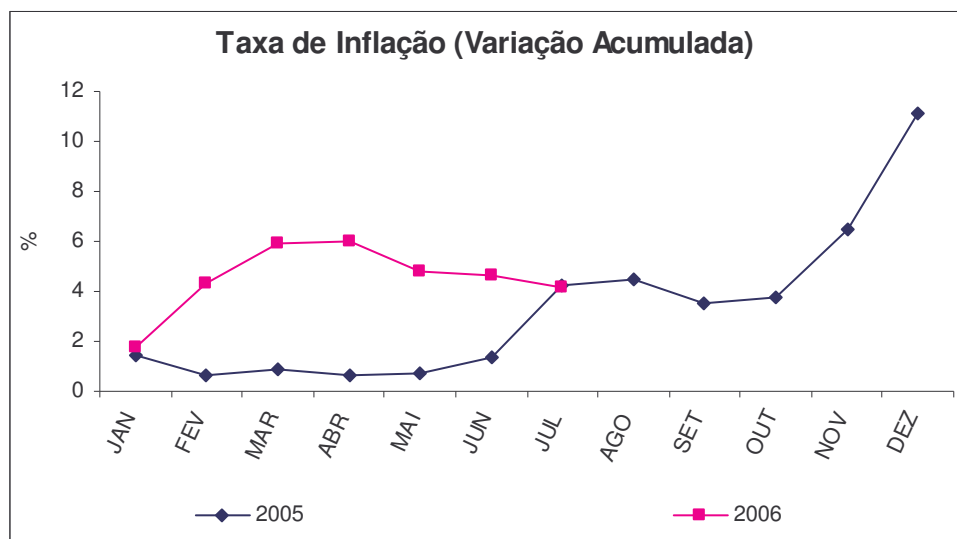


Para a cidade de Maputo, os preços recolhidos indicam uma inflação na ordem de 4.17%. A alimentação e bebidas não alcoólicas com um agravamento de preços de 3.81%, tiveram uma contribuição no total da inflação acumulada de 1.98%.

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2007

INDICE DE PRECOS - MAPUTO - BASE DEZ 2004 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2004	94,33	94,76	95,71	96,99	97,60	97,53	97,54	97,06	96,91	97,50	98,55	100,00
2005	101,46	100,64	100,90	100,66	100,73	101,40	104,24	104,49	103,48	103,76	106,45	111,15
2006	113,14	115,98	117,71	117,84	116,52	116,30	115,78					
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	2,88	0,46	1,00	1,34	0,63	-0,07	0,01	-0,49	-0,16	0,61	1,07	1,48
2005	1,46	-0,81	0,26	-0,24	0,07	0,67	2,80	0,24	-0,96	0,27	2,59	4,41
2006	1,79	2,51	1,49	0,11	-1,12	-0,19	-0,45					
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	17,40	15,27	13,49	13,60	12,46	13,26	13,32	12,04	11,06	10,63	10,84	9,07
2005	7,56	6,20	5,43	3,78	3,20	3,96	6,86	7,65	6,79	6,42	8,02	11,15
2006	11,51	15,25	16,66	17,07	15,69	14,70	11,08					
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	2,88	3,36	4,39	5,79	6,45	6,37	6,39	5,86	5,69	6,34	7,48	9,07
2005	1,46	0,64	0,90	0,66	0,73	1,40	4,24	4,49	3,48	3,76	6,45	11,15
2006	1,79	4,35	5,91	6,02	4,84	4,64	4,17					

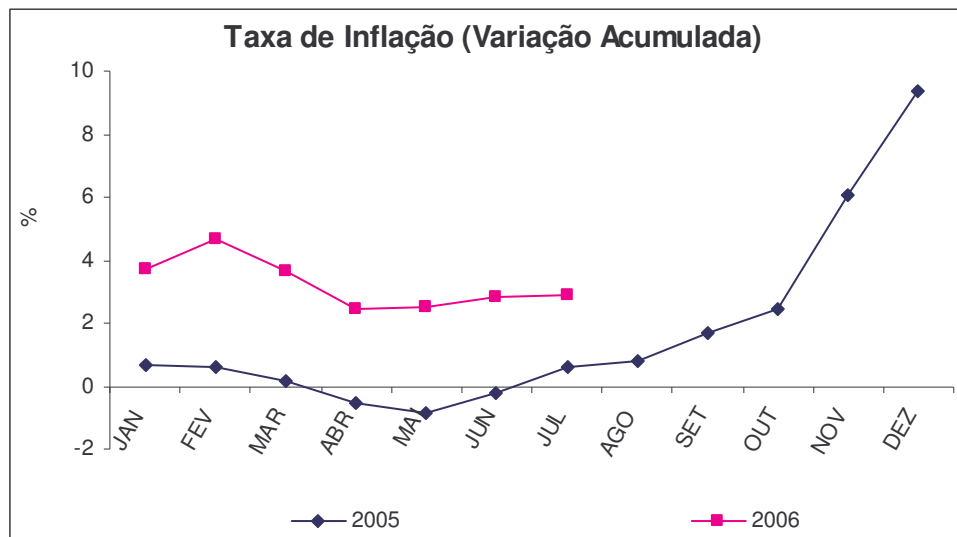


Na cidade da Beira, no mesmo período, houve um aumento generalizado de preços na ordem dos 2.89%, com a classe dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, da habitação, água e electricidade a contribuírem no total da inflação acumulada com 0.44 e 0.52 pontos percentuais positivos respectivamente.

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2007

INDICE DE PREÇOS - BEIRA - BASE DEZ 2004 = 100

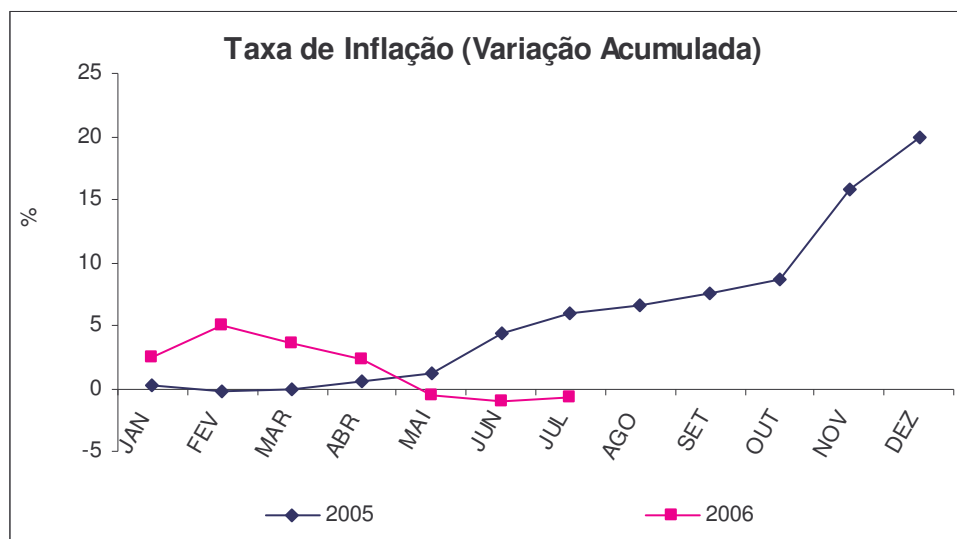
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2004	94,87	96,62	97,74	97,80	97,46	96,90	97,83	98,23	98,38	98,86	98,75	100,00
2005	100,70	100,62	100,16	99,46	99,11	99,81	100,60	100,82	101,71	102,47	106,08	109,39
2006	113,42	114,49	113,35	112,08	112,15	112,48	112,55					
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	2,90	1,84	1,16	0,06	-0,35	-0,58	0,96	0,41	0,14	0,49	-0,11	1,27
2005	0,70	-0,07	-0,46	-0,70	-0,35	0,70	0,79	0,22	0,88	0,74	3,53	3,12
2006	3,68	0,94	-0,99	-1,13	0,06	0,30	0,06					
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	11,62	13,60	13,20	12,31	11,01	8,95	9,14	9,84	10,13	9,93	8,96	8,46
2005	6,14	4,14	2,47	1,70	1,70	3,00	2,83	2,63	3,39	3,65	7,43	9,39
2006	12,64	13,78	13,18	12,69	13,15	12,69	11,88					
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	2,90	4,80	6,01	6,07	5,70	5,10	6,10	6,54	6,70	7,22	7,10	8,46
2005	0,70	0,62	0,16	-0,54	-0,89	-0,19	0,60	0,82	1,71	2,47	6,08	9,39
2006	3,68	4,66	3,62	2,45	2,52	2,82	2,89					



Na cidade de Nampula, os preços recolhidos apontam para uma queda de preços de 0.69%, com os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas a ditarem significativamente a tendência registada ao contribuírem no total da inflação acumulada com 1.08 pontos percentuais negativos.

INDICE DE PRECOS - NAMPULA - BASE DEZ 2004 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2004	92,72	93,25	93,98	94,07	93,81	93,32	93,67	94,24	94,93	95,58	95,48	100,00
2005	100,26	99,79	99,92	100,60	101,12	104,40	105,98	106,60	107,53	108,71	115,80	119,98
2006	122,91	125,90	124,28	122,71	119,36	118,69	119,16					
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	3,78	0,57	0,79	0,09	-0,27	-0,53	0,38	0,60	0,74	0,69	-0,11	4,73
2005	0,26	-0,47	0,13	0,68	0,52	3,24	1,51	0,59	0,87	1,10	6,52	3,62
2006	2,44	2,43	-1,29	-1,26	-2,73	-0,56	0,39					
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	4,91	3,34	4,67	5,29	9,63	10,37	9,59	10,19	10,66	11,89	10,99	11,93
2005	8,13	7,01	6,32	6,94	7,79	11,88	13,14	13,12	13,27	13,73	21,27	19,98
2006	22,59	26,17	24,38	21,98	18,03	13,69	12,44					
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	3,78	4,37	5,20	5,29	5,01	4,45	4,85	5,48	6,26	6,99	6,88	11,93
2005	0,26	-0,21	-0,08	0,60	1,12	4,40	5,98	6,60	7,53	8,71	15,80	19,98
2006	2,44	4,93	3,58	2,27	-0,52	-1,08	-0,69					



IV.4. BALANÇA DE PAGAMENTOS

Estimativas preliminares para 2007 apontam que as exportações registarão um crescimento de 9%, para USD 2,292 milhões, comparativamente ao valor projectado para finais de 2006. Esta previsão contempla um maior dinamismo das exportações de produtos tradicionais, que poderão crescer 16%, com destaque para:

- Tabaco processado, em substituição parcial do tabaco em bruto, o que vai conferir valor acrescentado no mercado internacional;
- Algodão, face a maior procura pela fibra natural produzida por Moçambique, associado às expectativas de aumento do preço no mercado internacional;

- Maior captura do camarão, aliado a implementação de projectos de expansão no centro e norte do País;
- Castanha e amêndoa de caju, com as perspectivas de continuação da retoma deste sector;
- Açúcar, previsão de aumento de exportações para outros mercados, com as reformas impostas pela União Europeia.

A previsão das exportações indica que os grandes projectos poderão crescer em cerca de 5%, resultando basicamente das projecções de preços de alumínio e gás natural no mercado internacional.

Por seu turno, as importações projectadas para 2007 registarão um aumento de 7%, atingindo USD 2,619.8 milhões. As importações dos grandes projectos terão maior peso, com um crescimento de 18% e estimadas em USD 481.8 milhões, contra USD 410 milhões de 2006.

As previsões estimam que as importações de outros sectores da economia poderão crescer 5%, devido ao efeito conjugado de:

- Provável impacto do aumento do preço de combustíveis no mercado internacional (assumindo que não haverá redução drástica do volume importado);
- Aumento de importações de medicamentos, em especial os associados aos programas de combate a pandemia do HIV/SIDA; e
- Importações de bens de consumo e de capital.

No que concerne à dívida externa, prevê-se que o sector público se responsabilize pelo equivalente a USD 78 milhões de dívida externa, em 2007, enquanto o sector privado a USD 454 milhões, incluindo capital e juros. Estima-se que a dívida externa pública possa em 2007 sofrer uma redução de USD 142 milhões, relativamente a 2006, em face da implementação da iniciativa de perdão da dívida externa moçambicana a organismos multilaterais (MDRI).

Quanto a dívida externa privada, projecta-se que a mesma cresça USD 126 milhões, atribuíveis sobretudo aos grandes projectos.

V. PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS POR SECTOR

V.1. ÁREA SOCIAL

A. EDUCAÇÃO

Na área da Educação, em 2007 continuará a ser privilegiada a expansão do acesso e a melhoria da qualidade do ensino, através da construção de infra-estruturas educacionais, formação e recrutamento do corpo docente e desenvolvimento e consolidação dos currícula do ensino.

Educação Geral

Prevê-se que o número de alunos no Ensino Geral cresça em cerca de 12.5% comparativamente ao ano de 2006, mantendo-se assim a tendência de crescimento em relação aos anos anteriores. Por níveis de ensino, espera-se um crescimento mais acentuado no número de alunos do ensino primário, em particular no EP2. Em termos de rede escolar, prevê-se que esta registe um crescimento de cerca de 7.1% comparativamente ao ano de 2006.

A construção acelerada de infra-estruturas educacionais será promovida em 2007 tendo em vista a expansão do acesso. Assim, depois da fase piloto do Programa de Construção Acelerada de Escolas em 2005 e do alargamento em 2006, espera-se que 2007 seja o ano de consolidação deste programa.

Educação Geral: Efectivos Escolares em 2005/2007

Nível	Escolas					Alunos				
	Real 2005	Prev. 2006	Plano 2007	Evolução, %		Real 2005	Prev. 2006	Plano 2007	Evolução, %	
				Pr06/R	P07/Pr				Pr06/R05	P07/Pr06
EP1	8,696	8,954	9,337	3.0	4.3	3,393,677	3,597,392	3,945,622	6.0	9.7
EP2	1,320	1,514	1,849	14.7	22.1	452,888	496,031	639,454	9.5	28.9
ESG1	156	216	252	38.5	16.7	210,128	257,729	307,806	22.7	19.4
ESG2	35	49	56	40.0	14.3	25,737	35,450	43,210	37.7	21.9
Total	10,207	10,733	11,494	5.2	7.1	4,082,430	4,386,602	4,936,092	7.5	12.5

Prevê-se que a rede escolar que irá leccionar os quatro níveis do ensino geral em 2007, registe um crescimento de 5,2% (+761 escolas), conforme se distribui na tabela seguinte:

Escolas a introduzir os 4 níveis do Ensino Geral em 2007					
Província	EP1	EP2	ESG1	ESG2	Total
Cabo Delgado	15	21	2		38
Niassa	30	30	6		66
Nampula	99	22	3		124
Zambézia	96	34	1	2	133
Tete	41	34	1		76
Manica	36	47	7	3	93
Sofala	31	22	4		57
Inhambane	19	22	4	1	46
Gaza	8	21	1		30
Maputo Província	7	78	5		90
Cidade de Maputo	1	4	2	1	8
Total	383	335	36	7	761

De referir que as escolas do EP1, são novas unidades de ensino.

Educação Especial

No domínio da Educação Especial, terão continuidade as seguintes acções:

- Definição de mecanismos para recolha de informação sobre crianças com necessidades educativas especiais e criação da respectiva base de dados.
- Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais e portadoras de deficiências motoras, visuais e auditivas;

- Conclusão da reabilitação de duas escolas especiais (ambas na cidade de Maputo);
- Integração de estratégias e abordagens da educação inclusiva na formação inicial e em serviço de todos os professores; e

Ensino Primário

No Ensino Primário do 1º Grau (EP1) prevê-se que 3.945.622 alunos frequentem este nível de ensino, o que corresponde a um crescimento de 9.7% comparativamente ao ano de 2006. Estes alunos serão matriculados em 9.337 escolas, o que representa um crescimento de 4,3% comparativamente a 2006.

Em termos de indicadores de cobertura educativa, prevê-se que a taxa líquida de escolarização no EP (EP1+EP2) seja de 88%, sendo de 85% para raparigas.

Em relação ao género, espera-se que a taxa líquida de escolarização das raparigas aos 6 anos na 1ª classe seja de 67% e a de conclusão das raparigas no EP2 seja de 40%.

No Ensino Primário do 2º Grau (EP2), o número de alunos irá crescer em cerca de 29% comparativamente ao ano de 2006, i.é, um acréscimo de mais 143.423 alunos em relação aos 496.031 registados em 2006.

Em termos de escolas, prevê-se que mais 335 escolas leccionem este grau de ensino em 2007, aumentando assim o número de escolas que leccionam este nível das actuais 1.514 escolas para 1.849 escolas.

Quanto aos ingressos, prevê-se que frequentem a 6ª classe na condição de novos ingressos um total de 341.929 alunos, o que representa um crescimento de 30.0% em relação ao valor observado em 2006. A taxa de admissão bruta aumentará assim dos actuais 52.5% para 67.3% em 2007.

No que respeita às salas de aula para o ensino primário, em 2007 prevê-se a construção de 1.425 salas distribuídas da seguinte forma: Cabo Delgado (100), Gaza (125), Inhambane (120), Manica (130), Maputo (115), Nampula (195), Niassa (130), Sofala (145), Tete (135), Zambézia (165) e Cidade de Maputo (65). No âmbito destas construções, será dada prioridade às escolas rurais incompletas, escolas superlotadas e escolas urbanas com três turnos.

Ensino Secundário

No Ensino Secundário do 1º Ciclo (ESG1) prevê-se que cerca de 307.806 alunos frequentem este nível de ensino em 2007, o que representa um crescimento de 19.4% em relação aos valores observados em 2006. Estes alunos irão frequentar um total de 252 escolas, o que representa um incremento de mais 36 escolas comparativamente ao número de escolas que lecciona este nível de ensino em 2006 (216 escolas).

Em relação ao Ensino Secundário do 2º Ciclo (ESG2), prevê-se que em 2007 frequentem este ciclo cerca de 43.210 alunos, representando um crescimento de 21.9% relativamente a 2006 (35.450 alunos em 2006). Este nível será

leccionado em 56 instituições de ensino, o que representa um acréscimo de mais 7 escolas em relação a 2006.

Em termos de construções para o ensino secundário, prevê-se iniciar a construção de 3 escolas secundárias (1 em Montepuez, 1 em Ribáuè e outra em Nampula) e a reabilitação de 14 escolas secundárias, sendo 3 em Cabo Delgado, 3 em Nampula, 3 em Niassa, 1 em Sofala, 1 em Tete, 2 em Inhambane e 1 em Gaza.

No âmbito do ensino secundário à distância as atenções serão concentradas no seguinte:

- Continuação da implementação do Projecto de Ensino Secundário à Distância (PESD) que decorre na província de Nampula, e seu alargamento para mais distritos da província;
- Introdução da 9ª classe no Projecto de Ensino Secundário à Distância em Nampula; e
- Avaliação do Projecto Piloto de Educação Secundária à Distância a decorrer na província de Nampula;

Formação do Corpo Docente

Em termos dos efectivos de alunos a matricular nas instituições de formação de professores, espera-se que frequentem os cursos de Formação de Professores Primários de 7ª+3 (CFPPs) um total de 4.079 alunos, o que corresponde a uma redução de 33.7% em relação a 2006. Isto resulta do facto de algumas instituições estarem em processo de reabilitação e da introdução de um novo curso de 10ª+1 em sete dos centros que leccionam estes cursos. O curso de 7ª+3 continuará a ser leccionado em 11 instituições de ensino distribuídas por todas as províncias com excepção da cidade de Maputo.

Em relação aos cursos médios de formação de professores (IMAPs), turno diurno, prevê-se que em 2007 um total de 3.128 alunos frequentem estes cursos nas 11 instituições que leccionam este nível no país. O número de formandos representa uma redução de 46.5% comparativamente aos alunos registados em 2006 (5.852 do PES07). Um total de 1.093 alunos serão matriculados no turno nocturno, representando um decréscimo de 47.3% comparativamente a 2006.

Formação do Corpo Docente

Níveis	Real 2005	Prev 2006	Plano 2007	Evolução %	
				Pr06/Ro5	P07/Pr06
Curso Básico (7ª+3) – Total de alunos – Diurno	5,813	6,146	4,079	5.8	-33.6
Curso Básico (10+1) – Total de alunos – Diurno		411	3,662		791.0
Curso Básico (10+1) – Total de alunos - Nocturno		281	1,191		323.8
Curso Médio (10+2) – Total de alunos - Diurno	4,278	5,852	3,128	36.8	-46.5
Curso Médio (10+2) – Total de alunos - Nocturno	1,742	2,075	1,093	19.1	-47.3
Total	11,833	14,765	13,153	24.8%	-10.9%

Ainda neste âmbito destaque vai para o seguinte:

- Recrutamento de 9.000 novos professores para o ensino básico, sendo 37% dos quais professoras;
- Conclusão da construção dos Centros de Formação de Professores de Alto Molócue e de Morrumbala, ambos na Província da Zambézia;
- Construção dos IMAPs de Xai-Xai e de Chimoio;
- Reabilitação dos CFPP's de Homoíne, Namaacha e Inhaminga;
- Reabilitação do IMAP na cidade de Maputo;
- Formação de 4.000 directores de escolas em gestão, liderança e sistemas de acompanhamento;
- Formação em serviço de 40.000 professores de nível básico (EP), através do programa CRESCER;
- Redução para 42% no número de professores a leccionar 2 turnos no EP1;
- Formação em serviço de 720 professores do ensino secundário;
- Formação inicial de 3.875 novos professores de nível básico (EP) através do curso à distância; e
- Formação de 55 professores de Educação Física para atender alunos portadores de deficiências.

Educação Técnico-Profissional

Neste subsistema de ensino, em 2007 os esforços serão concentrados na continuação da implementação do Programa Integrado da Reforma da Educação Profissional (PIREP), incidindo fundamentalmente sobre

- Reabilitação das Escolas Industrial e Comercial de Pemba, Escola Industrial e Comercial de Inhambane, Escola Industrial e Comercial de Nampula, Escola Comercial de Maputo e Instituto Industrial e Comercial da Beira; e na formação acelerada de gestores e dos formadores para esta área;
- Continuação do processo de actualização dos curricula dos ensinos Agrário, Comercial e Industrial;
- Continuação do programa de apetrechamento dos laboratórios e escritórios das escolas do ensino técnico, abrangidas pelo PIREP;

Serão também realizadas as seguintes acções:

- Conclusão da implantação do curso de turismo na Escola Comercial de Maputo e sua consolidação;
- Continuação do programa de construção do Lar da Escola profissional da Moamba, do Centro de Formação de Professores para o Ensino Técnico em Maputo e da transformação da Escola Comercial de Lhanguene em Instituto Médio;

- Continuação da reabilitação da Escola Industrial de Montepuez, da Escola Agrária de Chókwè, da Escola Industrial e Comercial de Xai-Xai, da Escola Industrial e Comercial de Lichinga e da Escola Agrária de Mocuba;
- Consolidação do funcionamento da Escola de Fauna e Eco-Turismo de Marrupa, na Província de Niassa.

No que diz respeito aos efectivos escolares, prevê-se que em 2007 o ensino técnico elementar seja leccionado em 14 escolas públicas com um total de 1.957 alunos, o que representa um crescimento de 22.2% em relação ao valor observado em 2006 (1.602 alunos).

O nível básico diurno será frequentado por um total de 24.752 alunos, o que representa um crescimento de 3.5% relativamente aos valores observados em 2006 (23.913 alunos).

O nível médio diurno será frequentado por 4.927 alunos, o que representa um crescimento de 10.7% em relação ao valor observado em 2006 (4.449 alunos).

Alfabetização e Educação de Adultos

No âmbito da alfabetização e educação de adultos (AEA), em 2007 continuará a ser dada atenção especial à:

- Expansão dos programas de alfabetização funcional, educação de adultos e educação não formal, com enfoque para a mulher e rapariga, visando o equilíbrio de género;
- Implementação e consolidação do programa de Alfabetização via Rádio e Televisão, promovendo a alfabetização de 500 mil pessoas pela rádio e 50 mil pela televisão;
- Implementação piloto do novo currículo de alfabetização nas províncias de Maputo, Manica e Cabo Delgado;
- Capacitação de 38.480 alfabetizadores voluntários, facilitadores e orientadores de programas de AEA na rádio e televisão;
- Capacitação de 410 formadores de alfabetizadores;
- Início da construção dos Centros de Formação de Quadros de AEA de C. Delgado, Gaza e Manica; e
- Conclusão da reabilitação do Instituto Nacional de Educação de Adultos (INEA) em Sofala.

Em termos de efectivos a inscrever, prevê-se que em 2007 frequentem o 1º e o 2º anos um total de 1,190 mil alfabetizandos, dos quais 500 mil serão via rádio, 50 mil via televisão.

Ao nível do 3º ano prevê-se que em 2007 um total de 216,2 mil educandos frequentem este nível, o que representa um crescimento de 55.7% em relação ao valor observado em 2006 (138,8 mil educandos).

O número de unidades que se prevê que leccionem este subsistema de ensino será de 3.768, número ligeiramente superior às registadas em 2006 (3.237 unidades).

Para assegurar a alfabetização e educação de adultos ao nível do 1º, 2º e 3º anos, serão recrutados cerca de 36,0 mil alfabetizadores.

Melhoria da Qualidade do Ensino

Com o objectivo de melhorar a qualidade do ensino, em 2007 as atenções serão concentradas no seguinte:

- Aquisição e distribuição do livro escolar para cerca 4.600.000 alunos e respectivos professores;
- Definição e aprovação da nova Política do Livro Escolar;
- Consolidação da implementação do novo currículo do ensino básico e monitoria e avaliação do processo de ensino-aprendizagem;
- Continuação da implementação do ensino bilingue e de múltiplas classes no ensino primário;
- Desenvolvimento e aprovação de novos currícula do ESG1;
- Revisão da estratégia do ensino secundário;
- Desenvolvimento e implementação dos currícula para os cursos de formação inicial de 10ª +1 para o ensino primário e 12ª +1 para o ensino secundário;
- Desenvolvimento dos currícula para o curso de formação à distância para professores do ESG1;
- Implementação do Programa de Ensino Não Formal (ENF);
- Revitalização dos Núcleos Pedagógicos de Base (NPB's) com a função específica de capacitação pedagógica dos alfabetizadores e educadores de adultos; e
- Apoio financeiro directo às escolas para beneficiar cerca de 4.600.000 alunos do EP1 e EP2 em material básico escolar, consumíveis, manutenção das instalações e programas de saúde escolar.

Integração do Género

Neste âmbito, maior atenção será prestada ao seguinte:

- Desenvolvimento de acções de sensibilização aos pais e as comunidades sobre a importância da educação da rapariga;
- Identificação e implementação de estratégias para aumentar a percentagem de mulheres como professoras;
- Revisão do manual de formação sobre género e educação e inclusão de questões sobre género nos materiais de todos os subsistemas e níveis de ensino;

- Formação de 2.173 membros dos Conselhos de Escola em questões relacionadas com o género;
- Capacitação de 700 membros das unidades de género;
- Aumento do número de mulheres em cargos de chefia e direcção, nos diversos níveis de administração (escola, distrito e província).

Desporto Escolar

No âmbito do desporto escolar serão priorizadas as seguintes acções:

- Construção e reabilitação de infra-estruturas escolares para acolherem o VIII Festival dos Jogos Desportivos Escolares a realizarem-se em Quelimane;
- Realização do festival da criança portadora de deficiências na cidade de Maputo;
- Formação de 132 agentes desportivos nas modalidades de andebol, atletismo, basquetebol, ginástica, futebol, voleibol e xadrez;
- Realização do campeonato nacional de natação escolar na cidade de Tete; e
- Intensificação de actividades desportivas e culturais nas escolas como complemento do sistema de ensino aprendizagem.

Saúde Escolar

Neste âmbito, maior atenção será prestada ao seguinte:

- Reactivação do Programa de Saúde Escolar em coordenação com a Saúde e comunidades;
- Realização de acções de sensibilização nas instituições de ensino sobre os riscos que advêm do uso de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e formação de activistas e professores nesta área;
- Implementação do pacote básico de saúde escolar em 2.172 escolas do EP1 e 659 do EP2;
- Distribuição de 1.500 exemplares da estratégia de saúde da população em idade escolar e de igual número de guias de orientação para a implementação do programa de saúde escolar; e
- Desparasitação de 650.000 alunos do EP1 (200.000 da província de Maputo, 150.000 da cidade de Maputo e 300.000 da província de Tete).

Produção e Alimentação Escolar

Neste âmbito as atenções serão concentradas no seguinte:

- Elaboração do regulamento da produção escolar;
- Levantamento e recenseamento de infra-estruturas para a produção escolar existentes nas instituições educacionais de todo o país;

- Demarcação e legalização de terrenos para a produção agro-pecuária nas escolas;
- Construção de caleiras e cisternas para a recolha de água das chuvas para a irrigação das machambas escolares; e
- Capacitação de gestores em matéria de produção escolar, planificação alimentar, nutrição, gestão e limpeza dos alimentos.

Prevenção e Combate ao HIV/SIDA

Para prevenir, combater e mitigar a pandemia do HIV/SIDA, em 2007 os esforços serão concentrados no seguinte:

- Integração dos aspectos relacionados com o HIV/SIDA na Política Nacional da Educação e nos currículos da educação;
- Implementação e avaliação do programa nacional de prevenção “Mundo Sem Segredos”;
- Implementação do programa nacional de prevenção “Geração Biz”;
- Implementação e avaliação do projecto piloto de apoio à crianças órfãos e vulneráveis.

Desenvolvimento Institucional

No âmbito do desenvolvimento institucional, em 2007 serão realizadas as seguintes acções:

- Conclusão da revisão da Lei do Sistema Nacional de Educação;
- Conclusão da elaboração da Carta Escolar abrangendo todas as províncias do país; e
- Melhoria do sistema de projecções dos efectivos de alunos e professores (tendo em conta o impacto do HIV/SIDA).

ENSINO SUPERIOR

Na área do Ensino Superior, serão priorizadas as seguintes acções:

- Preparação e aprovação do regulamento da Lei do Ensino Superior;
- Aprovação do Sistema Nacional de Garantia da Qualidade e Acreditação (SINAQUES) e do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNATCA);
- Promoção da criação de um Sistema Nacional de Apoio Social aos estudantes;
- Publicação de estatísticas e indicadores do ensino superior;
- Continuação do estabelecimento de um Fundo Nacional de Bolsas de Estudo;

- Consolidação do Ensino Politécnico nas três instituições abertas em 2006 (Gaza, Manica e Tete) e início da construção de edifícios de raiz para os três institutos; e
- Criação de um Instituto Nacional de Ensino à Distância, em Lichinga.

No que se refere às actividades específicas a serem desenvolvidas pelas instituições públicas do ensino superior, prevê-se o seguinte:

Universidade Eduardo Mondlane

A UEM continuará a privilegiar a criação de condições para garantir o acesso em igualdade e equidade de oportunidades. Neste sentido, serão implementadas acções que visem o aumento da taxa de sucesso e o incremento dos actuais índices de graduação.

Assim, para a realização dos objectivos definidos os esforços serão concentrados no seguinte:

Ensino-aprendizagem

- Capacitação dos docentes em metodologias de ensino e aprendizagem;
- Apetrechamento em mobiliário e equipamento da Biblioteca Central do Campus a entrar em funcionamento em 2007;
- Criação e apetrechamento dos laboratórios dos cursos de jornalismo e música; informática, sedimentologia, oceanografia, química, biologia veterinária, agronomia; e
- Criação de um Centro de Línguas da Faculdade de Letras e Ciências.

Investigação e extensão

- Desenvolvimento de acções de pesquisa nas áreas de importância na saúde animal, manejo dos sistemas de produção, saúde pública, biotecnologia e processamento de sub-produtos de origem animal no âmbito do desenvolvimento rural;
- Introdução de biomarcadores de poluição para a detecção de poluentes orgânicos e metálicos resultantes da degradação de fertilizantes, pesticidas e outras substâncias;
- Criação dos Centros de Engenharia Naval em Nacala, Centro de Estudos Sismológicos e Centro de Pesquisa em Ciências Sociais;
- Realização de jornadas científicas estudantis;
- Financiamento de 15 novos projectos de investigação;
- Criação do Centro de Produção e Investigação Animal de Tete; e
- Apetrechamento, modernização e aumento dos efectivos animais do Centro de Produção de Changalane.

Expansão do ensino superior

- Abertura do Curso Superior de Ciências de Informação (Escola de Comunicação e Arte);
- Abertura do Curso de Gestão Hoteleira (Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane);
- Abertura do Curso de Geodesia (Faculdade de Ciências);
- Introdução do Curso de Engenharia Ambiental (Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal); e
- Abertura de Cursos de Mestrado em Gestão e Ordenamento Urbano, Administração Pública e em Sociologia.

Universidade Pedagógica

A expansão das oportunidades de acesso e a melhoria da qualidade dos professores formados continuará a constituir prioridade. Assim, continuará a ser priorizada a construção e/ou reabilitação de infra-estruturas, a revisão curricular e o desenvolvimento da capacidade institucional.

Neste contexto, serão desenvolvidas as seguintes acções:

Capacidade Física e Humana

- Construção de um campus universitário de raiz e de seis casas para docentes em Quelimane;
- Construção de duas salas de aulas e de dois laboratórios de física e de biologia em Gaza;
- Construção de quatro salas de aulas e de dois laboratórios de química e de informática em Niassa; e
- Apetrechamento e reabilitação das infraestruturas da instituição e instalação de um sistema moderno de comunicação.

Reforma Curricular

- Promoção do estudo e análise dos problemas comuns decorrentes do desenvolvimento curricular;
- Criação de um sistema de monitoria dos projectos de pesquisa.

Pós-Graduação

- Capacitação de docentes com pós-graduação;
- Dotar a universidade com meios modernos de comunicação; e
- Formação de supervisores e tutores das escolas integradas.

Instituto Superior de Relações Internacionais

A formação e graduação de profissionais com a qualidade requerida continuará a ser um dos principais objectivos em 2007. Assim, os esforços continuarão centrados na melhoria da qualidade do ensino através de reformas curriculares,

pesquisas e introdução de novas metodologias no processo de ensino e aprendizagem e na formação dos docentes.

Neste contexto, entre outras acções a serem desenvolvidas para a realização dos objectivos definidos, importa destacar o seguinte:

- Início da implementação das reformas do Curso de Relações Internacionais;
- Promoção de actividades de investigação e de troca de experiências através da organização de encontros científicos para a disseminação de trabalhos de investigação e reflexões académicas envolvendo docentes, discentes e o público em geral;
- Concessão de bolsas de estudos aos docentes a tempo inteiro para cursos de mestrado e doutoramento visando a elevação dos níveis de prestação dos mesmos;
- Desenvolvimento de acções de formação de curta duração para os docentes, visando a melhoria dos níveis de qualidade de ensino;
- Início da primeira fase de construção de um campus de raiz.

B. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Na área de Ciência e Tecnologia (C&T), em 2007 os esforços continuarão concentrados no desenvolvimento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para permitir que a actividade de C&T seja feita de uma forma coordenada e eficiente. Assim, entre outras acções a serem desenvolvidas para a realização dos objectivos definidos, merecem destaque as seguintes:

Investigação Científica

- Estabelecimento de um Centro de Investigação em Etnobotânica na cidade ou província de Maputo;
- Produção de uma publicação bienal sobre indicadores de ciência e tecnologia;
- Realização de expedições multidisciplinares para a identificação de constrangimentos e soluções práticas em 30 distritos de Moçambique;
- Treinamento e capacitação de 10 monitores para as Incubadoras, sendo um em cada província; e
- Difusão, inovação e transferência tecnológica através dos Centros Regionais de Ciência e Tecnologia.

Transferência de Tecnologias e Inovação

- Estabelecimento da primeira fase do funcionamento do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT) na cidade de Maputo;
- Criação de uma base de dados de inovadores em cada província;

- Realização de demonstrações tecnológicas inovadoras em cada província; e
- Criação de uma incubadora tecnológica em Chókwe, com objectivo de garantir o processamento de produtos agro-pecuários.

Tecnologias de Informação e Comunicação

- Criação de uma Rede de Internet ligando pelo menos 6 Instituições de Investigação e de Ensino Superior;
- Início do processo de informatização da Biblioteca Nacional e Arquivo Histórico de Moçambique;
- Criação do museu virtual do algodão;
- Criação de uma base de dados e portal com informação agro-pecuária (conservação e processamento de produtos agrícolas no país);
- Realização de cursos para 29 formadores de professores, por província, em Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Criação da Biblioteca Virtual sobre Pobreza;
- Continuação da expansão da rede do Governo Electrónico para o nível Provincial e Distrital, abrangendo 20 instituições do Governo Central, 60 do Governo Provincial e 48 do Governo Distrital; e
- Implantação de quatro (4) Centros Multimédia Comunitários e quatro (4) Vilas do Millennium, sendo dois (2) em Cabo Delgado, um (1) em Nampula e um (1) em Gaza.

Divulgação e Promoção da Ciência

- Produção de materiais audio-visuais e digitais contendo técnicas e conhecimentos adequados para a solução de problemas específicos de cada região, como forma de divulgar os conhecimentos disponíveis para as comunidades rurais;
- Organização de quatro (4) Mostras de Ciência e Tecnologia nas províncias de Nampula, Tete, Gaza e Maputo; e
- Realização de oito (8) palestras científicas para as comunidades académicas de Maputo no âmbito da divulgação de tecnologias de ponta.

C. SAÚDE

Na área da Saúde, em 2007, continuam a constituir prioridade os cuidados de saúde primários e a melhoria dos serviços prestados, tendo em vista a redução das elevadas taxas de morbilidade e mortalidade na população, em geral, e nos grupos de risco acrescido e desfavorecidos, em particular.

Expansão da Rede Sanitária

Neste âmbito, será privilegiada a expansão e a reabilitação/ampliação da rede sanitária, sendo de destacar o início da construção do Hospital Geral da Matola na Província de Maputo.

Em termos de instituições de formação, serão construídos os Centros de Formação da Mocímboa da Praia e de Cuamba, e o Instituto de Ciências de Saúde do Infulene.

Tipo de Infraestruturas	Construções	Reabilitação e/ou ampliação
Hospitais Centrais		3
Hospitais especializados		
Hospitais provinciais	1	3
Hospitais Rurais e Gerais	7	9
Centros de Saúde	3	2
Instituições de Formação	3	5
Armazens e DPS	4	

No âmbito do **Desenvolvimento dos Recursos Humanos**, em 2007 será privilegiada a formação inicial e contínua dos trabalhadores tendo em vista a melhoria do desempenho profissional destes. Assim, merece destaque o seguinte:

- Graduação de 557 profissionais de nível médio e 1.225 técnicos básicos; e
- Graduação de 16 médicos especialistas nas diversas áreas.

No âmbito da **Prestação de Cuidados de Saúde**, prevê-se:

- Atingir um índice de inequidade no consumo de serviços igual ou inferior a 3.2 através da expansão e melhoria da rede sanitária;
- Reduzir a inequidade no consumo de serviços entre as províncias com maior e menor consumo para 2.7, através de uma melhor alocação de recursos; e
- Aumentar o volume global de actividades medido em termos de consultas externas para 3.6%.

Evolução da Actividade Global de Saúde				
Indicadores	2005 Real	2006 Prev.	2007 Plano	Evol. (%) P07/Pr06
CONSULTAS EXTERNAS				
Consultas Externas (Mil)	18,075	18,719	19,385	3.6
Consultas Externas/Habitante	0.93	0.94	0.95	
Índice de iniquidade	3.0	3.3	3.2	

No âmbito do **Programa de Saúde Materno Infantil**, constituem principais objectivos a prosseguir a redução da mortalidade materna e infanto-juvenil. Para o efeito, serão realizadas entre outras as seguintes acções:

- Aumento do acesso ao Tratamento Intermitente Preventivo (TIP) para as

mulheres grávidas através da sua incorporação na consulta pré natal em cerca de 60% das USs do país;

- Aumento do número de USs que prestam Cuidados Obstétricos Essenciais Básicos (COEB) para 1.9 por 500 mil habitantes;
- Criação de Casas de Mãe Espera, em 60% das maternidades das sedes distritais e reforço da colaboração com as comunidades e ONGs que trabalham nos distritos;
- Atingir uma cobertura de 85% em suplementação com vitamina “A” e de 80% em suplementação de iodo nas mulheres em idade fértil, sobretudo nas províncias de Nampula, Zambézia e Niassa, onde se verificam maiores carências de iodo.

Evolução das Taxas de Cobertura de SMI			
Indicadores	2005 Real	2006 Prev.	2007 Plano
Consultas pré-natais	100%	98%	98%
Partos institucionais	49%	51%	52%
Consultas pós-partos	58%	62%	64%
Planeamento familiar	15%	17%	17%
1 ^{as} Cons. Crianças (0-11 Meses)	98%	98%	98%
1 ^{as} Cons. Crianças (0-4 Anos)	70%	72%	74%

Com vista a melhoria dos serviços de Atenção Integrada às Doenças Infantis (AIDI) será privilegiado o apetrechamento em equipamentos e materiais básicos aos serviços de pediatria de todos os hospitais do país, a realização de cursos de capacitação para o tratamento de doenças infantis e a colocação de técnicos pediatras nos hospitais. Neste âmbito, especial destaque vai para o seguinte:

- Colocação de 4 enfermeiros e 1 médico pediatra em cada HP;
- Realização de cursos de TARV pediátrico para garantir o tratamento de 11.200 crianças;
- Tratamento nas USs de 22.500 mulheres em serviços de PTV;
- Formação de 50 agentes comunitários de saúde (ACS) em matéria de tratamento correcto e atempado da malária em 15 distritos (3 Províncias);
- Formação de 200 ACS em AIDI com vista a promover práticas correctas de tratamento da diarreia no seio da comunidade em 30% dos distritos de cada Província; e
- Realização de cursos regionais de formadores em Maputo, Beira e Nampula para actualizar 60 formadores em AIDI com as componentes neonatal, diarreia, malária, alimentação infantil, desnutrição grave e HIV.

No âmbito da redução da taxa de prevalência e impacto da malnutrição será privilegiado o seguinte:

- Criação de 42 Postos Sentinela como forma de reforçar o sistema de vigilância nutricional;
- Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Elaboração e divulgação do Plano de Acção de Desenvolvimento Nutricional em Moçambique e dos manuais de dietas com base nos produtos localmente produzidos;
- Suplementação com vitamina “A” e sulfato de ferro a 60% de crianças dos 6-59 meses e com ácido fólico as crianças dos 6-23 meses;
- Introdução do Pacote Nutricional Básico em todas as Unidades Sanitárias do país; e
- Estabelecimento de 10 Centros de Reabilitação Nutricional no País.

No âmbito do **Programa Alargado de Vacinação** e visando a redução das doenças preveníveis por vacinação, destaque vai para as acções a serem desenvolvidas na aquisição de 200 unidades de frio mistas (electricidade/gás) ou solares e peças sobressalentes para 1.000 unidades de frio.

Evolução das Taxas de Cobertura do PAV			
Indicadores	2005 Real	2006 Prev.	2007 Plano
BCG [0-11 Meses]	98%	98%	98%
VAS [9-23 Meses]	98%	98%	98%
DPT/HB (3ª Dose)	95%	95%	95%
Anti-Pólio (3ª Dose)	95%	95%	95%

Para controlar os focos de tétano que se verificam em algumas regiões, será realizada a 3ª volta da campanha anti-tetânica a mulheres em idade fértil em 15 distritos das Províncias de maior risco (Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete e Manica).

No âmbito do **Programa de Saúde Escolar e do Adolescente**, em 2007 prevê-se realizar as seguintes actividades:

- Implementação da Estratégia de Saúde Escolar em 50% das escolas do EP1 e EP2;
- Suplementação com Iodo a 50% das escolas do EP1 e EP2 nas Províncias de Tete e Niassa;
- Realização de acções de formação para 500 profissionais de saúde em matéria de Saúde Sexual e Reprodutiva para os Adolescentes e Jovens (SSRAJ) e HIV/SIDA;
- Disseminação da Política e Estratégia de SSRAJ/HIV/SIDA; e
- Expansão e apetrechamento dos Serviços de Apoio a Adolescentes e Jovens (SAAJs).

No âmbito da Saúde Mental serão realizados cursos regionais de capacitação para 40 psiquiatras e psicólogos na componente de saúde mental em crianças.

Grandes endemias

Neste âmbito, em 2007, será privilegiada a prevenção, o controle e tratamento das principais doenças endémicas que mais influenciam na morbi-mortalidade da população. Assim, entre outras acções, prevê-se:

Malária

- Realização de acções de pulverização intra-domiciliárias;
- Distribuição de redes mosquiteiras (REMTI) e controlo larval; e
- Introdução e expansão de testes rápidos de malária.

ITSs e HIV/SIDA

- Disponibilização do preservativo em todos os serviços de Aconselhamento e Testagem em Saúde (ATS);
- Transformação dos 173 GATVs existentes em serviços de ATS;
- Atendimento de 96.420 doentes elegíveis através de 112 USs com capacidade para oferecer serviços TARV;
- Produção e divulgação de material educativo sobre suplementos alimentares e nutricionais para prolongamento e melhoramento da qualidade de vida de 107.329 PVHS e outras doenças crónicas.

Tuberculose e Lepra

- Aumentar as actividades de despiste e tratamento da tuberculose e lepra;
- Realização de cursos de TB/HIV para 150 supervisores distritais com vista a atingir uma cobertura de despiste em tuberculose de 50%;
- Integração de serviços de HIV/SIDA e TB/Lepra e disponibilização do TARV para doentes com TB/HIV em 20 distritos;
- Disseminação da informação sobre TB e Lepra; e
- Revisão do guião e manual de tuberculose e actualização do protocolo do sistema de controlo de qualidade.

Área Farmacêutica

Quanto ao acesso da população aos medicamentos de qualidade e em condições de equidade e promoção do seu uso racional, importa destacar que será:

- Revisto o Formulário Nacional de Medicamentos;
- Divulgados 3.500 manuais sobre o uso racional de medicamentos para os profissionais de saúde e realizadas acções de educação aos profissionais da Farmácia sobre os riscos de auto-medicação.

D. TRABALHO

Na área do Trabalho, em 2007 continuar-se-á a privilegiar o desenvolvimento de programas que assegurem o aumento das oportunidades de emprego, a prevenção de conflitos laborais nas empresas e a expansão dos serviços do sistema de segurança social.

No domínio da Acção Normativa

Neste domínio continuará a ser privilegiada a elaboração de normas laborais que se afigurem mais consentâneas com o processo de desenvolvimento económico do país. Assim os esforços serão centrados no seguinte:

- Implantação de três Centros de Mediação e Arbitragem Laboral e instalação da Comissão de Mediação e Arbitragem;
- Regulamentação dos Centros de Mediação e Arbitragem Laboral; e
- Divulgação das normas internacionais do trabalho.

No domínio do Emprego, Trabalho e Formação Profissional

A promoção do emprego através da construção de infra-estruturas de formação profissional, formação de candidatos a emprego e o desenvolvimento de projectos de geração de rendimentos continuará a ser prioridade. Assim, serão realizadas as seguintes actividades:

- Continuação da construção dos Centros de Formação Profissional nas províncias de Cabo Delgado, Inhambane, Maputo, Gaza e Manica;
- Formação através de uma Unidade Móvel de 120 candidatos em turismo e hotelaria em Gaza (60) e em Inhambane (60);
- Formação de 2.525 candidatos a emprego incluindo pessoas portadoras de deficiência em diversas especialidade nos Centros de Formação Profissional, distribuídos da seguinte forma: Maputo Cidade (433); Maputo Província (216); Gaza (80); Inhambane (188); Manica (104); Sofala (672); Nampula (328); C.Delgado (304) e Niassa (200);
- Formação de 1.790 candidatos em gestão de pequenos negócios: Maputo Cidade (80); Maputo Província (120); Gaza (100); Inhambane (100); Manica (860); Sofala (110); Tete (40); Zambézia (90); Nampula (130); C. Delgado (120) e Niassa (40);
- Promoção do emprego e auto emprego através do apoio a 1.020 candidatos: Maputo Cidade (100); Maputo Província (100); Gaza (100); Inhambane (120); Manica (60); Sofala (100); Tete (40); Zambézia (100); Nampula (160); C.Delgado (100) e Niassa (40);
- Promoção de estágios profissionais para 1.000 beneficiários das escolas e Institutos Técnicos: Maputo Cidade (150); Maputo Província (150); Gaza (70); Inhambane (75); Manica (30); Sofala (125); Tete (30); Zambézia (70); Nampula (150); C. Delgado (75) e Niassa (75);

- Apetrechamento dos Pavilhões Oficiais dos Centros de Formação Profissional de Pemba e Quelimane; e
- Início da utilização de testes psicotécnicos no processo de orientação profissional nos Centros de Emprego nas províncias de Sofala, Nampula e Maputo-Cidade.

No âmbito das Relações de Trabalho

Neste âmbito, os esforços continuarão concentrados na consolidação do diálogo e do relacionamento harmonioso entre o Governo, Empregadores e Trabalhadores. Assim, continuará a ser prioridade o seguinte:

- Acompanhamento da evolução dos processos negociais nas empresas;
- Intervenção nos conflitos laborais através da conciliação, mediação e apoio a arbitragem;
- Capacitação de 35 técnicos de Relações Profissionais em matéria de prevenção de conflitos laborais ao nível nacional; e
- Produção de material informativo e de formação em matérias de negociação colectiva e resolução de conflitos laborais.

No âmbito da Inspeção do Trabalho

Neste âmbito as atenções serão concentradas no seguinte:

- Fiscalização de 4.378 estabelecimentos para verificar o cumprimento das Normas Laborais;
- Capacitação de 98 agentes de Inspeção do Trabalho;
- Formação inicial a 45 agentes de Inspeção do Trabalho.

No domínio da Segurança Social

A expansão dos serviços de segurança social a todo território nacional continuará a ser privilegiado. Assim, prevê-se inscrever 1.400 empresas e 40.000 trabalhadores no sistema de segurança social.

E. MULHER E ACÇÃO SOCIAL

Na área da Mulher e da Acção Social, será prosseguido o desenvolvimento de acções de protecção e de assistência social as pessoas vivendo em estado de extrema pobreza, particularmente mulheres chefes de agregado familiar, crianças, pessoas idosas e pessoas portadoras de deficiência, garantindo-as o acesso às oportunidades de desenvolvimento, à expressão das suas capacidades e ao exercício dos seus direitos cívicos.

Assim, tendo em vista a realização dos objectivos definidos serão desenvolvidas entre outras as seguintes acções:

Âmbito do Desenvolvimento da Mulher

- Divulgação da legislação e das políticas em prol da igualdade de género;

- Institucionalização dos Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher nas províncias de Niassa, Inhambane, Maputo província e cidade;
- Capacitação dos membros dos Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher, em matérias de integração de género nos planos sectoriais, nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Manica e Sofala;
- Prestação de apoio às mulheres chefes do agregado familiar com fraca capacidade económica, através de projectos de geração de rendimentos e de auto-emprego; e
- Realização de acções de consciencialização dos cidadãos sobre a prevenção da violência contra a mulher e de reinserção social das vítimas.

Âmbito da Protecção da Criança

No âmbito do Programa de Localização e Reunificação Familiar de crianças perdidas ou abandonadas prevê-se, para o ano de 2007, documentar e reunificar 1.200 e 250 crianças, respectivamente.

Para o acompanhamento das crianças adoptadas, tuteladas e acolhidas, serão realizadas visitas domiciliárias em cada província.

Programa de Localização e Reunificação Familiar

Indicadores	2006	2007
	Prev	Plano
Crianças documentadas	1,200	1,200
Crianças reunificadas	400	250

No âmbito da Educação Pré-Escolar as atenções continuarão viradas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à criança nos centros e jardins infantis e escolinhas comunitárias. Atenção particular será dada a sensibilização das comunidades, ONG's e sector privado para apoiar as iniciativas comunitárias no sentido de torná-las mais sustentáveis.

Ainda neste âmbito prevê-se realizar dois cursos em cada província, de capacitação dos responsáveis e animadores das escolinhas comunitárias em matérias pedagógicas com vista a elevar o nível de conhecimento do atendimento da criança em idade Pré-Escolar.

Educação Pré-Escolar

Indicadores	2006	2007
	Prev	Plano
Centros Infantís (Estatais)	15	15
Crianças Atendidas	1,450	1,500
Centros Infantís (Privados)	110	120
Crianças Atendidas	9,500	7,500
Escolinhas Comunitárias	490	550
Crianças Atendidas	37,000	30,000
Animadores	616	616

No âmbito da Reabilitação Psico-Social e Integração da Criança em Situação Difícil continuar-se-á a privilegiar o envolvimento das instituições religiosas, comunidades, ONG's e o sector privado no atendimento da criança órfã e

abandonada nas comunidades, infantários e centros de acolhimento. Assim, espera-se atender 9.800 crianças a nível nacional.

Atendimento a Criança em Situação Difícil

Indicadore	2006 Prev	2007 Plano
Centros da/na Rua	70	72
Crianças Atendidas	-	8,000
Infantários Estatais	8	8
Crianças Atendidas	250	400
Infantários Privados	13	25
Crianças Atendidas	1,600	1,400

No âmbito do Atendimento a Pessoa Idosa, as atenções continuarão concentradas na assistência e promoção dos seus direitos, bem como na integração deste grupo na família e na comunidade. Assim, no ano de 2007, serão atendidas um total de 600 pessoas idosas em todo país.

Atendimento ao Idoso

Indicadores	2006 Prev	2007 Plano
Centros de Apoio Estatais	9	9
Idosos Atendidos	270	250
Centros de Apoio Privados	13	15
Idosos Atendidos	340	350

No âmbito do Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência (PPD's), será dada continuidade à assistência institucional, integração social, inserção em actividades de formação profissionalizante e de geração de rendimentos das PPD's em situação de vulnerabilidade. Assim, prevê-se, em todo o país, integrar socialmente 2.000 crianças portadoras de deficiência, atender 380 PPD's nos centros de trânsito e 470 PPD's em instituições de ensino especial conforme a tabela a seguir ilustra.

Prevê-se ainda, promover o desenvolvimento e consolidação do ensino especial para as crianças portadoras de deficiência priorizando o Ensino Inclusivo; atribuir meios de compensação a 1.650 pessoas portadoras de deficiência em situação de extrema pobreza em colaboração com o sector privado e a sociedade civil e promover a capacitação em língua de sinais.

Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência

Indicadores	2006 Prev	2007 Plano
Deficientes Identificados	6,500	7,000
Deficientes Acompanhados	2,395	2,500
Crianças Deficientes Integradas	2,000	2,000
Número de Centros de trânsito	6	6
Deficientes Atendidos	350	380
Escolas Especiais	3	3
Número de Alunos	300	330
Instituto de Deficientes Visuais	1	1
Número de Alunos	170	140

No âmbito do Atendimento aos Toxicodependentes, Doentes Crónicos e Reclusos, será concebido e produzido material informativo educativo, realizadas sessões de sensibilização para a prevenção do uso de substâncias tóxicas e promovida a criação de Centros de Reabilitação Psico-Social.

Programas e Projectos de Assistência Social

Neste âmbito, continuará a ser privilegiada a assistência social e económica directa aos indivíduos incapacitados para o trabalho e a promoção do desenvolvimento sócio-económico dos indivíduos ou grupo de indivíduos capacitados para o trabalho. Assim, prevê-se prosseguir com a implementação de cinco programas de assistência social atingindo um universo de 166.232 beneficiários.

Programas de Assistência Social					
Distribuição dos Beneficiários por Província					
Províncias	Programa de Subsídio de Alimentos	Programa de Benefício Social pelo trabalho	Programa de Geração de Rendimentos	Programa de Apoio Social Directo	Programa de Desenvolvimento Comunitário
Niassa	5,800	757	330	1,757	4,873
C.Delgado	6,500	220	358	710	2,769
Nampula	20,900	523	955	1,708	5,286
Zambézia	10,300	490	958	1,655	6,158
Tete	4,800	220	458	1,000	4,332
Manica	10,200	343	278	793	3,922
Sofala	7,770	389	1,025	1,200	3,511
Inhambane	7,900	239	458	793	4,743
Gaza	13,900	644	1,178	1,093	4,168
Maputo P.	4,730	120	158	672	2,769
Maputo C.	4,200	435	568	952	3,264
Total	97,000	4,380	6,724	12,333	45,795

Para assegurar maior sustentabilidade e impacto dos programas de Benefício Social pelo Trabalho e de Geração de Rendimentos, realizar-se-ão acções de sensibilização e treinamento técnico dos beneficiários em matérias de planificação, gestão de projectos e negócios.

F. LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFICIENTES DE GUERRA

Nesta área, continuará a ser privilegiada a assistência e inserção social dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, a valorização e divulgação da história da luta de libertação e a prevenção e combate ao HIV/SIDA. Para a realização destes objectivos, serão desenvolvidas as seguintes acções:

Assistência e Inserção Social do Combatente

- Emissão de 15.000 Cartões de Combatentes;
- Continuação do processo de fixação de pensões dos Antigos Combatentes;
- Atribuição de bolsas de estudos aos filhos dos Antigos Combatentes;

- Criação do Fundo Nacional de Bolsas de Estudos para os Combatentes;
- Financiamento de 70 projectos nas áreas de agricultura, agro-indústria, pecuária, pesca, comércio em pequena escala, carpintaria e serralharia, através do Fundo de Inserção Social do Antigo Combatente (FISAC);
- Formação técnica e profissional dos combatentes e seus dependentes na área de gestão de projectos económicos; e
- Continuação da construção do Centro - Escola de Formação e Reabilitação Física em Manica.

História e Património da Luta de Libertação Nacional

- Operacionalização do Centro de Pesquisa e Documentação da História da Luta de Libertação Nacional;
- Realização de acções de pesquisa da história da luta de libertação nacional;
- Divulgação da história da luta de libertação nacional através da edição de livros e revistas, realização de palestras, emissão de programas radiofónicos e televisivos; e
- Sinalização, demarcação e manutenção dos locais de importância histórica.

Prevenção e Combate ao HIV/SIDA

- Promoção de acções de consciencialização e formação de activistas (educadores de pares) em HIV/SIDA;
- Promoção do acesso aos materiais de prevenção ao HIV/SIDA e de Informação, Educação e Comunicação (IEC) aos combatentes e seus dependentes; e
- Financiamento de projectos de mitigação do impacto do HIV/SIDA no seio dos combatentes e seus dependentes.

G. CULTURA

Na área da Cultura, os esforços continuarão concentrados na promoção da cultura, preservação e divulgação do património cultural nacional, no desenvolvimento da criatividade e na expansão e melhoria da rede de infra-estruturas culturais.

Assim, tendo em vista a realização destas prioridades serão desenvolvidas entre outras as seguintes acções:

Promoção da Cultura

- Preparação da 2ª Conferência Nacional de Cultura;
- Realização de eventos sócio-culturais (feiras locais de artesanato, festivais);
- Instalação do Gabinete de Conservação e Restauro da Ilha de Moçambique (GACIM), capacitação do respectivo pessoal; e continuação da reabilitação do património edificado;

- Elaboração e aprovação do Plano para a Protecção do Património Subaquático da Ilha de Moçambique;
- Divulgação do património cultural sobre as áreas protegidas, sítios e locais históricos, através dos meios de comunicação social, escolas e estabelecimentos de restauração; e
- Divulgação do património cultural tangível e intangível através dos órgãos de comunicação social, manuais, brochuras e outros meios de comunicação.

Preservação e Valorização do Património Cultural

- Identificação, registo e preservação de duas obras culturais e naturais a inscrever na proposta da lista do Património Mundial;
- Conclusão e publicação da Política dos Museus e Monumentos;
- Implementação dos planos de protecção da Timbila e do Nyau;
- Realização de 30 campanhas de sensibilização para a preservação do património cultural (15 em escolas, 5 em instituições relevantes, 10 em comunidades locais);
- Elaboração da estratégia de implementação da Política Nacional do Livro e introdução do Sistema Internacional de Numeração do Livro em Moçambique;
- Elaboração da Política do Cinema em Moçambique;
- Desenvolvimento e aprovação da Política Linguística de Moçambique e respectivo quadro legal; e
- Promoção da participação da comunidade na divulgação, conservação e gestão de monumentos, conjuntos e sítios históricos.

Desenvolvimento e fortalecimento da capacidade e infra-estruturas culturais

- Reabilitação das instalações do Instituto de Investigação Sócio Cultural (ARPAC), Biblioteca Nacional e Museu Nacional de Etnologia; e
- Reabilitação de casas de cultura.

Fortalecimento da parceria com os vários intervenientes

- Realização da I edição das Jornadas Científico-Culturais;
- Participação na 3ª Edição do Festival do cinema da CPLP; e
- Participação no Festival Mundial de Artes Negras, no Senegal, na Bienal de Dakar e S.Paulo.

Fortalecimento da moçambicanidade no âmbito da unidade na diversidade

- Promoção da produção e difusão de programas e publicações culturais sobre a diversidade cultural nacional, através dos media e da comunicação social e

sua disseminação na comunidade através das Casas de Cultura e Centros Culturais; e

H. JUVENTUDE E DESPORTOS

Na área da Juventude Desportos, em 2007 continuar-se-á a privilegiar o enquadramento dos jovens no processo de desenvolvimento do País, o fortalecimento do associativismo juvenil e desportivo, a massificação da prática da actividade física e desportiva e o desenvolvimento do desporto de alta competição.

Área da Juventude

Com o objectivo de, a potenciar o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) para assegurar o exercício efectivo do papel como órgão interlocutor entre a juventude e o Estado, serão levadas a cabo as seguintes actividades:

- Prestar assistência técnica, metodológica e financeira ao CNJ e proceder a capacitação de 46 membros do CNJ em matérias de gestão associativa, institucional e de projectos de geração de renda;
- Apoiar a realização do II Encontro Nacional da Juventude que, contará com a participação de 170 jovens provenientes de todas as províncias;
- Apoiar o processo de legalização de 110 associações juvenis com vista a potenciar o movimento associativo juvenil, sendo 10 por província;
- Criar uma base de dados informatizada das associações juvenis existentes no País; e
- Apoiar o funcionamento do Comité Intersectorial de Apoio aos Adolescentes e Jovens - CIADAJ

Com o objectivo de, garantir a participação da juventude na criação de oportunidades de emprego e auto-emprego para a elevação da sua capacidade de intervenção no desenvolvimento nacional, e promover acções de formação profissional, serão desenvolvidas as seguintes acções:

- Capacitar técnica e financeiramente o funcionamento dos Centros Juvenis de Formação Vocacional da Mozarte e da Manga;
- Financiar 110 projectos juvenis de geração de rendimento, sendo 10 por província, como forma de criação de oportunidades de emprego e de redução e combate à pobreza na camada juvenil, no âmbito do Fundo de Apoio à Iniciativas Juvenis (FAIJ), priorizando os jovens nos distritos;
- Formar 180 formadores em matérias de gestão de micro-créditos, sendo 15 por província e 20 na província onde se realizar a formação;
- Realizar acções de formação e reciclagem de 165 formadores nacionais, em matérias de liderança, gestão de projectos, e em matérias de HIV/SIDA e habilidades para vida, à razão de 15 por província; e

- Implementar e monitorar do Programa de Micro-créditos da Commonwealth, no distrito da Moamba.

No âmbito do desenvolvimento de programas sobre habilidades para a vida, direccionados à juventude serão realizadas as seguintes actividades:

- Expandir o Programa “Geração Biz” para a província de Manica (5 Distritos), Gaza (2), Inhambane (3), Tete (3), Niassa (4), Cabo Delgado (3), Sofala (5), Nampula (5), junto de adolescentes e jovens Fora da Escola;
- Estabelecer parcerias com a Rede Nacional Contra a Droga e as associações juvenis para a realização de actividades no âmbito da prevenção do consumo e tráfico de drogas;
- Apoiar e monitorar programas culturais que visem a disseminação de mensagens educativas sobre Saúde Sexual e Reprodutiva e HIV/SIDA nas comunidades e combater o consumo de drogas.

Com vista a fomentar no seio da juventude o interesse pela prática do desporto, do turismo e da arte e cultura, como forma de ocupação dos tempos livres, prevê-se:

- Organizar 11 acampamentos juvenis provinciais e/ou regionais, onde participarão cerca de 150 jovens em cada acampamento;
- Realizar um acampamento juvenil nacional, onde participarão aproximadamente 300 jovens provenientes de vários pontos do País;
- Reabilitar e transformar em pousada da juventude, as infra-estruturas localizadas na Praia do Tofo, em Inhambane;
- Apoiar a realização das fases provincial e nacional do festival juvenil de música.

Visando garantir oportunidades de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação para a juventude, serão realizadas as seguintes actividades:

- Consolidar os centros juvenis de divulgação das tecnologias de informação da cidade de Maputo (1), Sofala (1), Nampula (1) e Pemba (1);
- Apoiar a instalação de mais dois centros juvenis em Tete (1) e Zambézia (1);
- Apoiar a formação de 24 formadores/monitores em novas tecnologias de informação e comunicação, na Cidade de Maputo (4), Sofala (4), Tete (4), Zambézia (4), Nampula (4) e Pemba (4); e
- Adquirir e alocar equipamento informático (4 computadores e respectivas impressoras e 4 UPS’s) para o funcionamento dos centros de Tete (2) e Zambézia (2).

ÁREA DO DESPORTO

No âmbito da massificação do desporto e do programa “Moçambique em Movimento”, serão desenvolvidas as seguintes acções:

- Realizar o Festival Nacional dos Jogos Desportivos Escolares, na Zambézia;
- Apoiar o fortalecimento do associativismo para a realização de festivais e torneios desportivos, e de jogos tradicionais, em coordenação com as autoridades locais;
- Apoiar a realização de actividades desportivas alusivas à Semana Nacional do Desporto;
- Promover o desporto feminino através da realização de torneios de futebol à escala nacional.

No âmbito da formação de agentes desportivos, e continuidade da implementação do Sistema de Formação de Agentes Desportivos (SIFAD), estão previstas as seguintes acções:

- Formar 18 agentes desportivos, entre gestores e treinadores para pessoas portadoras de deficiência;
- Realizar de cursos básicos, de nível I e nível II, nas modalidades de atletismo, basquetebol, futebol, natação, voleibol, andebol, hóquei em patins, ginástica, totalizando 705 agentes desportivos formados.

Em relação ao Desporto de Alta Competição, terão continuidade esforços visando:

- Conceber e divulgar do sistema nacional de detecção e acompanhamento de talentos;
- Elaborar o projecto executivo para construção dos estádios regionais, tendo a si adstritos a criação de Centros de Excelência Desportiva;
- Materializar o Projecto Fut-21 no âmbito da revitalização do desporto;
- Iniciar a construção do Estádio Nacional;
- Continuar a construção do Estádio Municipal de Pemba (campo de futebol, pista de atletismo, balneários, campo polivalente e vedação);
- Colocar relva sintética em 3 campos de futebol em Maputo, Nampula e Pemba;
- Continuar a executar o Programa de Reabilitação de instalações municipais propriedade do Estado sob gestão do Fundo de Promoção Desportiva;
- Prestar apoio à participação das equipas nacionais nos jogos das Afrotaças, nas modalidades de Atletismo, Basquetebol, Futebol, Voleibol e Hóquei em Patins;
- Criar o Seguro Desportivo;
- Regulamentar o controlo e combate ao doping nas competições desportivas.

Ainda neste âmbito, será prestado apoio: na preparação e a participação das selecções nacionais nos Jogos Pan Africanos – Argélia, na preparação e

participação de Moçambique nos VI Jogos da CPLP – Brasil, e na preparação de Moçambique para os Jogos Olímpicos de Beijing – 2008.

Na área de Suporte Institucional, especial atenção, será dada ao início de construção do edifício sede do Ministério.

I. MEIO AMBIENTE

Na área do Ambiente, em 2007, continuará a constituir prioridade o desenvolvimento sustentável do país. Assim, as atenções continuarão concentradas na coordenação intersectorial, gestão e educação ambiental e no planeamento e ordenamento territorial.

Coordenação Intersectorial

A coordenação intersectorial tem sido o meio privilegiado para garantir a integração ambiental em outros sectores, tendo como pressuposto a transversalidade da gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, em 2007, maior atenção será prestada ao seguinte:

- Consolidação das 5 unidades ambientais existentes e criação de outras 13;
- Divulgação e implementação da Estratégia Ambiental para o desenvolvimento sustentável de Moçambique; e
- Divulgação de estatísticas ambientais.

Gestão Ambiental

Com o objectivo de contribuir para a prevenção da degradação ambiental, será priorizado o seguinte:

- Divulgação e implementação da Estratégia de Combate as queimadas descontroladas;
- Divulgação da Estratégia Nacional de Controle e Combate a Erosão de Solos;
- Continuação da implementação do projecto-piloto de combate a erosão em Changara;
- Elaboração de planos ambientais integrados da Zona Costeira de Inhambane, Sofala e Zambézia;
- Elaboração da directiva técnica sobre a operacionalização de aterros sanitários em Moçambique; e
- Disseminação de boas práticas em gestão ambiental urbana.

Avaliação do Impacto Ambiental

Neste âmbito, as atenções serão concentradas no seguinte:

- Realização de acções de pré-avaliação de 160 projectos e de revisão de 80 estudos de impacto ambiental;

- Desenvolvimento de acções de recolha de pesticidas obsoletos em Nampula (130ton), Cabo Delgado (53ton), Niassa (20ton), Zambézia (120ton) e Manica (90ton);
- Conclusão da avaliação ambiental estratégica de Govuro;
- Realização de auditorias ambientais em 15 unidades industriais em Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Nampula; e
- Realização de um curso de formação em Avaliação do Impacto Ambiental para 25 participantes.

Planeamento e Ordenamento Territorial

O Planeamento e Ordenamento Territorial constitui uma das grandes prioridades ambientais no país. Assim, destaque vai para as seguintes acções:

- Requalificação urbana do bairro de Natite, na cidade de Pemba;
- Elaboração dos planos de Lindela, Homóine e Panda na Província de Inhambane e dos planos de urbanização das vilas de Namialo, Chalaua e Mecuburi, na Província de Nampula;
- Elaboração dos planos de uso da terra dos distritos de Chifunde, Macanga, Mutarara e Changara (Tete); Namacurra, Nicoadala, Chinde e Gilé (Zambézia); Machanga, Maringuè e Chemba (Sofala), Manica e Macossa (Manica);
- Realização de seminários regionais de divulgação das metodologias e legislação de ordenamento territorial;
- Capacitação de técnicos distritais em matéria de ordenamento territorial e gestão de recursos naturais em Maputo, Gaza, Inhambane, Cabo Delgado, Niassa e Nampula; e de líderes comunitários das províncias de Maputo, Manica e Nampula; e
- Reactivação do curso médio de planeamento físico e ambiente.

Promoção Ambiental

Neste âmbito, é prioridade o desenvolvimento de acções de educação, sensibilização e consciencialização da sociedade sobre questões ambientais, tendo em vista o uso sustentável de recursos naturais. Assim, em 2007 será privilegiado o seguinte:

- Assistência técnica e material aos núcleos e clubes ambientais em todo o país;
- Produção e disseminação de material de sensibilização e promoção ambiental.

Legislação Ambiental

Com o objectivo de fortalecer o quadro institucional e legal para o uso sustentável dos recursos naturais, prevê-se o lançamento e manutenção de um

banco de dados sobre a legislação e políticas ambientais, em vigor no país, acessíveis por via electrónica.

Inspeção Ambiental

Com objectivo de assegurar a implementação e o cumprimento da legislação ambiental será privilegiado o seguinte:

- Realização de acções de inspecção as actividades turísticas na zona costeira de Inhambane, Gaza, Maputo e Cabo Delgado;
- Realização de acções de inspecção as actividades de categoria A, B e C na área ambiental, em todas as províncias, com excepção, da Zambézia e Niassa e Maputo.

V.2 ÁREA ECONÓMICA

A. AGRICULTURA

Para este sector as acções, estarão viradas para o aumento da produtividade e produção para garantir a segurança alimentar, aumento dos rendimentos e da competitividade dos produtores, assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais, promoção do desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor, desenvolvimento de tecnologias que promovam o uso e maneo sustentável dos recursos naturais, e desenvolvimento de um sector público eficaz e eficiente e que, responda as expectativas dos cidadãos e agentes económicos.

Neste contexto, estão previstas as seguintes acções:

Em matéria de geração de tecnologias agrárias adaptadas, prevê-se libertar quatro variedades novas de culturas, das quais um híbrido de milho para cada uma das três zonas agro-ecológicas (alta, media e baixa) e uma de feijão nhemba;

No âmbito da produção de semente pré-básica (investigação Agrária) pretende-se alcançar a produção de 40 Kg de milho. Em relação à semente básica prevê-se a produção de 3,500 Kg de arroz (várias variedades), 1,200 Kg de feijão nhemba e 1,000 Kg de feijão vulgar e, 10,000 Kg de semente de algodão.

Divulgar e disseminar tecnologias agrárias, através da assistência a 222,300 produtores pelo sector público incluindo a subcontratação de serviços pelos provedores privados distribuídos da seguinte maneira: Cabo Delgado (25,200), Niassa (15,975), Nampula (26,000), Zambézia (41,400), Tete (20,000), Manica (16,265), Sofala (35,000), Inhambane (10,000), Gaza (14,000), Maputo (18,460).

No âmbito de serviços provinciais de extensão agrária serão assistidas 24,075 Famílias com material de plantio melhorado, nomeadamente estacas de mandioca e ramas de batata doce, particularmente nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Sofala e Maputo.

Na área de difusão de tecnologias estão previstas as seguintes acções:

- Transmissão de 200 Horas de programa rádio com mensagem de extensão rural, sendo em média, uma emissão de 15 minutos duas vezes por semana, em cada província, e
- Montar 1,470 Campos de Demonstração de Resultados, com maior incidência nas províncias de Inhambane e Manica, e instalar campos de demonstração de culturas alimentares, de celeiros melhorados e de currais melhorados.

No âmbito do fomento pecuário está previsto o seguinte:

- Distribuir 952 juntas de tracção animal, com particular ênfase nas províncias de Maputo, Nampula, Cabo Delgado, Manica e Inhambane;
- Apoiar 2,210 pequenos e médios criadores de aves com o fomento avícola, nas províncias de Inhambane, Manica e Sofala.

Referente a implementação do programa de intensificação e diversificação da produção agrária, serão assistidos cerca de 30,000 agricultores na produção de 55,000 ton. de milho, 30,000 ton. de arroz, 8,000 ton. de feijões, 5000 ton. de mandioca entre outros produtos.

No que diz respeito a campanha de sanidade animal e vegetal e fitossanitárias de Caruncho Maior dos Cereais, são acções:

- Cobrir uma área de 56.900 ha no combate às pragas e doenças dos ratos, da lagarta invasora, do gafanhoto vermelho, do Carum maior dos cereais (LGB), e da lagarta mineira do amendoim,
- Beneficiar 12,100 famílias da campanha fitossanitárias de Caruncho Maior dos Cereais nas províncias de Niassa, Tete, Manica, Sofala, Inhambane e Gaza,

Quanto a campanha de vacinações públicas de pecuária e de extensão:

- Produzir 1,150,000 Doses de vacina contra carbúnculos *Hématicos* e *Sintomáticos* e 2,500,000 Doses de vacina contra a doença de *Newcastle*.
- Formar 1,084 vacinadores comunitários, prioritariamente nas províncias de Cabo Delgado, Gaza, Zambézia e Maputo, e realizar um total de 4,500,000 banhos carracicidas;
- Realizar a marcação de aproximadamente 3,000 cabeças de gado em todas as províncias, com particular enfoque nas províncias fronteiriças de Maputo, Gaza, Manica, Tete, Cabo Delegado e Niassa.

O plano detalhado de vacinações através dos serviços provinciais e distritais, é apresentado na tabela abaixo:

Plano de vacinações

Vacinas	Real 05	Previsão 2006	Proposta 2007	% Cresc. 2006/07
Carbúnculo Hemático	507,854	738,192	802,986	8.8%
Carbúnculo Sintomático	213,084	293,267	319,604	9.0%
Brucelose	2,954	73,100	74,380	1.8%
Febre Aftosa	366,951	327,826	465,016	41.8%
Dermatose Nodular	32,542	128,676	352,023	173.6%
Newcastle Sector Familiar	2,178,394	2,300,384	2,700,445	17.4%
Raiva	59,659	115,384	120,744	4.6%
Tuberculina	7,924	12,150	131,392	

No âmbito do fomento da cultura do caju prevê-se:

- O controle químico de oídio em 4.000.000 cajueiros, distribuídos por Cabo Delgado (1,200.000), Nampula (2,120.000), Zambézia (200.000), Manica (50.000), Sofala (50.000), Inhambane (180.000), Gaza (180.000) e Maputo (20.000), beneficiando cerca de 131,250 famílias em todo país,
- Continuar a desenvolver actividades de limpeza e podas de cajueiros e formação dos produtores sobre pragas e doenças de cajueiros;
- Produzir e distribuir 1,500.000 mudas enxertadas de cajueiro beneficiando 100,000 famílias, conforme ilustra a tabela abaixo:

Plano de produção de mudas de cajueiro para a campanha 2007

PROVINCIAS	Mudas produzidas 06	Mudas a produzir 07
C. Delgado	125,255	200,000
Nampula	266,565	750,000
Zambézia	146,418	150,000
Manica	0	30,000
Sofala	0	30,000
Inhambane	151,222	150,000
Gaza	223,165	150,000
Maputo	63,200	40,000
Total	975,825	1,500,000

Quanto a melhoria da disponibilidade de insumos agrícolas prevê-se:

- Realizar 49 feiras de insumos em todas as províncias, assistindo deste modo a cerca de 78,000 famílias;

- Distribuir 300,000 Mudas de fruteiras nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane e continuar com os programas de multiplicação de batata doce, mandioca, bananeiras, como demonstra o quadro abaixo:

Plano de multiplicação de algumas culturas: Área em ha

Província	Ramas de batata doce	estacas de mandioca	Bananeiras	Ananaseiros
Maputo	70	70		56
Inhambane	111	280	54	170
Sofala	20	44		5
Niassa		160		10
Total	201	554	54	241

- Multiplicar localmente 4,000 ha de sementes de arroz, milho, amendoim, feijões, gergelim, girassol, soja, mapira e batata reno, que terá como resultado 10,810 toneladas de semente melhorada e disponível localmente, como demonstra a tabela a seguir:

Produção local de sementes por Província (hectares por província)

	Arroz	Milho	Amend	F.Vulg.	F.Nhem	Gerg	Giras	Soja	Mapir	B. Reno
Maputo	50	200	20	60	20		5	10	5	20
Gaza	250	25		10						
Inhamb	150	100	140	20	150	50			80	60
Sofala	90	65	50	30	10	30	20	250	200	40
Manica		200	10	50	15		15	25	15	16
Tete	30	45		26	15				90	60
Zamb	250	50			25					
Namp.	100	100	100	10	20	15	10	10	5	10
Niassa	140	60	10	60	20					
Cabo Delg.	10	80	20	-	10	30		10	30	
Total	1070	925	350	266	285	125	50	305	425	206

No âmbito do fomento da cultura da Jetropa, destaque vai para a aquisição de semente certificada, expansão de áreas de cultivo, estabelecimento de viveiros comunitários e a capacitação técnica a todos os níveis, de modo a produzir-se numa área de cerca de 1.164 ha.

Área de Jetropa semeada (ha), por província

Província	Área (ha) 2006	Área (ha) prevista 2007
Maputo	0	35
Gaza	3	84
Inhambane	10	240
Sofala	15	60
Manica	8	45
Tete	5	60
Zambézia	135	160

Nampula	0	360
Cabo Delgado	2	45
Niassa	2	75
TOTAL	180	1,164

No âmbito da promoção de construção e reabilitação de infra-estruturas agrárias, está previsto o seguinte:

- Instalar 23 farmácias rurais particularmente nas províncias de Manica, Sofala, Tete e Niassa;
- Construir 44 pontos de abeberamento de gado, colocados sob gestão de terceiros, particularmente na província de Maputo (20), Tete (5) Manica e Zambézia (4)
- Reabilitar 18 Tanques carracidas operacionais colocados sob gestão de terceiros, e
- Reabilitar ou construir 4,000 ha de regadio sob gestão comunitária, como demonstra a tabela a baixo

Reabilitação de regadios (ha) por província

Províncias	N.º ha de regadio a reabilitar
C. Delgado	50
Niassa	50
Nampula	110
Zambézia	302
Tete	110
Manica	260
Sofala	290
Inhambane	651
Gaza	1427
Maputo	750
Total	4,000

- Montagem de 10 sistemas de tanques elevados na província de Sofala nos distritos de Caia (2), Cheringoma (2), Machanga (1), Maríngue (1), Chemba (1), Marromeu (1), Chibabava (1), e Búzi (1).
- Reabilitação/construção da infra-estrutura hidro-agrícola de Thewe, Mungonhane e Licuári nos distritos de Mopeia, Namacurra e Nicoadala em 217 ha, 50 ha e 15 ha respectivamente, na província da Zambézia.
- Construção de uma estação de bombagem eléctrica e um reservatório, canais primários, secundários e terciários de rega e drenagem,
- Realizar o nivelamento de solo e uma rede interna de estradas na província da Zambézia.

- Instalar um conjunto de motobomba a diesel móvel, construção de 2 canais principais em tubagem PVC e canais secundários em terra para irrigar 72 parcelas de 0.20 ha cada em Licuári (Zambézia).

Relativamente a melhoria do acesso a informação e mercados agrários, será dada continuidade na recolha, processamento e divulgação da informação sobre mercados agrícolas nacionais, incluindo a disponibilidade, fluxos e preços de produtos agrícolas, assim como, o custo de transporte dos produtos, e difusão de 173 horas de programas de rádio com informação de mercado em línguas locais;

Sobre a promoção do desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor, serão emitidos 3,000 Licenças e certificados fitossanitários dos quais 1,200 no porto de Maputo, 1,000 no porto da Beira e 800 no porto de Nacala.

No tocante a criação de incentivos e promoção da organização de produtores, serão assistidos um total de 2,700 associações distribuídas, conforme a tabela abaixo:

Números de Associações de Produtores por Assistir por província

Províncias	N.º de associações a assistir
C. Delgado	307
Niassa	230
Nampula	549
Zambézia	155
Tete	100
Manica	250
Sofala	270
Inhambane	270
Gaza	250
Maputo	319
Total	2,700

Em relação a melhoria ao acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão sustentável, destaca-se a aplicação e divulgação da legislação sobre acesso e aproveitamento de terras, nas seguintes acções:

- Continuar com o processo de simplificação e consolidação dos procedimentos de autorização de direito de uso e aproveitamento de terra, tramitar e digitalizar cerca de 4,950 processos;
- Iniciar a delimitação e registo das áreas comunitárias solicitadas para diversos efeitos, prevendo atingir uma meta de 220 comunidades locais delimitadas e registadas no atlas cadastral;
- Realizar 1,990 campanhas de divulgação da lei de terras através de brochuras, panfletos, seminários e programas de rádio e televisão;

No âmbito do apoio ao estabelecimento de iniciativas locais e privadas nacionais no uso racional e sustentável das florestas, prevê-se:

- Continuar a monitorar e avaliar a implementação de planos de manejo nas concessões florestais;
- Analisar e aprovar 57 planos de manejo para as concessões florestais nas províncias de Cabo Delgado, Inhambane, Manica, Nampula, Niassa, Sofala, Tete e Zambézia;
- Realizar o reflorestamento de 1,095 ha para fim de conservação, produzindo, para o efeito, aproximadamente 1,888,000 mudas florestais em viveiros públicos e comunitários.

Em matéria de provisão de informação sobre os recursos naturais existentes, destaca-se o desenvolvimento do sistema de cadastro Nacional de Terras Único, integrado, multifuncional e digitalizado, e ainda, identificação das áreas potenciais para o manejo de Fauna Bravia, e a realização do censo faunístico.

Em relação a matéria do uso e aproveitamento da terra, está prevista:

- O levantamento e inventariação da ocupação, uso e aproveitamento de terra de 1.917.850 Ha ;
- Actualização de 450 Folhas cartográficas e adensar a rede geodésica nacional com 100 Pontos geodésicos adicionais.

Quanto ao Melhoramento da fiscalização da exploração dos recursos naturais, serão acções:

- Fiscalizar 1,629 parcelas de terra com prova documental em 16 distritos das províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa,
- Reforçar o número de fiscais florestais nos 49 postos de fiscalização do país.
- Realizar 3 campanhas de sensibilização sobre a importância da fauna em Gaza, Niassa e Cabo Delgado e a sinalização das áreas críticas em Manica e Tete e ainda o abate de um máximo de 115 animais problemáticos tais como leão, elefante, hipopótamo, e crocodilo, em todo o país.

Quanto ao controle de queimadas:

- Continuar a operacionalizar e monitorar o programa nacional de queimadas.
- Manter a base de dados da frequência de queimadas do país, assim como, o levantamento sobre o ponto de situação, causas e medidas de prevenção das queimadas no País, principalmente nas províncias do Norte e Centro do país.

B. INFRAESTRUTURAS

ESTRADAS

Para a área de estradas, as acções estarão concentradas na continuação dos trabalhos definidos no Terceiro Programa de Estradas, nomeadamente: reabilitação das estradas principais, secundárias e terciárias, reabilitação e construção de pontes, manutenção periódica de estradas e manutenção de rotina, conforme ilustra o quadro abaixo.

Programa de Estradas

	Realizado 2005 (Km)	Plano 2006(Km)	Plano 2007 (Km)
Reabilitação de Estradas Primárias	76.0	289.0	297.0
Reabilitação de Estradas Secundárias	498.0	168.0	20.0
Reabilitação de Estradas Terciárias	801.0	574.0	610.0
Manutenção Periódica	1004.0	2016.0	1197.0
Manutenção de Rotina	10592.0	16739.0	17200.0
Reabilitação e Montagem de pontes		10.0	21.0

Na reabilitação das Estradas Primárias o programa irá incidir nos seguintes troços:

Reabilitação de Estradas Primárias

Troço a Reabilitar	Extensão em Kms
EN1 Maputo – Marracuene	2.0
EN1 Jardim - Benfica	2.0
EN1 Xai-Xai - Chissibuca	13.0
EN1 Massinga - Nhanchengue	16.0
EN7 Vanduzi – Changara	12.0
EN1 Namacurra – R. Ligonha	237.0
EN 104 Nametil – Angoche	3.0
N 6 Mutua – Inchope	12.0
TOTAL	297.0

Está igualmente prevista a reabilitação da estrada Maniamba-Metangula. Em relação a reabilitação das estradas terciárias ou regionais está prevista a reabilitação de cerca de 610 km, trabalhos que serão seleccionadas a nível provincial.

Na componente de manutenção de estradas estão previstos trabalhos de manutenção periódica de cerca de 1197 Kms, e a manutenção de rotina de 17200 Kms, a nível de todo o País.

A maior parte dos trabalhos de manutenção de rotina serão realizados pelas brigadas, com o uso intensivo da mão de obra das ECMEP's, e de outros empreiteiros privados e nacionais.

No âmbito da reabilitação de pontes destaca-se o início das seguintes obras: construção das pontes sobre os rios Lucite, Nhancuarara e Mussapa, trabalhos de reconstrução da ponte sobre o rio Incomáti, reabilitação da ponte de Tete e a construção de 7 pontes nas províncias de Tete e Zambézia sobre os rios Ziuziu,

Chueza, Chire, Licungo I e II, Cuácua I e II e a montagem de três pontes metálicas.

Continuação das obras de construção da ponte sobre o rio Zambeze em Caia, rio Rovuma, e de 5 pontes de estradas regionais na província da Zambézia.

Conclusão dos trabalhos de reabilitação da ponte de Meluli, Lugela e Limpopo entre Guijá e Chókwè.

No âmbito do programa de reabilitação e manutenção da rede nacional de estradas, será ainda assegurada a transitabilidade numa percentagem de 76% da rede de estradas classificadas.

Água e Saneamento

No âmbito do Programa de Abastecimento de Água Rural está prevista a construção de 1055 fontes (1007 furos e 48 poços) e a reabilitação de 805 fontes, entre poços e furos, beneficiando cerca de 930.000 pessoas adicionais elevando assim a taxa de cobertura para 46%.

Reabilitação e Construção de Fontes

Província	Construção		Reabilitação	Total Fontes
	Furos Mecânicos	Poços	Furos e Poços	
C. Delgado	48	-	117	165
Niassa	183	-	40	223
Nampula	468	12	200	680
Zambézia	235	36	48	319
Tete	-	-	65	65
Manica	10	-	20	30
Sofala	10	-	40	50
Inhambane	43	-	150	193
Gaza	10	-	60	70
Maputo	10	-	65	65
Total	1007	48	805	1860

Fonte: MOPH (Direcção Nacional das Águas) PES 2007

Em relação a reabilitação dos Pequenos sistemas de Abastecimento de Água (PSAA's) para 2007 está previsto a reabilitação de 5 sistemas na qual se prevê a continuação da obra de reabilitação do sistema de Lugela na província da Zambézia; início das obras de reabilitação nos seguintes sistemas : Nametil e Moma na província de Nampula, Sussundenga na província de Manica e Moamba na província de Maputo. Na Província de Tete realizará estudos para a elaboração de Projectos Executivos para a reabilitação e expansão dos sistemas nesta Província.

No âmbito do Programa de Abastecimento de Água as zonas urbana, referir que este subsector esta dividido em 2 grupos:

- Projectos fora do Quadro de Gestão Delegada;
- Projectos que estão dentro da Gestão Delegada.

Estão previstas 2500 novas ligações domiciliárias, construção e reabilitação de 150 fontanários públicos (construção de 105 e reabilitação de 45). Com as construções, reabilitações dos sistemas de abastecimento e redução das perdas, a taxa de cobertura será de 40%.

Abastecimento de Água Urbana

Grupo	Local	Projecto	Novas ligações domiciliárias	Fontanários públicos por construir	Fontanários públicos por reabilitar
Gestão Delegada	Maputo	Projecto de aumento da capacidade e expansão do sistema de Abastecimento de Água de Maputo	1200	25	15
	Xai-Xai	Obras de construção e Extensão dos Sistema de Xai-Xai	150	10	15
	Chókwè	Obras de construção e Extensão do Sistema de Chókwè	100	3	-
	Inhambane	Obras de construção e Extensão do Sistema de Inhambane	150	4	-
	Maxixe	Obras de construção e Extensão do Sistema de Inhambane e Maxixe	100	3	-
	Beira	Expansão da Rede de Abastecimento da Cidade do Dondo	200	11	3
	Quelimane	Expansão da rede "1ª fase"	150	20	5
	Nampula	Expansão da rede "1ª fase"	200	3	2
	Pemba	Expansão da rede "1ª fase"	100	15	5
	Moatize	Reabilitação e melhoramento do Sistema	-	6	-
Fora da Gestão Delegada	Gurué	Extensão da rede de distribuição do sistema de abastecimento de água de Gurué	150	5	-
Total			2500	105	45

Na área de saneamento será introduzida uma abordagem integrada de água e saneamento.

Em relação ao melhoramento do sistema de saneamento urbano, prevê-se a reabilitação do sistema de saneamento da Beiram, através da construção da primeira fase da estação de tratamento de águas pluviais (ETAR), por lagoas de estabilização, substituição de 10 km de condutas primárias e secundárias, reabilitação de 11 postos de bombagem, 4 estações elevatórias e 6 saídas de rede de drenagem das águas pluviais.

No âmbito do projecto das 4 cidades (Inhambane, Maxixe, Xai-Xai e Chókwè), prevê-se:

- A realização dos estudos, para o desenvolvimento institucional dos serviços autónomos de saneamento e de viabilidade para a aplicação da tarifa de saneamento nos 4 municípios;

- Implementação piloto dos modelos de latrinas secas apropriadas às diversas condições naturais para as comunidades e para as escolas e respectivas construções experimentais;
- Implementação piloto dos modelos de gestão de resíduos sólidos;
- Implementação de um programa de educação para higiene nas 4 cidades;
- Capacitação dos técnicos dos serviços de saneamento Municipais e formação de animadores e activistas e de pedreiros locais.

No âmbito de saneamento a baixo custo, está prevista a realização de visitas de monitoramento e a construção de latrinas melhoradas nas zonas rurais e peri-urbanas.

Paralelamente, serão levadas a cabo campanhas de sensibilização para a construção de latrinas melhoradas, como forma de contribuir para o bem estar das populações com a redução das doenças de origem hídrica.

No âmbito da gestão dos recursos hídricos, visando o armazenamento de água, e o controle de cheias e secas, está prevista a implementação da Estratégia Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, nomeadamente, nas áreas de:

Descentralização da gestão operacional dos recursos hídricos, através da Conclusão do processo de estabelecimento da ARA Norte, e da continuação do estabelecimento da ARA-Centro Norte; Desenvolvimento de acções contínuas visando à consolidação da ARA Centro, destacando-se o fortalecimento do comité de bacia do Pungué e elaboração do plano de negócios da ARA Centro.

Em relação à ARA Zambeze, será estabelecido o Comité de Bacia do Zambeze e finalizado o Regulamento Interno da ARA Zambeze, em relação à ARA Sul, serão construídos novos escritórios em Chókwe, para transferência da Unidade de Gestão da Bacia do Limpopo de Xai-Xai para Chókwe, e será finalizado o projecto executivo para construção de novos escritórios em Malhampsuene, com vista à expansão dos escritórios da ARA Sul (sede).

Expansão e modernização da rede hidroclimatológica através da reabilitação de 42 estações hidroclimatológicas a nível nacional.

Realização de estudos específicos através da elaboração do Plano de Bacia do Rio Licungo, realização da Monografia da Bacia do Rio Melela, início da implementação do “Programa Transfronteiriço Integrado de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Púnguè”, início da implementação do projecto sobre cursos de água partilhados (Save, Búzi e Rovuma) a nível da ARA Norte e da Ara Centro, e a implementação do projecto piloto de águas subterrâneas na região metropolitana do Grande Maputo pela ARA Sul.

Em relação aos Acordos para a Partilha das Águas, salienta-se o seguinte:

LIMPCOM – Iniciar o estudo conjunto da bacia, na sua fase de inventário e diagnóstico e o processo de operacionalização do secretariado, baseado em Moçambique;

INICIATIVA DA BACIA DO UMBELUZI – Iniciar o processo de revisão do Acordo de Umbelúzi assinado em 1976;

INICIATIVA DA BACIA DO ROVUMA – Desenvolver as Monografias e estratégias das bacias dos rios Rovuma, Save e Búzi.

Reforma Institucional

Para o sector de estradas, prosseguir-se-á com o reforço da capacidade de resposta dos quadros da ANE, a nível central e provincial através da assistência técnica e contratação de consultores locais para a fiscalização dos trabalhos de manutenção de rotina das estradas.

Para o sector das águas será dada ênfase ao processo da implementação da Política Nacional de Águas, onde se prevê:

- Iniciar a divulgação da Estratégia Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, assim como da Política Nacional de Águas.
- Continuar com a instalação dos núcleos das ARAs Centro–Norte e Norte e consolidação das ARAs Centro e Zambeze;
- Acompanhar a Planificação e Implementação das actividades no âmbito de Água Rural;
- Implementar os Acordos de Desempenho, nas Empresas de Água que se encontram fora do Quadro da Gestão Delegada;
- Monitorar a implementação das Modalidades de Gestão dos Pequenos Sistemas nas vilas de Namaacha, Vilanculos, Massinga e Quissico;
- Continuar com a testagem das bombas de corda, *playpump* e painéis solares, como tecnologias alternativas para captação e abastecimento de água às zonas rurais.

Adicionalmente, serão capacitados os Comitês de Água por forma a assegurar a valorização do investimento e sustentabilidade do abastecimento de água, particularmente nas zonas rurais.

ENERGIA

Neste sector, as acções programadas centrar-se-ão, fundamentalmente, na promoção do crescimento da produção, exportações e vendas no mercado interno de energia eléctrica, produtos petrolíferos, gás natural e seus derivados, de modo a aumentar a contribuição do sector no Produto Interno Bruto, inspecção e controlo das actividades do sector, assim como, a expansão da rede nacional de energia eléctrica para as Sedes Distritais e Postos Administrativos.

Energia Eléctrica

No que diz respeito ao programa de expansão da rede eléctrica nacional, destaque vai para o desenvolvimento das seguintes acções:

Cabo Delgado

- Conclusão dos trabalhos de construção da subestação no Posto Administrativo de Metoro e da electrificação da Vila Sede de Metoro e Mina de Grafite de Ancuabe, Sedes dos Distritos de Chiúre e Montepuez, bem como Localidades de Salawe em Metoro e Nanjua e Namanhumbir, em Montepuez;
- Prosseguimento dos trabalhos de desmatção, picotagem e outros com vista à electrificação dos distritos de Mueda, Muedumbe, Macomia, Meluco, Nangade, Palma, Sanga e Ibo, no âmbito do Projecto Cabo Delgado, Fase II, a ser concluído em 2009;

Niassa

- Prosseguimento dos trabalhos topográficos, projecto de execução e outros para a electrificação das sedes dos Distritos de Mecanhelas, Maúá, Marrupa e Metarica e Localidade de Entre Lagos, em Mecanhelas;
- Prosseguimento dos trabalhos de consultoria, desenho do projecto, topografia e outros para a electrificação da Localidade de Mepica, no distrito de Cuamba, povoado de Mecunica, no distrito de Metarica, Posto Administrativo de Namicundi, no distrito de Metarica, Povoado de Vahiua no distrito de Maúá e Localidade de Matucuta, no distrito de Majune;

Nampula

- Conclusão da electrificação de Namapa, sede do Distrito de Eráti;
- Conclusão da electrificação das sedes distritais de Muecate, Murrupula, Moma, e Nacarôa, P.A.s de Chalaua em Moma, Netia em Monapo e Geba em Memba, e Localidade de Namaíta, no distrito de Nampula-Rapale;
- Início de execução dos trabalhos de extensão das redes para Nampula-sede, Nacala Porto- sede, Memba-sede e Mecuburi-sede, Localidade de Namina e Centro de Refugiados de Marratana no Distrito de Nampula-Rapale;
- Electrificação do Posto Administrativo de Mutivaze, em Nampula-Rapale;
- Conclusão do Estudo de Viabilidade com vista a construção da Barragem Hidroeléctrica sobre o rio Lúrio;

Zambézia

- Conclusão das obras de electrificação de Pebane-sede, no âmbito do Projecto de Electrificação de Namacurra – Extensão para Pebane, incluindo o Posto Administrativo de Mocubela; conclusão das obras de electrificação de sede distrital de Gilé, da subestação de Uapé, extensão da subestação de Alto Molòcué, linhas de alta e média tensão para a electrificação das localidades de Uapé, Naquissupa e Muiane, no distrito do Gilé, e de Morrua e Marropino, no distrito de Ile;
- Início das obras de electrificação das Localidades de Magiga, Ratata, e Nante, em Maganja da Costa;

Tete

- Início das obras de expansão e melhoramento das redes de distribuição de energia na cidade de Tete e Vila de Moatize, no distrito de Moatize;
- Prosseguimento das obras de electrificação de Luenha (sede do distrito de Changara), Localidades de Missawa e Mazoe no distrito de Changara, Chicoa e Chipalapala, no distrito de Cahora Bassa;
- Início das obras de electrificação das sedes distritais de Zumbo, Tsangano, Chifunde, Mágoè (Mphende), Chiúta (Manje), Marávia (Fíngoè) e Macanga (Furancungo);
- Contratação de empreiteiros do projecto de Interligação Moçambique – Malawi;
- Conclusão do Estudo de Viabilidade para implementação da Central Térmica de Moatize; e
- Início do estabelecimento da Companhia executora com vista a Implementação do Projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa.

Manica

- Conclusão das obras de electrificação de Guro-sede, Localidades de Cruzamento de Macossa, Inhazónia, Nhassacara e Nhampassa em Báruè;
- Início das obras de extensão de redes para Chimoio-sede, Gondola-sede, Sussundenga-sede, Manica-sede e P.A. de Messica em Manica;
- Início das obras de electrificação da sede do distrito de Macossa, P.A. de Mandie em Guro, Sussundenga Farmas no distrito de Sussundenga, Chigondore irrigação de 300ha-no distrito de Gondola e Catandica irrigação de 24 farmas no distrito de Báruè;
- Preparação de cadernos de encargo com vista a reabilitação das Centrais Hidroeléctricas de Mavúzi e Chicamba.

Sofala

- Conclusão das obras de electrificação da vila sede do distrito de Marromeu e Fábrica de açúcar - “Companhia de Sena”;
- Conclusão das obras de electrificação das sedes dos Distritos de Caia e Cheringoma, bem como a electrificação dos Postos Administrativos de Murraça em Caia, Inhamitanga em Cheringoma e as Localidades de Micane em Cheringoma e Missana em Marromeu.
- Preparação de cadernos de encargos visando a electrificação de Chibabava-sede, Machanga-sede, Marínguè-sede, Chemba-sede e Muanza-sede, P.A.s de Muxúnguè em Chibabava, Estaquinha em Búzi, Chupanga, Nensa e Cónduè no distrito de Marromeu e Localidades de Samanda e Goonda em Chibabava, Nhamapaza em Marínguè, Bândua, Nhango, Chironda, Casa Nova, Cherimone e Nova Sofala, bem como

Missão São António e Missão São José, Internato e Hospital no distrito de Búzi, Missão Mangunde e Internato em Chibabava; e

- Contratação de empreiteiros para execução das obras de reabilitação da rede de distribuição da Cidade da Beira e da Vila Sede do distrito de Dondo.

Inhambane

- Conclusão do projecto para a electrificação de Morrumbene-sede, Massinga-sede, Morrungulo em Massinga e Posto Administrativo de Cambine em Morrumbene, Localidades de Mavila, Zandamela, Chissibuca e Banguza em Zavala;
- Início das obras de extensão de redes em Inhambane-sede, Massinga-sede e Morrumbene-sede; e
- Início dos trabalhos de electrificação de Panda-sede e Localidades de Helene, em Zavala, Urrene e Inhassune em Panda, Nhacoongo e Chacane em Inharrime;
- Realização do estudo de viabilidade para a construção da Central Térmica a Gás Natural de Temane;

Gaza

- Conclusão das obras de electrificação de Massingir-sede, Chibuto-sede, P.A. de Zongoene no distrito de Xai-Xai, P.A. de Chalala no distrito de Manjacaze, Localidades de Canhane, Banga Comercial, Banga Novo, Banga Velho, Chitar, Makhatine, Tchaúque, Vila Mapai, Aldeia 25 de Setembro, Mashoe, Djodjo e Mahanguene no Vale do Limpopo, Chivonguene em Guijá, Chinhacanine e Mavoze em Chókwè, Madender, Macúacuà, Aldeia das Laranjeiras, Nwadjahane, Coolela no distrito de Manjacaze ;
- Realização de trabalhos topográficos para a extensão de redes de distribuição de energia em Manjacaze-sede, Chibuto-sede, Chokwé-sede, Guijá-sede, Macia-sede, Bilene-sede e Xai-Xai-sede e localidade de Chicumbane em Xai-Xai; e
- Início dos trabalhos para a electrificação da sede do distrito de Mabalane.
- Estabelecimento da sociedade para a implementação do projecto de construção da Barragem Hidroeléctrica de Massingir;
- Realização do estudo de viabilidade da Central Térmica a Gás Natural no distrito de Chókwè.

Província de Maputo

- Início das obras de extensão das redes de distribuição de energia para a electrificação da sede do distrito da Manhiça, Postos Administrativos de Xinavane e Maluana em Manhiça, Mapulanguene e Motaze em Magude, Catuane em Matutuíne, Mumemo, Cumbeza-Zona Eucaliptos e Gwava em Marracuene, P.A. de Changalane e Localidade de Mahelane em Namaacha,

bairros Sikwama, Tsalala, Machava, Bunhiça, Machava- Baião, Singatela, São-Dâmaso, Ndlavela, 1º de Maio, Khongolote e Tchumene no Município da Matola, Mahangane, Rádio Técnica, Faixa Quartel e Mahau no distrito de Matutuine.

- Conclusão das obras de construção do Centro Nacional de Despacho.
- Realização do estudo de viabilidade da Central Térmica a Gás Natural no distrito da Moamba.

Cidade de Maputo

- Início das obras de extensão das redes de distribuição de energia para a electrificação dos bairros de CMC/Grande Maputo, G. Dimitrov (engraxador e Z. Springer), Zimpeto Q1, Malhazine, Inhagoia, Bagamoio, FPLM, Chamanculo, Costa do Sol, Polana Caniço, Hulene, Mavalane Faixa1, Ferroviário-estação e Pescadores;
- Realização do estudo de viabilidade da Central Térmica a Gás Natural na Cidade de Maputo;

Electrificação com base em grupos geradores:

Cabo Delgado

- Conclusão da electrificação dos Postos Administrativos de Mucojo em Macomia e Murrébuè em Mecufi;
- Montagem de grupos geradores e as respectivas redes de distribuição nos Postos Administrativos de Mazeze e Chiúre Velho no Distrito de Chiúre, Muaguide no Distrito de Meluco.

Niassa

- Construção de rede eléctrica para electrificação da Localidade de Matchedge no distrito de Sanga
- Construção de uma rede eléctrica e aquisição de um grupo gerador de 45kVA para electrificação do Posto Administrativo de Macaloge no distrito de Sanga.

Nampula

- Electrificação do posto Administrativo de Namaponda no distrito de Angoche;

Zambézia

- Reabilitação do sistema eléctrico para electrificação do P.A de Chire no distrito de Morrumbala e da Vila do Chinde.
- Construção das centrais e redes de distribuição de energia eléctrica em Baixa tensão das sedes dos Postos Administrativos de Derre no distrito de Morrumbala e Tacuane no distrito de Lugela;

Tete

- Conclusão das obras de Electrificação dos P.A. administrativo de N'tengo wa Mbalame no Distrito de Tsangano;
- Realização das obras de construção da rede eléctrica de Inhangoma (2ª Fase) no distrito de Mutarara.

Manica

- Conclusão das obras de electrificação do P.A. de Dacata no distrito de Mossurize.

Sofala

- Extensão de uma linha de Média Tensão a partir de Nova Mambone (Sistema Eléctrico do Norte de Inhambane) e reabilitação da rede de Baixa Tensão existente, para a electrificação da Sede do Distrito de Machanga, com base em geradores a gás natural.

Electrificação com Base Fontes Alternativas

Sistemas Fotovoltaicos (Painéis Solares):

Tete

- Electrificação do Posto Administrativo de Muze, no distrito de Zumbo;

Zambézia

- Electrificação de 50 escolas rurais nos distritos de Alto Molócuè, Chinde, Gilé, Gurué, Ile, Morrumbala, Maganja da Costa, Inhassunge, Lugela, Namarrói, Mopeia, Pebane e Milange; e
- Electrificação de 50 centros de saúde rurais nos distritos de Alto Molócuè, Chinde, Gilé, Gurué, Maganja da Costa, Ile, Inhassunge, Lugela, Morrumbala, Milange, Mocuba, Nicoadala, Namacurra, Namarroi, Pebane e DSC Quelimane.

Nampula

- Electrificação de 50 escolas rurais nos distritos de Angoche, Nacarôa, Malema, Meconta, Mecuburi, Memba, Mongicual, Mogovolas, Moma, Monapo, Mossuril, Muecate, Murrupula, Nacala Velha, Nampula, Ribáuè, Lalaua, Eráti e Ilha de Moçambique; e
- Electrificação de 50 centros de saúde rurais nos distritos de Angoche, Erati, Lalaua, Malema, Meconha, Meconta, Mecuburi, Memba, Mongicual, Mogovolas, Moma, Monapo, Mossuril, Muecate, Murrupula, Nacala-velha, Ribaué, Nacarôa e Nampula-sede.

Sofala

- Electrificação do Posto Administrativo de Muxúnguè, no distrito de Chibabava.

Niassa

- Electrificação dos P.As. de Lissite no distrito de Mandimba, Ngaúma Velha no distrito de Ngaúma e Nacúmua no distrito de Metarica.

Mini-Hídricas

Tete

- Electrificação do Posto Administrativo de Kazula no distrito de Chiúta;

Manica

- Electrificação dos Postos Administrativos de Rotanda e Sembeza, no distrito de Sussundenga, Mavonde, no distrito de Manica, e a Localidade de Honde, no distrito de Báruè;

Zambézia

- Realização do estudo de viabilidade da electrificação do Posto Administrativo de Majaua, no distrito de Milange;
- Conclusão e divulgação dos resultados do levantamento do potencial hídrico de pequena escala, de modo a assegurar uma base de dados do potencial mini-hídrico;

Niassa

- Conclusão e divulgação dos resultados do levantamento do potencial hídrico de pequena escala, de modo a assegurar uma base de dados do potencial mini-hídrico.

Promoção do Uso Sustentável de Recursos Energéticos Através da Diversificação de Fontes de Energia com Base na Biomassa

Zambézia

- Prosseguir com os esforços de procura de financiamento para a implementação do projecto de geração de energia eléctrica com base na casca de coco na sede do distrito de Chinde, no Posto Administrativo de Micaúne e Localidade de Bajone, no distrito da Maganja da Costa;

Sofafa e Maputo

- Prosseguir com a implementação do projecto de fornos e fogões melhorados;

Restantes Províncias

- Disseminação dos fornos e fogões melhorados pelas diversas províncias do País.

Combustíveis

Nesta área são acções a desenvolver as seguintes:

- Divulgação e implementação do decreto que define o regime a que são sujeitas as actividades de produção, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos;
- Conclusão da elaboração e adopção dos regulamentos técnicos sobre as normas de construção de infra-estruturas de armazenagem, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos e gás natural, bem como sobre as normas de segurança no seu transporte;
- Conclusão do estudo de viabilidade para a produção de GPL a partir de componentes do gás natural;
- Prossecução da implementação do Projecto de Expansão do Uso de Petróleo de Iluminação nas zonas rurais;
- Aumento ao acesso de combustíveis para as Vilas sedes distritais de Marrupa e Lago na província de Niassa.
- Conclusão do estudo do mercado do gás natural; e
- Realização de acções com vista à construção do segundo projecto armazenagem de combustíveis no Porto da Beira.

C. PESCAS

Neste sector, as medidas de política estarão viradas ao desenvolvimento da pesca artesanal, promoção a aquacultura, desenvolvimento da investigação pesqueira, reforço da inspecção e controle de qualidade de pescado, e gestão e administração pública das pescas.

No âmbito da Pesca Artesanal serão acções de destaque as seguintes:

- Implementação de projectos integrados com forte componente de construção de infra-estruturas;
- Capacitar as comunidades em matérias de aproveitamento dos recursos acessíveis a pesca artesanal e valorização da produção;
- Realizar o segundo Censo Nacional da Pesca Artesanal.

No que diz respeito a Aquacultura

- Concluir a formulação dos instrumentos de política e estratégias de desenvolvimento da aquacultura;
- Formação e extensão visando a transmissão de novas técnicas e troca de experiência entre os operadores, e a implementação de novas linhas de micro-crédito para os aquacultores.
- Prosseguir com as acções de promoção do desenvolvimento do cultivo de camarão e algas marinhas; e concluir a avaliação das condições de produção de camarão vivo para a comercialização interna e externa de reprodutores.

Quanto a Investigação Pesqueira

- Prosseguir com a monitoria e avaliação do estado de exploração dos recursos, com prioridade para o camarão de superfície em três principais pesqueiros (Banco de Sofala, Baía do Maputo e Foz do Limpopo), a pescaria da gamba, da pesca a linha, de kapenta, pesca desportiva, bem como da fauna acompanhante do arrasto.
- Monitorar a pesca desportiva com vista avaliar o seu impacto sobre os recursos, sobretudo na zona sul.
- Efectuar estudos específicos de camarão e da magumba da Baía do Maputo, peixes demersais em Inhassoro, estudos do caranguejo pelágico, entre outros. Especial atenção, será dada também à exploração de peixes ornamentais com vista a concepção de medidas de gestão destes recursos.

No Âmbito da Inspeção e Controle de Qualidade do Pescado

- Promover e garantir a qualidade dos produtos pesqueiros, tendo em conta os padrões internacionais.
- Reforçar a presença de novos serviços no terreno, bem como o apoio a indústria através da formação, sensibilização e auditoria educativa, para a sua crescente adaptação aos padrões de qualidade do processo produtivo.

No que se refere a Gestão e Administração Pública das Pescas:

- Reforçar a capacidade de fiscalização pesqueira, revisão e actualização da principal legislação pesqueira;
- Iniciar a reconstrução do Porto de Pesca da Beira e a reabilitação do Porto de Pesca de Angoche;
- Edificar as novas instalações do Ministério das Pescas;
- Prosseguir com a formação e capacitação dos recursos humanos do sector, sendo de destacar as actividades a ser desenvolvidas pela Escola de Pesca, que centrará esforços na formação de técnicos profissionais para servir a frota pesqueira aos níveis de técnicos básicos e médios.

D. RECURSOS MINERAIS

Neste sector, as medidas de política programadas visam a promoção da prospecção e pesquisa de minerais pesados, de metais básicos, metais preciosos, ouro e diamantes, elaboração e publicação de cartas geológicas, reabilitação e expansão das estações sismográficas do país, exploração mineira em pequena escala e artesanal e, promover a instalação no país de indústrias de processamento e de transformação primária de produtos minerais. Deste modo, serão desenvolvidas as seguintes acções:

Área Geológica

- Prosseguir com a promoção da prospecção e pesquisa de minerais pesados das areias, nas áreas potenciais ao longo da faixa costeira, que vai de Quelimane a Quinga, nas províncias de Zambézia e Nampula, respectivamente;
- Garantir a prospecção e pesquisa de minerais pesados das areias nomeadamente Xai-Xai, Chongoene até Inhambane, Micaúne, Deia, Pebane e o desenvolvimento dos projectos de areias pesadas de Chibuto e Moebase;
- Prosseguir com a inventariação de minerais não metálicos nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane e de águas minerais e termais do País;
- Garantir a elaboração e publicação das cartas geológicas com base no mapeamento geológico de base;
- Garantir a continuidade da prospecção e pesquisa em áreas seleccionadas de Mocuba e de áreas designadas de senha mineira de Namunonono na Zambézia, Cuamba em Niassa, Moma, Monapo, Nacarôa, Mecubúri e Murrupula em Nampula;
- Garantir a actualização da carta geológica de Moçambique na escala 1:1.000.000;
- Concluir o mapeamento geológico ambiental da zona costeira de Moçambique na escala 1:50.000 e a elaboração da carta de Geologia de Engenharia de Maputo na escala 1:50.000;
- Prosseguir com a reabilitação e expansão das estações sismográficas do país, nomeadamente de Mueda, Mocuba e Massingir.
- Promover a realização de estudos geológicos, para a avaliação do potencial carbonífero em áreas adjacentes ao jazigo de Moatize e outras localizadas nas províncias de Tete, Niassa, Cabo Delgado e Manica;
- Prosseguir com a promoção da divulgação de informação geológica de base do país para identificação de novos depósitos com potencial para exploração;
- Garantir a realização da XXVII reunião do Conselho Governamental do (Southern and Eastern African Mineral Centre) SEAMIC em Maio.
- Prosseguir com acções do projecto de implantação do Museu Nacional de Geologia.

Área Mineira

- Prosseguir com a exploração mineira em pequena escala e artesanal, através do apoio aos pequenos operadores mineiros nacionais, pela via de assistência técnica e facilitação de investimentos, educação ambiental e treinamento nas Províncias de Manica, Zambézia e Nampula;

- Prosseguir com a promoção da exploração de rochas ornamentais em Tete, Manica, Sofala e Cabo Delgado;
- Prosseguir com a promoção de pesquisa e prospecção de metais básicos, metais preciosos, ouro e diamantes, nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Manica e Zambézia;
- Promover a instalação no país, de indústrias de processamento e de transformação primária de produtos minerais;
- Promover a exploração de jazigos de minerais industriais, tendo em vista a instalação no país de indústrias de fertilizantes;
- Prosseguir com o reforço da capacidade de fiscalização e controle da actividade mineira e divulgação da legislação mineira;
- Prosseguir com a divulgação dos recursos minerais para atracção de investimentos e para a educação de novas gerações;
- Prosseguir com a promoção da criação de associações, cooperativas, sociedades ou outras formas de organização na extracção e processamento de pedras preciosas e semipreciosas no País como forma de assegurar uma exploração sustentável dos recursos, e
- Garantir a realização da Feira de Gemas em Nampula e de Ouro em Nampula.

Área de Hidrocarbonetos

- Consolidar o quadro legal e regulador, e prosseguir com a elaboração do Regulamento de Licenciamento de Instalações Petrolíferas e o Regulamento Ambiental Específico para as Operações Petrolíferas;
- Garantir a continuação da pesquisa sistemática de hidrocarbonetos nas bacias de Moçambique e Rovuma;
- Efectuar a avaliação dos recursos e do potencial de hidrocarbonetos das bacia sedimentar de Moçambique;
- Garantir o prosseguimento da realização de actividades de pesquisa nas áreas da bacia de Moçambique, nos blocos de Zambeze offshore, Inhaminga, Pande/Temane e 16 e 19;
- Acompanhar a finalização dos estudos de avaliação do jazigo de Inhassoro e a sua exploração comercial;
- Assegurar a conclusão dos estudos de uso e distribuição de gás natural nos cinco pontos de toma, ao longo do gasoduto entre Temane e Ressano Garcia, para implementar projectos de uso e distribuição direccionados ao sector industrial e doméstico;
- Acompanhar a finalização de estudos visando a expansão do Centro de Processamento do Gás e do Gasoduto;

- Prosseguir com a produção e monitorar a produção e transporte de gás e condensado.
- Efectuar a avaliação dos recursos e do potencial de hidrocarbonetos das bacia sedimentar de Rovuma;
- Garantir o prosseguimento da realização de actividades de pesquisa nas áreas *onshore*, 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da bacia de Rovuma, e
- Acompanhar o início das actividades na Bacia do Rovuma.

E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Neste sector, as medidas de política, centrar-se-ão na criação de um ambiente regulamentar favorável para o desenvolvimento da industria nacional, reactivação do sector Têxtil e Vestuário, Químico, gráfico, Metal-mecânico, desenvolvimento sustentável de Pequenas e Médias Empresas (PME's), assegurar o acompanhamento pós-privatização, promover a comercialização agrícola, assegurar a participação efectiva nos Sistemas Bilateral, Multilateral e nos Organismos Internacionais afins, e ainda, disciplinar o exercício das actividades económicas do sector. Assim sendo, serão desenvolvidas as seguintes acções:

- Assegurar a implementação da política e estratégia industrial e o Diploma Ministerial nº 99/2003 de 13 de Agosto sobre isenções para a indústria transformadora;
- Implementar a Estratégia do Desenvolvimento do sector Químico, Têxtil e Vestuário, Gráfico, Metal-mecânico, e melhorar o desempenho das PME's através da divulgação e implementação das respectivas estratégias sub-sectoriais e continuação da implementação da Componente de Aprendizagem Técnica, que preconiza entre outras acções, a formação dos trabalhadores e gestores de empresas, apoio na melhoria da competitividade e promoção das ligações entre as PME's e os grande projectos.;
- Identificar as dificuldades existentes nas empresas e prosseguir com o acompanhamento pós privatização a nível nacional;
- Assegurar o consumo abrangente do sal iodado, prosseguindo com as acções de assistência técnica aos salineiros.

Assegurar o desenvolvimento de políticas comerciais que estimulem e fomentem o intercâmbio comercial nacional e internacional, através de:

- Conclusão da elaboração, divulgação e implementação da Política de Concorrência;
- Implementação do Plano Estratégico de Exportações, e monitoria da implementação da Estratégia de desenvolvimento das exportações de produtos processados de madeira de Moçambique;

- Divulgação dos mecanismos de acesso aos mercados e promoção da organização e participação das Feiras nacionais e internacionais;
- Apoio a organização dos produtores de milho, feijão e amendoim nas províncias de Niassa, Tete e Zambézia com potencial para a exportação para o Malawi;
- Implementar a estratégia de comercialização agrícola (ECA) a nível nacional, e prosseguir com o processo de divulgação de informação sobre preços e mercados.

Facilitar, simplificar e descentralizar o licenciamento comercial e informatizar o cadastro comercial, através de:

- Monitorização da implementação do decreto nº 49/2004 sobre o licenciamento da actividade comercial e actualizar o cadastro com base na informação disponível;
- Prosseguir com a implementação do Diploma Ministerial nº 119/94 de 14 de Setembro, sobre o trespasse e vendas de lojas, cantinas e armazéns rurais.

Melhorar a participação do País no sistema comercial regional e multilateral, através da participação nas negociações económicas da SADC e da OMC, tendo em conta, os resultados saídos da VI Conferência Ministerial da OMC.

Promover o conhecimento dos instrumentos de acesso ao mercado europeu, através da participação nas negociações dos Acordos de Parceria Económica (APE's).

Assegurar o acesso preferencial dos produtores, aos mercados dos principais parceiros de Moçambique, através da negociação dos acordos comerciais bilaterais, privilegiando os países da região de África.

Garantir o cumprimento da legislação por parte dos agentes económicos e harmonizar os métodos de trabalho da inspecção a nível central e provincial, através de:

- Fiscalização das actividades industriais e comerciais a nível nacional;
- Promoção da realização de inspecções conjuntas nas actividades da indústria e comércio;
- Aprofundar as acções de fiscalização, assegurando o cumprimento das obrigações dos operadores perante o consumidor e o Estado.

Criar uma base legislativa e transparente para o desenvolvimento dos subsistemas de normalização, metrologia, acreditação e ensaios, através da elaboração da legislação sobre o Sistema Nacional da Qualidade e Revisão dos estatutos do INNOQ.

Desenvolver acções de sensibilização junto as associações económicas e a sociedade civil sobre a importância da certificação de produtos e serviços, no desenvolvimento da economia nacional.

Acelerar a produção de normas técnicas por sectores de actividades específicos e pertinentes, de modo a assegurar a elaboração e aprovação de 10 normas moçambicanas.

Assegurar a capacitação institucional e técnica no âmbito da Metrologia, através do treinamento do pessoal técnico para a operacionalização do equipamento e interpretação dos resultados.

Uniformizar os serviços prestados pelos Balcões Únicos de atendimento ao público e, consolidar e monitorar o processo de funcionamento dos Balcões Únicos ao nível nacional.

Promover e incentivar o uso do sistema de propriedade industrial e divulgar o novo Código de Propriedade Industrial.

Assuntos Transversais

Área de Prevenção

Estabelecimento de canais e mecanismos de aquisição e disponibilização de preservativos para todas as unidades orgânicas do Ministério, promoção do preservativo feminino, assegurando a sua disponibilização gratuita, e aconselhamento e encorajamento ao teste voluntário.

Área de Mitigação das Consequências

Nesta área serão acções:

- Apoio às comunidades do sector informal comercial e industrial, na identificação de oportunidades de geração de rendimento e treinamento em matérias de negócio;
- Apoio em projectos de introdução de novas técnicas de conservação pós-colheita e de processamento dos alimentos, o estabelecimento de sistemas de monitoria das condições de segurança alimentar, priorizando as zonas de alta prevalência de seropositividade.

Área de Tratamento

- Apoio em assistência médica e medicamentosa, para tratamento de todos os funcionários, do MIC, vivendo com HIV/SIDA, e instituições tuteladas e subordinadas.

Área de Estigma e Discriminação

- Incremento de acções de sensibilização para desencorajar quaisquer actos de discriminação e estigmatização, bem como o envolvimento de pessoas vivendo com HIV/SIDA (PVHS) em acções de sensibilização para a transmissão de suas experiências.

F. TURISMO

Neste sector, as acções centrar-se-ão na consolidação do quadro legal, requalificação dos alojamentos e estabelecimentos similares, implementação da

estratégia de marketing e dos recursos humanos, melhoramento da gestão das áreas protegidas, elaboração da política de conservação, estratégia de implementação e prossecução do desenvolvimento das áreas de conservação, e intensificação do apoio financeiro ao empresariado nacional e comunidades locais. Assim, prevê-se o seguinte:

No Domínio Institucional e de Recursos Humanos:

- Disseminar a Estratégia de Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Sector do Turismo e Áreas de Conservação nas regiões centro, norte e sul;
- Actualizar o qualificador das carreiras profissionais específicas do MITUR para a inclusão das carreiras das áreas de conservação;
- Rever as carreiras profissionais do sector do turismo;
- Formar e capacitar o pessoal a nível provincial, no processamento e utilização das estatísticas do turismo no sistema de planificação e avaliação de desempenho do sector;
- Realizar *workshops* sobre gestão hoteleira e turística, gestão em conservação, cursos de guias de turismo e cursos básicos de hotelaria nas províncias de Maputo, Sofala, Nampula, Manica e Cabo Delgado, e
- Divulgar os resultados do inquérito das despesas de turistas.

No Domínio do ordenamento e coordenação intersectorial:

- Proceder a classificação dos Estabelecimentos de Alojamento Turístico, Restauração e Bebidas, de acordo com o novo sistema nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane;
- Criar o sistema electrónico de cadastro sobre estabelecimentos turísticos e similares;
- Prosseguir com a regulamentação da Lei do Turismo, nomeadamente as actividades referentes ao Aluguer de Veículos para Fins de Turismo e Ecoturismo;
- Zonar a área prioritária de investimento turístico de Sussundenga, Província de Manica;
- Instalar o Centro de Documentação do Turismo, por forma a dispôr os técnicos e demais interessados, de informação turística pertinente sobre o Sector;
- Prosseguir com a simplificação dos procedimentos de aprovação de projectos turísticos;
- Consolidar o fórum de diálogo com o Sector Privado a nível regional (Sul, Centro e Norte) através do estabelecimento do código de conduta.

No Domínio das Áreas de Conservação:

- Participar na elaboração da Política de Conservação e sua estratégia de implementação;
- Melhorar a gestão das áreas protegidas, através de reabilitação das infra-estruturas, fornecimento de equipamento necessário para o funcionamento dos Parques e Reservas Nacionais (Reserva Especial do Maputo, Reserva de Chimanimani, Parque Nacional do Banhine, Parque Nacional do Zinave).

Desenvolvimento de infra-estruturas nas seguintes áreas de conservação:

- Construção de casas para funcionários e fiscais: (12) Parque Nacional de Banhine, (14) Reserva Nacional de Chimanimani, (8) Reserva Especial de Maputo e Parque Nacional de Zinave (6), e reabilitação de 1 casa na reserva especial de Maputo para funcionários e fiscais;
- Reabilitação de aproximadamente 1KM de extensão da pista de aterragem no Parque Nacional de Banhine;
- Reabilitação de 15Km e manutenção de 25 km de estradas em Chimanimani e 25 km em Zinave.
- Reabilitação de 8m de pontecas, 4 em Limpopo e 4 em Chimanimani.
- Elaboração e implementação dos planos de manejo para a Reserva de Chimanimani e para o Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto; do Plano de Turismo do Parque Nacional das Quirimbas, e actualização e implementação do plano de manejo para a Reserva Especial do Maputo;
- Melhorar o sistema de comunicação, instalando rádios e repetidoras em todos os Parques e Reservas Nacionais;
- Implementar as medidas de mitigação do conflito Homem-animal nas áreas de conservação do país, reforçando a fiscalização, através do recrutamento, treinamento e equipamento de 20 fiscais para as Reservas de Marromeu e Gilé e para o Parque de Pomene;
- Estabelecer e implementar o sistema de gestão, monitoria e avaliação mais adequado das actividades de caça desportiva com vista a colecta trimestral da informação relevante sobre as actividades;
- Estabelecer um “lodge” comunitário próximo a barragem de Massingir, junto ao Parque Nacional do Limpopo;
- Assinar o Memorando de Entendimento sobre a criação da ACTF do ZIMOZA (Zimbabwe, Moçambique e Zâmbia);
- Operacionalizar o posto fronteiriço do Giriyondo, com introdução de mecanismos adequados de coordenação das instituições envolvidas e de gestão do Parque Nacional do Limpopo.

No Domínio da Promoção do Turismo:

- Realizar seminários de disseminação da estratégia de marketing nas regiões centro, norte e sul, incluindo o recurso a *Internet*;
- Produzir uma base de dados de marketing e promoção;
- Prosseguir com a campanha de marketing, especialmente, direccionada para o mercado doméstico;
- Produzir diverso material promocional, composto por uma brochura nacional turística, Folhetos, DVDs, Guias e Mapas Turísticos para distribuição através das feiras, operadores turísticos nacionais e estrangeiros, missões diplomáticas e outras organizações nacionais e estrangeiras;
- Organizar a participação do País em feiras de turismo a nível interno com representações do turismo das províncias na BTM e no exterior, nomeadamente, em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Holanda, Reino Unido, China, Israel, África do Sul e Zimbabwe; e
- Estabelecer representações do turismo nos principais mercados emissores para o país, como a China, Alemanha e África do Sul;

No Domínio da Inspeção das Actividades Turísticas:

- Prosseguir com acções de fiscalização em Marracuene (Maputo Província) e na Reserva Especial do Maputo, no Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, Parque Nacional do Bazaruto e ao longo da costa, nomeadamente: Machangulo, Ponta Malongane, Ponta Mamole, Ponta Douro (Maputo Província); Bilene e Zonguene (Gaza); e nas ilhas de Inhaca (Maputo Cidade), Santa Maria (Maputo Província) e no Arquipélago das Quirimbas (Cabo Delgado); e
- Realizar auditoria interna na Reserva Especial do Maputo, no Parque Nacional do Limpopo, Parque Nacional do Bazaruto e no Parque Nacional do Arquipélago das Quirimbas.

No Domínio de Investimentos:

- Construir um motel em Mandimba na Província do Niassa e outro em Tsangano na Província de Tete; e
- Elaborar o projecto para construção do edifício MITUR e do FUTUR;

No domínio Multisectorial:

- No âmbito da Prevenção e combate ao HIV-SIDA, as acções incidirão na Informação, educação e sensibilização permanente sobre o combate a esta pandemia, para os funcionários e trabalhadores do Turismo; e
- No âmbito da Reforma do Sector Público, privilegiar-se-á o processo de descentralização e autonomização dos Centros de Formação para as

regiões centro e sul, assim como, a criação de condições para a finalização do processo de descentralização dos Parques e Reservas

G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Para o ano 2007, a política do Governo para este sector, define como objectivos principais a continuação da melhoria gradual da fiabilidade, segurança, comodidade e expansão dos serviços de transporte prestados à população nas áreas urbanas e rurais; a participação mais eficiente do empresarial nacional no controlo, operação e investimento nos subsectores; e desenvolvimento rápido do sector, através da actualização da legislação, adaptando-a às mudanças/exigências que ocorrem, e tornando-a, mais abrangente e dinâmica. Neste âmbito, serão desenvolvidas as seguintes acções:

No Domínio do Transporte Marítimo, Fluvial e Lacustre

- Iniciar o processo de dragagem de emergência no Porto da Beira;
- Construir e reabilitar as infra-estruturas de acostagem para o tráfego local nas travessias de Maputo/Catembe e Inhambane/Maxixe;
- Adquirir as embarcações para as travessias de Maputo/Catembe, Inhambane/Maxixe, Beira/Búzi, Beira/Machanga e Quelimane/Recamba.

No Domínio da Segurança Rodoviária

- Realizar a campanha de troca de cartas de condução actual para cartas da SADC;
- Aprofundar as medidas no âmbito da segurança rodoviária, priorizando a inspeção periódica dos transportes semi-colectivos de passageiros, a sinalização rodoviária e a reverificação dos critérios de acesso e emissão de cartas de condução para o serviço público.

No Domínio da Aviação Civil.

- Certificar e Licenciar os Aeroportos de Maputo, Beira, Nampula, Pemba e Vilankulo.

No Domínio das comunicações.

- Expandir os serviços de telefonia fixa, “backbone” (Linha Dorsal) para Chimoio, Tete, Quelimane, Mocuba, Gurué, Nampula, Nampula, Pemba, Cuamba, Lichinga e Caia.
- Expandir os serviços de telefonia móvel celular para os seguintes locais:
 - Nas províncias de Maputo (Catuane), Gaza (Mabalane e Maqueze), Sofala (Maringuè), Zambézia (Chinde), Tete (Ulonguè) e Nampula (Mongincual)

No Domínio dos Portos e Caminhos de Ferro

- Acompanhar a reconstrução da linha de Sena e a reabilitação da Linha de Machipanda.

No Domínio da Meteorologia

- Substituir os sistemas de comunicação nas estações meteorológicas sinópticas por uma comunicação a base de GSM (telefonía móvel).

Quanto aos assuntos transversais

- Aumentar o grau de conhecimento científico dos funcionários do sector sobre o HIV/SIDA, suas consequências e melhores práticas no seu combate, de modo a reduzir o estigma e a discriminação.
- Elaborar a Estratégia do sector sobre o combate ao HIV/SIDA.

H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL

Neste âmbito são acções para 2007 as seguintes:

Criação de um ambiente favorável para a melhoria da competitividade, através de:

- Realização de cursos de capacitação dos agentes económicos;
- Remoção de Barreiras Administrativas ao investimento e consolidar o diálogo com o sector privado;
- Monitoria da repassagem do equipamento ao sector produtivo, no âmbito do programa “Italian Commodity Aid”;
- Monitoria da implementação do programa de apoio do sector privado através da implementação do projecto PoDE, e outras de iniciativas de apoio directo ao sector empresarial nomeadamente: monitoria do programa de fundo de garantia para o relançamento do sector de caju e promoção de linhas de crédito para PME's.

Promoção da produção nacional:

- Aumentar a oferta de produtos nacionais e melhoria da sua qualidade
- Prosseguir com as acções Estratégicas de Promoção da Produção, Consumo e Exportação de produtos e serviços moçambicanos.

Com vista, a aproveitar as oportunidades turísticas existentes, prevê-se o seguinte:

- Prestar, por intermédio do FUTUR, apoio directo ao empresariado nacional através da concessão de incentivos financeiros a 20 empreendimentos turísticos;
- Prosseguir com o Programa de descentralização dos Micro-créditos, para financiar 60 projectos, através do FUTUR,

- Financiar as autoridades locais para construção de mercados de fruta em Cumbana, Pambara, Muxúnguè, Tica, Nicoadala e Angónia e Sanitários Públicos em Maputo, Sofala, Nampula e Cabo Delgado;
- Prestar apoio na área de formação, e conceder todo o material promocional do país, entre outros, para o estabelecimento de Balcões de informação turística, em Vilankulos e Machipanda.

No que concerne ao apoio do empresariado nas zonas rurais, prevê-se abranger 25.000 novos clientes, no âmbito da implementação e divulgação da política e estratégia de finanças e micro finanças rurais.

Desenvolver acções junto aos mutuários do FARE, para garantir os reembolsos devidos e a continuação dos programas de financiamento, em particular para a extensão da rede comercial rural.

V.3. BOA GOVERNAÇÃO, LEGALIDADE E JUSTIÇA, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

A boa governação é uma das condições fundamentais para o sucesso da estratégia de combate a pobreza. O PARPA inclui políticas para promover a boa governação tais como: descentralização e desconcentração, reforma das administrações públicas para melhor responderem as necessidades dos cidadãos, o reforço da capacidade e eficiência do sistema legal e judicial, o melhoramento da segurança pública e o desenvolvimento dum programa focalizado na redução da corrupção a todos níveis.

REFORMA DO SECTOR PÚBLICO, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

A reforma do Sector Público abrange as componentes da descentralização e racionalização de estruturas e processos de prestação de serviços, melhoria do processo de formulação e monitoria de políticas públicas, profissionalização dos funcionários do Sector Público, melhoria da Gestão Financeira e Prestação de Contas e o combate à Corrupção.

No âmbito da **descentralização e desconcentração**, o PARPA estabelece como objectivo principal a dotação dos Órgãos Locais do Estado, a nível Distrital e Provincial de maior dinamismo e capacidade. Assim, dentre outras acções a serem desenvolvidas, merecem destaque as seguintes:

- Dar continuidade ao processo de transformação dos Órgãos Locais do Estado e de descentralização através:
 - Conclusão do processo de implementação do novo modelo de estruturas resultantes da implementação da lei nº8/2003 e respectivo regulamento;
 - Melhorar o processo de definição das competências dos Órgãos Estatais e Municipais.
- Implementar a reforma dos Órgãos Locais do Estado através da:

- Capacitação da Administração Local do Estado;
 - Alargamento, melhoria e consolidação dos mecanismos de colaboração das autoridades comunitárias com o Estado, bem como, a participação dos cidadãos e das comunidades no exercício da governação e na gestão local;
 - Consolidação do processo de implementação da nova estrutura orgânica dos Governos Provinciais e Distritais;
 - Elaboração de um sistema de monitoria e avaliação, bem como critérios e parâmetros de avaliação de desempenho dos Órgãos Locais;
 - Realização de visitas de assistência técnica aos Órgãos Locais do Estado.
- Continuar a consolidação do funcionamento dos Conselhos de Consulta Local, no âmbito do processo de desconcentração, que abrange os Órgãos Locais do Estado a nível provincial, distrital, posto administrativo localidade e povoação;
 - Realizar a Reunião Nacional dos Administradores Distritais e a Reunião Nacional dos Municípios;
 - Realizar estudos e criar condições físicas e institucionais para alargar o processo de autarcização a outras unidades territoriais (vilas e povoações);
 - Capacitar os municípios para a elaboração do plano de desenvolvimento municipal numa visão integrada e para melhorar a gestão e uso do sub solo e protecção do meio ambiente, através da elaboração de planos de estruturas e respectivos cadastros;
 - Capacitar os Governos Locais, no âmbito da divisão territorial e toponímia;
 - Criar condições básicas para as eleições e instalação de novas Autarquias Municipais;
 - Acompanhar o processo de instalação das Assembleias Provinciais;
 - Definir e implementar as estruturas organizativas do Estado na base da criação e implementação da nova estrutura do Estado nas povoações (bairros e Aldeias);
 - Delimitar as localidades com base na criação das estruturas administrativas de localidade;
 - Proceder a actualização da revisão dos centros urbanos;
 - Rever a Lei das Finanças autárquicas e o Código Tributário Autárquico;
 - Implementar a lei sobre Quadro do Pessoal Municipal, e divulgar os mecanismos de educação cívica e controlo da sua implementação;

- Participar no processo da revisão da legislação sobre planeamento e ordenamento do território nos municípios;
- Concluir a constituição, institucionalização e implementação dos Conselhos Locais;
- Regular as formas de funcionamento e divulgar a legislação sobre Conselhos Locais;
- Capacitar o Governo Provincial para a reestruturação dos postos administrativos;
- Assegurar a harmonização entre o planeamento municipal e os planos provincial e distrital;
- Promover a revisão dos critérios de alocação dos Fundos de Compensação Autárquica e os Fundos de Investimento Local;
- Reabilitar e apetrechar as instalações para o funcionamento da Autoridade Nacional da Função Pública;
- Realizar um recenseamento de raiz de todos os funcionários públicos para actualização do SIP;
- Regulamentar, implementar e divulgar a Lei do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado ao nível da Administração Pública;
- Desenvolver uma estratégia de Prevenção de Combate ao HIV/SIDA para a Função Pública;
- Elaborar e implementar o Plano Director do Sistema de Documentação, Registo e Arquivo do Estado;
- Desenhar uma Política Salarial para a Função Pública,
- Elaborar a legislação sobre os Gabinetes de Informação do Governo (GIGs) e unidades técnicas;
- Criar e instalar os GIGs e unidades técnicas ao nível central e provincial;
- Construir um dormitório, uma cozinha e refeitório, uma sala de reuniões no IFAPAs Beira, e continuar com a 2ª fase de reabilitação do IFAPA de Lichinga (dormitório feminino, sala de conferências, residências para professores);
- Dar continuidade com a formação de 990 funcionários públicos, em todo o país (cursos modulares);

Em relação a profissionalização da Função Pública e a modernização administrativa, para a concretização do objectivo final , de melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão serão realizadas as seguintes actividades:

- Formar e capacitar os dirigentes ao vários níveis (Central e Provincial);
- Capacitar as equipas das secretarias provinciais para assistência técnica aos municípios;

- Formar titulares no âmbito da legislação autárquica;
- Capacitar os funcionários em técnicas de atendimento público e procedimentos Administrativos;
- Capacitar gestores na área de Recursos da Função Pública;
- Realizar seminários de capacitação para os funcionários da Inspeção Administrativa do Estado;
- Realizar cursos para funcionários dos Distritos e Municípios em regime de ensino a distância em 30 distritos;
- Realizar cursos para Administradores e Secretários permanentes Provinciais e Distritais;
- Desenvolver e implementar o Sistema de Informação de pessoal Unificado;
- Desenvolver o sistema de Avaliação de Desempenho, por resultados, na Função Pública;

No âmbito do e-SISTAFE, o Governo continuará a melhorar a cobertura e a função das autoridades internas e externas, serão produzidos 90 relatórios de auditoria financeira pelo Tribunal administrativo.

No **âmbito da Justiça** em 2007 os esforços continuarão no sentido de implementar o Plano Estratégico Integrado, com o objectivo de simplificar os processos e de elevar a eficiência na provisão de serviços pelo sistema judicial.

As principais acções por componentes são:

- Continuar com a campanha de divulgação sobre a necessidade do registo civil;
- Divulgar a Lei da Família, com ênfase nos direitos e nos deveres dos cônjuges, nomeadamente os direitos da mulher na comunidade conjugal;
- Efectuar o mapeamento dos tribunais comunitários em funcionamento, descrevendo o seu estado de situação;
- Pôr em funcionamento 11 delegações para Assistência Jurídica e Judiciária;
- Criar clínicas jurídicas nos estabelecimentos prisionais, através de um programa de cooperação institucional entre as prisões e as universidades públicas e privadas;
- Providenciar assistência sanitária aos reclusos;
- Reactivar a actividade produtiva nos estabelecimentos prisionais de acordo com a especificidade de cada unidade prisional, incluindo actividade agro-pecuária, artística e outras;

- Elaborar e implementar um programa específico para a formação técnico profissional em áreas determinadas (carpintaria, serralharia, mecânica e outras) com vista a criar Prisões-Escolas
- ;
- Divulgar amplamente a Lei da Liberdade Religiosa e do Culto;
- Divulgar brochuras sobre os direitos Humanos, incluindo os direitos fundamentais da mulher (civis e políticos, económicos sociais e culturais).

Formação e Recursos Humanos

- Recrutar, e seleccionar Magistrados Judiciais, Oficiais de Justiça e Técnicos de Estatísticas e Contabilidade para os tribunais;
- Capacitar Directores das Cadeias Centrais e Provinciais;
- Formar Magistrados Judiciais do Ministério Público (Juizes e Procuradores);
- Formar Administradores Judiciais e Administradores Judiciais adjuntos, Conservadores e Notários,
- Formar Assistentes Jurídicos para o Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ);
- Formar chefes de serviços para as procuradorias;
- Rever a política salarial.

Reforma Legal

- Concluir a Lei sobre Sucessões;
- Regulamentar o serviço de Medicina Legal;
- Elaborar o Regulamento da Lei da Família no concernente a união de facto;
- Elaborar o estatuto do corpo da Guarda Prisional;
- Elaborar o Regulamento Interno do Serviço Nacional das Prisões (SNAPRI);
- Alterar a Lei /2001 de 07 de Julho, sobre diversos aspectos processuais e para a consagração do contencioso administrativo no que concerne a aplicação das normas regulamentares emitidas pela administração pública,
- Elaborar o regulamento da inspecção dos serviços prisionais,
- Reformular os diplomas reguladores das actividades do Tribunal Administrativo, bem como da respectiva lei orgânica; e
- Regulamentar sobre o conflito de interesses.

Infra-estruturas e Equipamento

- Construção e apetrechamento dos palácios de Justiça das Províncias de Maputo, Inhambane, Sofala, Zambézia, Nampula e Niassa;
- Reabilitação, ampliação e apetrechamento do edifício “B” do Tribunal Supremo;
- Reabilitação e apetrechamento do edifício da Procuradoria Geral da República;
- Construção de residências e aquisição de mobiliários para Magistrados em Sofala (Cheringoma), Nampula (Moma e Ribaué), e Inhambane (Morrumbene e Massinga);
- Construção da Cadeia de Xai-Xai;
- Informatização do Sistema de Registos;
- Informatização do Sistema de Gestão na área da administração da Justiça;
- Aquisição de um Software de Gestão documental da PGR;
- Reabilitação das unidades prisionais de Nampula, Inhambane (Morrumbene e Massinga), Sofala (Marromeu e Cheringoma), Nampula (Moma e Ribaué);
- Apetrechar a Biblioteca do tribunal Supremo; e
- Apetrechar a Biblioteca da Procuradoria-geral da República.

Controle da Legalidade

- Reformar o quadro de procedimentos dos Tribunais no âmbito do programa de redução dos processos pendentes nos tribunais;
- Emitir Relatórios e Pareceres sobre a Conta Geral do Estado;
- Institucionalizar o regulamento da Inspeção do Ministério Público;

Documentação Jurídica

- Compilar e publicar a jurisprudência do Tribunal Supremo respeitantes ao período 2003-2005;

Modernização e Informatização

- Desenvolver a aplicação de informática para os subsistemas de gestão processual, gestão prisional, registos e notariado, estatísticas e documentação no âmbito do Sistema Integrado de Planificação, Avaliação e Monitoria da Justiça;
- Estabelecer a rede *Internet* dos tribunais e ligação a rede *e-governement*;
- Adquirir equipamento informático para a Procuradoria Geral da República.

Comunicação e Desenvolvimento Inter-institucional

- Implementar o Programa Integrado de Monitoria e Avaliação das Instituições da justiça; e
- Implementar a matriz sobre as actividades relativas ao HIV/SIDA, incluindo o programa do HIV/SIDA aos reclusos.

No domínio da **Ordem pública, Identificação Civil, migração e bombeiros**, constitui um dos objectivos prioritários, a elevação do nível de desempenho das forças policiais na prevenção e combate a criminalidade. Para o ano de 2007 serão realizadas as seguintes acções:

- Garantir a lei e ordem para proporcionar a segurança e tranquilidade permanente aos cidadãos e proteger sua propriedade e bens;
- Reforçar a prevenção e combate a criminalidade;
- Promover a melhoria das relações entre as forças policiais e a comunidade;
- Elevar o nível de desempenho das forças policiais numa operatividade de pelo menos 70%;
- Aumentar as secções de atendimento as vítimas de violência doméstica, criando em todo país 10 unidades, sendo uma em cada província com excepção da Cidade de Maputo;
- Estender a rede policial, criando em todo país, um mínimo de 3 e um máximo de 22 postos, entre mistos e especializados;
- Emitir cerca de 600.000 Bilhetes de Identidade e melhorar os tempos de entrega;
- Prosseguir com a formação policial especializada nos domínios da investigação criminal, e forças especiais e de reserva abrangendo um horizonte de 582 elementos;
- Realizar cursos de formação na Escola prática da Polícia de Matalane, contemplando 1200 instruendos para o curso regular e 600 para a especialidade de guarda e fronteira;
- Dar continuidade dos cursos superiores em ciências policiais (Licenciatura, Bacharelato e Executivo) na ACIPOL, bem como garantia da continuidade na formação de oficiais moçambicanos no Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna de Portugal;
- Desenhar e implementar o portal da Polícia da República de Moçambique e sistemas informáticos para suportar o trabalho policial;
- Elaborar o Anti-projecto da Lei Orgânica da Polícia da República de Moçambique e Regulamentos conexos;
- Elaborar o Anti-projecto da Estratégia da Ordem e Tranquilidade Pública.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A comunicação social contribui para o desenvolvimento sócio-económico e cultural, na promoção e consolidação da unidade nacional e no aprofundamento e defesa da democracia e do Estado de Direito.

Para o ano de 2007, especial atenção, será dada ao reforço da capacidade dos órgãos do sector da imprensa e à sua regulamentação, através da implementação das seguintes acções:

- Abertura das delegações da Agência de Informação de Moçambique (AIM) nas cidades da Beira, Quelimane, Nampula e Pemba;
- Concluir a instalação das Rádios Comunitárias nos distritos da Maganja da Costa (Zambézia) e Namapa (Nampula);
- Instalação de um emissor da Televisão de Moçambique (TVM) de 1kiloWatt na Cidade de Xai-Xai e aumento da cobertura para um raio de 80Km;
- Abertura de Janelas da TVM com noticiários locais nas cidades de Xai-Xai, Inhambane e Tete;
- Montagem da torre da TVM em Nampula;
- Construção e montagem do novo centro emissor de TVM na Beira; e
- Expansão do sinal da Rádio Moçambique a todos os distritos.

V.4. RELAÇÕES EXTERNAS E DEFESA

Na área das Relações Exteriores e da Cooperação Internacional, o Governo irá prosseguir e incrementar um relacionamento privilegiado e diversificado com todos os parceiros de desenvolvimento de Moçambique, com vista a materialização dos seus planos e programas, divulgando as potencialidades do País, mobilizando recursos materiais e financeiros (públicos ou privados) para o cumprimento do Programa Quinquenal do Governo (2005-2009) e do PARPA II.

O Governo assegurará uma participação efectiva a nível dos *fora* internacionais, tais como: Organização das Nações Unidas (ONU), Nova Parceria para Desenvolvimento de África (NEPAD), União Africana (UA), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), entre outros, de que Moçambique faz parte.

Serão, ainda, desenvolvidas actividades que visem o reforço e a promoção das relações de amizade, solidariedade, cooperação bilateral e multilateral, baseadas no respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade, não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios:

- Prosseguir com a actividade diplomática, visando a mobilização de recursos materiais e financeiros para apoiar a implementação de programas e projectos de erradicação da pobreza e assegurar o crescimento económico no âmbito da implementação do PARPA (II);

- Estabelecer comissões mistas de cooperação e de consultas anuais existentes com os demais países;
- Prosseguir a actividade diplomática para obtenção do perdão total da dívida moçambicana, junto aos vários parceiros internacionais no contexto do Clube de Paris, bem como, com outros Países não membros deste grupo;
- Promover a imagem de Moçambique como destino privilegiado de investimento público ou privado e de turismo;
- Estabelecer um sistema de gestão de ajuda externa que reflecta as prioridades definidas, numa parceria coerente e abrangente com os vários parceiros de desenvolvimento;
- Promover e assegurar a implementação dos programas e projectos prioritários de desenvolvimento nacional, sub-regional e regional no âmbito da NEPAD, SADC e outros organismos de que Moçambique faz parte;
- Iniciar o processo de auto-avaliação no quadro do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF);
- Participar nas negociações comerciais, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), Associação dos Países da Orla Marítima do Oceano Índico, “African Growth Opportunity Act” (AGOA), Tudo Menos Armas (EBA), entre outras oportunidades comerciais postas à disposição de Moçambique;
- Participar activamente no processo do fortalecimento do Sistema das Nações Unidas, no âmbito do reforço do multilateralismo e do direito internacional, de modo a promover uma cultura política de paz, assegurar a defesa e preservar a estabilidade e segurança nacional;
- Promover o ingresso de quadros nacionais nas organizações sub-regionais, regionais e internacionais de que Moçambique faz parte;
- Desenvolver actividades nas áreas de negociação, conclusão, ratificação de Convenções e Tratados internacionais e acordos bilaterais de interesse nacional, garantindo a sua efectiva implementação e devido seguimento;
- Prosseguir com a formação, treinamento, capacitação técnica e profissional dos funcionários, tendo em conta, as inovações científicas e tecnológicas da actualidade e as oportunidades de cooperação internacional neste domínio;
- Continuar a negociar acordos para a Supressão de Vistos com os restantes países da região da África Austral, e outros de interesse para Moçambique, por forma a facilitar a movimentação de pessoas e de bens com aqueles países;

No âmbito do apoio aos refugiados

- Assegurar a provisão de serviços nos domínios de saúde, educação e infra-estruturas no centro de Macarretane;
- Assegurar o repatriamento de refugiados da Região dos Grandes Lagos;
- Continuar com a atribuição de documento de identificação à população refugiada no País;
- Reforçar o relacionamento com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a União Africana (UA)

No âmbito das Comunidades Moçambicanas no Exterior:

- Continuar a trabalhar na assistência às Comunidades Moçambicanas no exterior e promover o seu envolvimento na vida política, económica e social do País, em articulação com as nossas Missões Diplomáticas e Consulares, e
- Promover o movimento de associativismo junto a Comunidade Moçambicana no exterior, no âmbito da valorização da Moçambicanidade e auto-estima nacional.

No âmbito de Mar e Fronteiras:

- Prosseguir com as negociações sobre a delimitação das fronteiras marítimas comuns, em especial com a Ilha das Comores, Madagáscar e a República da África do Sul, e a reafirmação das fronteiras continentais com os outros países vizinhos, a destacar Malawi, Zâmbia e Zimbabué. Prosseguir com a determinação/delimitação da Plataforma Continental para além das 200 milhas náuticas;
- Participar nos eventos internacionais sobre Mar e Fronteiras; e
- Elaborar o Plano Estratégico e Política de desenvolvimento do Instituto de Mar e Fronteiras.

No âmbito da Defesa Nacional serão desenvolvidas as seguintes acções em 2007:

Prosseguir com o estabelecimento das bases jurídico-legais que definem os princípios orientadores do funcionamento do Ministério da Defesa, nomeadamente:

- Projecto de Lei de Implementação do Comando Constitucional que extingue o Sistema de Justiça Militar;
- Projecto de Lei sobre o Serviço Cívico;
- Código de Justiça Militar;
- Projecto do Regulamento de Disciplina Militar;
- Política de Armamento e Equipamento Militar;

- Conceito Estratégico Militar;
- Sistema de Forças e respectivo Dispositivo;
- Representações do MDN junto às Missões Diplomáticas do país; e
- Lei da Programação Militar.

Assegurar que o serviço militar seja entendido e cumprido, como um dever patriótico e escola de cidadania e de unidade nacional:

- Prosseguir com o programa de formação e reciclagem de 218 homens na Academia Militar, 150 na Escola Militar, 150 na Escola de Sargentos de Boane, 90 em Dondo, 50 no Centro de Instrução Logística bem como em outros estabelecimentos sob o controlo dos Ramos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM);
- Realizar o recenseamento militar de 150.000 mancebos;
- Realizar Provas de Classificação e Selecção a 30.000 mancebos;
- Passar à disponibilidade de 1.500 militares incorporados no 1º e 2º turnos de 2005;
- Prosseguir com o ciclo de instrução de recrutas, prevendo o ingresso de 3.000 Homens em dois turnos;
- Continuar com o processo de formação militar no estrangeiro.

Elevar a capacidade organizacional e operacional das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM):

- Formar observadores nos EUA (3), Ucrânia (1) e Mali (1);
- Revitalizar a Cartografia das FADM de modo a responder às necessidades militares;
- Materializar a conversão do Centro de Formação de Sargentos (Boane) em Escola de Formação de Sargentos das FADM;
- Realizar estudos e projectos para operacionalização das Escolas práticas dos Ramos e especialidades;
- Operacionalizar a Escola de Formação Profissional de Chingodzi – Tete;
- Continuar com o estudo para reactivação dos postos de observação costeira;
- Prosseguir com o Projecto de Informatização da gestão do Pessoal do MDN;
- Activar as novas Unidades e Subunidades do dispositivo das FADM, nomeadamente, batalhão de Pára-quedistas, 3 batalhões de Infantaria (Maputo, Beira e Nampula), 2 posições da Marinha de Guerra (Macuze na

Zambézia e Calote em Tete), Guarnição de aeródromos e pistas de aviação militar (Chitata, Marrupa, Cuamba e Mueda); e Fiscalização Marítima;

Prosseguir com o programa de reabilitação de infra-estruturas, aquisição, reparação e/ou manutenção de equipamento diverso:

- No quadro de obras nominalizadas: MDN/Sede; Centro Provincial de Recrutamento e Mobilização de Manica; Centro Provincial de Recrutamento e Mobilização de Sofala; Batalhão de Boane; Regimento de Tanques; Base Aérea da Beira; Base Naval de Metangula; Brigada de Cuamba; Hospital Militar de Maputo; Batalhão de Fuzileiros; Batalhão de Rádio Técnica; Centro de Instrução Básica Militar da Manhica e Centro de Instrução Básica Militar de Montepuez;
- No quadro de obras de capacidade própria: Projecto Pecuário de Chókwe, Escola Militar de Nampula; Escola de Sargentos de Boane; Centro de Instrução Básica Militar de Manhica; Grupo de Escolas da Marinha; Centro de Formação de Comunicações; Quartel do Comando do Exército; Brigada de Chókwe e Escola de Informações Militares; Montar 5 rádios estúdios nas grandes unidades (Escola de Sargentos de Boane, Brigada de Cuamba, Tete, Dondo);

Criar condições para um maior envolvimento do sector da defesa nacional nos esforços de desenvolvimento económico, social e humano do país:

- Participar em acções de assistência humanitária às populações em situação de emergência e calamidades naturais, em coordenação com o Instituto Nacional de Gestão de calamidades;
- Participar em acções de desminagem;
- Prosseguir com actividades de produção agro-pecuária em Chókwe, pecuária em Chitima/Tete, agrícola em Angónia, Niassa/Unango e avícola em Hanhane/Matola;
- Participar nas acções de desenvolvimento das Comunidades Rurais.

Tomando em consideração, o desenvolvimento de acções de cooperação bilateral e multilateral, no âmbito da SADC, NEPAD, UA, CPLP e ONU, e promovendo a estabilidade nacional, regional e internacional, está programado o seguinte:

- Prosseguir com as operações de manutenção de Paz com presença de observadores militares: um (1) no Burundi, seis (6) na República Democrática do Congo (RDC) e dezanove (19) no Sudão;
- Realizar exercícios tácticos conjuntos internos entre os Ramos das FADM;
- Realizar exercícios militares combinados no âmbito da SADC/CPLP;
- Formar uma Companhia para as operações de manutenção de paz;

- Participar em actividades do Comité Interministerial para a Prevenção, Combate e Erradicação do Comércio Ilícito de Armas Ligeiras e de Pequeno Porte (COPRECAL);
- Realizar Reuniões das Comissões Mistas de Defesa e Segurança entre Moçambique e os seguintes países: Zâmbia, Africa do Sul, Zimbabué, Tanzânia, Botswana e Suazilândia;
- Participar nas actividades conducentes à criação da Brigada Regional da SADC, no quadro da criação da Força Africana em Estado de Alerta;
- Participar nas actividades de Defesa a nível da União Africana;
- Participar nas actividades do Fórum de Defesa e Segurança, a nível da SADC; e
- Participar nas actividades do Fórum de Defesa, a nível da CPLP.

VI. POLÍTICA ORÇAMENTAL

A política Orçamental continuará orientada, para o alcance dos objectivos estabelecidos no Plano de Acção para a Redução da Pobreza, visando a manutenção de um desenvolvimento económico e social sustentável e para a prossecução da sustentabilidade orçamental a médio prazo, através do rigor e racionalidade cada vez maiores na utilização dos recursos públicos, com ênfase nas áreas prioritárias, nomeadamente educação, saúde, agricultura, infra-estruturas e governação e a melhoria do ambiente económico e competitivo da nossa economia.

O desafio de descentralização da execução orçamental da despesa de investimento para o distrito, em complemento da descentralização da execução da despesa de funcionamento, ocorrida no ano transacto, prosseguirá territorial, tamanho da população e índice de pobreza. através da afectação mais criteriosa de recursos tendo em conta a extensão

O investimento para as zonas rurais representa 60.7% do investimento global, com maior destaque para o sector de estradas, com 70%. A despesa de investimento de decisão local será de 1.234 milhões de Mtn em 2007.

Tendo em vista, o aumento da eficiência e da eficácia da acção do Governo, em 2007, prosseguirá a reforma do sector público, sendo de destacar a consolidação da recém criada Autoridade Nacional da Função Publica, e através da continuação da modernização do aparelho administrativo e da implementação do Sistema de Administração Financeira do Estado, alargando o e-SISTAFE para mais sectores do Estado.

No âmbito da promoção do crescimento económico sustentável e da sustentabilidade orçamental, o Estado, em 2007, continuará a não recorrer ao crédito bancário interno, para dar possibilidades de expansão de crédito ao sector privado.

Receitas do Estado

Para 2007, prevê-se que as receitas do Estado atinjam 32.461,0 milhões de MTn, atingindo 15.4% do PIB, o que representa um aumento de 0,2 pp. face a previsão de 2006. Deste montante, as receitas correntes totalizam 30.631 milhões de MTn equivalentes a 14,6% do PIB e as receitas de capital 1.830,2 milhões de MTn, cerca de 0,8 pp. do PIB. Face a 2006, as receitas correntes reduzem 0,2 pp. do PIB enquanto as receitas de capital aumentam a sua proporção ao PIB em 0.4 pp. Este plano de cobrança assenta num crescimento real do PIB de 7,0%, no aumento da eficiência na cobrança de impostos e no alargamento da base tributária.

Receitas do Estado 10 ⁶ MTn	2005 CGE	2006 OE	2007 Plano	% DO PIB		
				2005 CGE	2006 OE	2007 Plano
Receitas do Estado	20,941.1	27,016.7	32,461.1	13.7%	15.2%	15.4%
Receitas Correntes	19,818.1	26,288.3	30,631	12.9%	14.8%	14.6%
Receitas Fiscais	16,795.5	21,924.7	25,694.3	11.0%	12.4%	12.2%
Receitas Sobre Bens e Serviços	11,199.1	14,520.1	16,830.2	7.3%	8.2%	8.0%
Outros Impostos Fiscais	1,165.6	1,623.1	1,758.6	0.8%	0.9%	0.8%
Receitas Não Fiscais	1,496.0	2,148.5	2,418.5	1.0%	1.2%	1.2%
Receitas Consignadas	1,526.6	2,215.2	2,518.2	1.0%	1.2%	1.2%
Receitas de Capital	1,123.0	728.4	1,830.2	0.7%	0.4%	0.8%

As receitas correntes em 2007, não obstante, a conjuntura actual, tendência do aumento dos preços de combustível e outras, deverão decrescer em termos reais a 0.2 pp do PIB, fruto da contenção do efeito adverso, por uma maior eficiência fiscal e do alargamento da base tributária. Com efeito, está previsto que atinjam 30.631 milhões de MTn, equivalente a 14,6% do PIB. Destas, as receitas fiscais representam 80,0%, prevendo-se que atinjam 25.694,3 milhões de MTn, cerca de 12,2 pp. do PIB.

Das receitas fiscais, os impostos sobre rendimentos deverão atingir 7.105,5 milhões de MTn cerca de 3,4 pp. do PIB, mais 0,1 pp. do PIB em relação a 2006, enquanto os impostos sobre bens e serviços deverão reduzir 0,2 pp. do PIB e atingir 16.830,2 milhões de MTn. Os outros impostos serão de 1.758,6 milhões de MTn.

Por seu turno, as receitas não fiscais, com 8,1% na estrutura de receitas correntes, vão alcançar 2.418,5 milhões de MTn, isto é 1,2 pp. do PIB, enquanto que as receitas consignadas, pesando 8,2% nas receitas correntes, vão atingir 2.518,2 milhões de MTn cerca de 1,2 pp. do PIB.

As receitas consignadas, mantêm os mesmos níveis em relação ao PIB, de 2006, prevendo-se que atinjam 1,2 pp do PIB, portanto 2.518,2 milhões MTn.

Despesas do Estado

As despesas totais do Estado vão atingir 33.7% do PIB correspondentes a 70.897 milhões de MTn. Destes, 44.7% são para despesas correntes, 47.2%, para despesas de investimento e 8.1% para operações financeiras.

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2007

Despesas Totais 10 ⁶ MTn	2005 CGE	2006 OE	2007 Plano	% DO PIB		
				2005 CGE	2006 OE	2007 Plano
Despesa Total	41,526	52,881	70,897	27.1%	29.8%	33.7%
Despesa Corrente	20,836	26,735	31,681	13.6%	15.1%	15.1%
Despesa de Investimento	16,057	21,788	33,446	10.5%	12.3%	15.9%
Operações Financeiras	4,634	4,358	5,770	3.0%	2.5%	2.7%

Despesas Correntes

As despesas correntes deverão registar um crescimento real de cerca de 6.4 % face ao orçamento de 2006, fixando-se em 31.681,2 milhões de MTn, o que resulta que, em relação ao PIB se mantêm as mesmas proporções verificadas em 2006.

Estas despesas, são predominadas pelas despesas com pessoal que representam 50% do total das despesas correntes, prevendo que em 2007, possa crescer, em termos reais, cerca de 12.7% e, que representam uma taxa de 7,5% do PIB..

Despesas Correntes 10 ⁶ MTn	2005 CGE	2006 OE	2007 Plano	% DO PIB		
				2005 CGE	2006 OE	2007 Plano
Despesa Corrente	20,835.9	26,735.1	31,681.2	13.6%	15.1%	15.1%
Despesa Com Pessoal	10,732.5	13,345.2	15,636.7	7.0%	7.5%	7.5%
Bens e Serviços	4,425.1	5,586.6	6,551.5	2.9%	3.2%	3.1%
Encargos da Dívida	1,247.8	1,567.7	2,078.0	0.8%	0.9%	1.0%
Transferências Correntes	3,833.0	4,726.5	5,720.3	2.5%	2.7%	2.7%
Subsídio as empresas	221.7	324.9	377.8	0.1%	0.2%	0.2%
Outras Despesas Correntes	309.3	1,061.4	1,102.2	0.2%	0.6%	0.5%
Exercícios Findos	0.0	10.3	11.6	0.0%	0.0%	0.0%
Despesa de Capital	66.5	112.5	203.2	0.0%	0.1%	0.1%

As despesas com bens e serviços constituem a segunda categoria de despesas com uma maior expressão na estrutura de despesas correntes, estando fixadas em 6.551,5 milhões de MTn, representando 3,1 % do PIB, isto é menos 0,1 pp. do PIB face ao orçamento de 2006. A priorização das despesas continuará a ser feita, tendo em vista, a necessidade de aumentar a provisão de serviços básicos à população e a melhoria da eficiência administrativa, particularmente, nos sectores de maior impacto na redução da pobreza absoluta.

Os encargos da dívida registarão um aumento de 0.1 pp do PIB, com relação a 2006. Em termos nominais, estas despesas crescem em cerca de 31% face as previsões de 2006, influenciado pela depreciação do Metical, em relação às principais moedas em que se contratou a dívida.

Em termos absolutos, as transferências correntes estão programadas em 5.720,3 milhões de MTn para 2007, onde as transferências às famílias representam a maior absorção de recursos nesta categoria de despesas.

As outras despesas correntes vão decrescer em termos nominais, fixando-se em 1.102,2 milhões de MTn e destinam-se a fazer face aos encargos gerais do Estado e à constituição duma provisão orçamental estabelecida nos termos da Lei do Sistema de Administração Financeira do Estado para cobertura de despesas imprevistas e inadiáveis.

Despesas de Investimento

As despesas de investimento previstas para 2007, totalizam 33.445,5 milhões MTn e continuarão a estar orientadas para a construção e reabilitação das infra-estruturas vitais ao bem estar das populações e a promoção do crescimento da economia. Deste montante, 26.7% corresponde a fundos geridos directamente pelo Governo e 73.3% serão recursos de proveniência externa.

Despesas de Investimento 10 ⁶ MTn	2005 CGE	2006 OE	2007 Plano	% DO PIB		
				2005 CGE	2006 OE	2007 Plano
Despesa de Investimento	16,056.6	21,787.8	33,445.5	10.5%	12.3%	15.9%
Financiamento Interno	5,316.7	6,566.5	8,941.1	3.5%	3.7%	4.2%
Financiamento Externo	10,739.9	15,221.4	24,504.4	7.0%	8.6%	11.6%
Donativos	5,882.0	10,510.3	17,643.9	3.8%	5.9%	8.4%
Créditos	4,601.9	4,711.1	6,860.5	3.2%	2.7%	3.3%

A despesa do investimento ascenderá a 15.9% do PIB em 2007 e deverá aumentar significativamente o seu peso nas despesas totais, quando comparado com o ano 2006. Tendo em atenção, os níveis de execução do investimento no primeiro semestre de 2006, as despesas de investimento previstas para 2007 serão superiores às previsões de 2006.

Uma grande parte da componente interna do investimento é usada para a participação em projectos com financiamento externo, cobrindo as despesas de participação efectiva e as despesas com imposições fiscais.

De harmonia com o PARPA II, a afectação de recursos para as áreas prioritárias do combate a pobreza, ronda a volta dos 66% da despesa total, como se pode depreender a partir do gráfico seguinte:

A educação, que inclui o ensino superior e o ensino técnico profissional, absorve a maior parte dos recursos, cerca de 22%, o que está em consonância com Programa Quinquenal do Governo e PARPA II, que apontam a educação técnico profissional, como a base para a promoção do auto emprego, tornando-se deste modo, num dos maiores catalizadores para a redução da pobreza.

O grupo das infra-estruturas, que inclui as estradas, águas e obras públicas, absorve 20.5% da despesa total do Estado, o que reflecte o esforço que o Governo vai empreender na construção e reconstrução de pontes, estradas, e electrificação das zonas rurais e o reforço dos sistemas de abastecimento de água.

O quadro seguinte, ilustra o mapa de equilíbrio orçamental para 2007:

<i>(milhões de MTn)</i>	2005 CGE	2006 LEI	2007 PLANO	2007 EM % PIB
Total de Recursos	41,526	52,881	70,897	33.7%
Recursos Internos	21,536	27,017	32,461	15.4%
Receitas do Estado	20,941	27,017	32,461	15.4%
Recursos Externos	19,990	25,864	38,435	18.3%
Donativos	11,892	16,757	25,189	12.0%
Créditos	8,098	9,107	13,246	6.3%
Total de Despesas (Incl. o. Fin.)	41,526	52,881	70,897	33.7%
Despesas Correntes	20,836	26,735	31,681	15.1%
Despesas de Investimento	16,057	21,788	33,446	15.9%
Componente Interna	5,317	6,566	8,941	4.2%
Componente Externa	10,740	15,221	24,504	11.6%
Operações Financeiras	4,634	4,358	5,770	2.7%

De acordo com o mesmo, as despesas totais do Estado deverão atingir a cifra de 70.897,0 milhões de MTn, estando as despesas correntes fixadas em 31.681 milhões de MTn, representando, 15.1% do PIB, as de investimento em 33.446,0 milhões de MTn, representado 15.9% do PIB, e as operações financeiras em 5.770 milhões de MTn. Os recursos totais do Estado atingem igualmente 70.897,0 milhões de MTn, dos quais 32.461 milhões de MTn serão gerados internamente e 38.435,0 milhões de MTn são de proveniência externa.

Com vista ao alcance das metas estabelecidas no orçamento, dentre outras acções, serão realizadas as seguintes:

No âmbito do Sistema Tributário

- Concluir com a avaliação do actual sistema tributário, iniciada em Março/2006, em particular, no que se refere ao IVA-1999 e IRPS e IRPC-2003.
- Estabelecimento de mecanismos de tributação mais simplificada para os pequenos contribuintes, em particular das Zonas Rurais.
- Reformular o Imposto sobre Sucessões e Doações e implementar um novo Código, adoptando taxas moderadas e simplificando os procedimentos para a sua determinação e pagamento.
- Adoptar uma estratégia de divulgação dos impostos, dando relevância especial à educação fiscal, bem como a formação para os funcionários da Administração Tributária.

No âmbito dos incentivos fiscais ao investimento

- Efectuar uma avaliação dos benefícios fiscais atribuídos e resultados obtidos, tendo como elemento fundamental, os incentivos para projectos de investimento na área dos recursos naturais.

No âmbito da consolidação do Sistema Tributário Autárquico

- Submeter a aprovação a Proposta de Lei que introduz alterações a Lei das Finanças Autárquicas e o respectivo Código Tributário Autárquico.

No âmbito do fortalecimento da Administração Tributária

- Continuar com o registo de contribuintes, com o apoio da informatização, visando o alargamento da base tributária.
- Estabelecer novas formas de cobrança dos impostos, criando condições para facilitar o pagamento, utilizando o sistema bancário.

No âmbito do estabelecimento da futura Autoridade Tributária.

- Instalar e tornar efectivo o funcionamento a Autoridade Tributária de Moçambique.
- Aprovar o Plano de Desenvolvimento das Tecnologias de Informáticas para todos os impostos, incluindo aduaneiros.

No âmbito do Contencioso Tributário.

- Instalar e assegurar o funcionamento efectivo dos Tribunais Fiscais e consolidar os Tribunais Aduaneiros.
- Elaborar o ante-projecto do Código Geral do Processo Tributário.

No domínio de infra-estruturas

- Abertura de sete novos postos fiscais nas provinciais de Niassa e Cabo Delgado.

No que respeita ao sistema aduaneiro

- Construção e apetrechamento de duas moradias, sendo uma posto fiscal de Pebane e outra no posto fiscal de Macuze, na província da Zambézia;
- Construção e apetrechamento de uma moradia, nos postos fiscais de Palma, Quionga, Ibo, Negomano e Namoto, na província de cabo Delgado;
- Construção e apetrechamento de uma moradia, nos postos fiscais de Penhalonga e Rotanda, na província de Manica;
- Construção e apetrechamento de uma moradia, nos postos fiscais de Metangula, Mayamba e Matchedje na província de Niassa.
- Construção e apetrechamento de uma moradia nos postos fiscais de Dondo e Inchope, na província de Sofala;
- Construção e apetrechamento de uma moradia nos postos fiscais de Cassacatiza, Mucumbura e Doa, na província de Tete.

No âmbito da cooperação internacional e facilitação do comércio

- Continuação do processo de alinhamento da legislação nacional as Convenções Internacionais, em particular a Convenção de Kyoto sobre a simplificação de procedimentos aduaneiros;

- Implementação do desarmamento pautal de 25 para 20% nas relações comerciais com países terceiros;
- Continuação do fortalecimento da Rede Nacional das Alfândegas, em matéria de informática;
- Lançamento do concurso e realização do estudo de viabilidade técnico-económica, bem como a concepção do projecto tendo em vista a implementação do Porto-Seco de Ressano-Garcia.

No âmbito da fiscalização aduaneira

- Intensificação de acções de auditorias pós-desembarço, no quadro da implementação do acordo de avaliação de mercadorias da Organização Mundial do Comércio para desencorajar a fraude aduaneira e recuperar a receita;

VII. QUESTÕES TRANSVERSAIS

As questões apresentadas neste capítulo são consideradas transversais na medida em que, não podem ser vistas isoladamente, e sob responsabilidade de um único sector, o que pressupõe uma acção concertada e coordenada para o sucesso de toda a estratégia nacional de desenvolvimento.

VII.1 GÉNERO

O principal objectivo do Governo nesta área é promover a igualdade e equidade de Género a todos os níveis e fortalecer o poder da mulher, recorrendo a discriminação positiva sempre que se afigure necessário. Para a concretização destes objectivos serão realizadas as seguintes acções:

No âmbito das políticas de género

Aprovar, implementar e divulgar a política de género e sua estratégia;

- Institucionalizar as unidades de género em todos sectores nos níveis central e provincial;
- Integrar a perspectiva do género nas políticas, programas e projectos de desenvolvimento nacional;
- Fazer o levantamento dos dispositivos legais e discriminatórios contra a mulher, propôr a sua revisão e adoptar novas leis;
- Consolidar os mecanismos de protecção e apoio às mulheres vítimas de violência, assim como melhorar a informação e criar um banco de dados sobre os casos de violência;
- Estabelecer um mecanismo de recolha de dados desagregados por sexo a todos os níveis e sectores;
- Institucionalizar os Conselhos Provinciais para o avanço da mulher nas províncias Niassa, Inhambane, Maputo província e cidade.

Elevação da consciência da sociedade sobre os direitos da mulher

- Divulgar os instrumentos Internacionais de defesa dos Direitos Humanos e da Mulher, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção para eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), lei da família, entre outros;
- Incentivar e reforçar a participação da mulher à todos os níveis e identificar potenciais candidatas aos cargos de liderança e de tomada de decisão;
- Incentivar e apoiar a criação de organizações e associações de mulheres ou que trabalham em prol da mulher;
- Reforçar medidas que incentivam a permanência das raparigas no ensino, como o combate ao assédio sexual, ao absentismo, a violência, expansão do Programa Bolsa-Escola, lanches escolares, dentre outros;
- Melhorar as condições de trabalho da mulher, em face de sua situação de mãe e educadora;
- Melhorar a cobertura e a qualidade dos serviços maternos;
- Acelerar a provisão do tratamento anti-retroviral às mulheres grávidas e seropositivas;
- Oferecer um pacote de cuidados médicos às vítimas de abuso e violência física e sexual, integrados nos cuidados de saúde prestados à todos os níveis;
- Promover a participação do homem nos programas sanitários, com destaque para, a saúde reprodutiva de modo a participarem na solução dos problemas que conduzem às elevadas taxas de mortalidade materna nos níveis domiciliário e comunitário.

Formação/capacitação

- Capacitar pessoal para a efectiva integração, implementação e monitoria das questões de género nos planos e orçamentos;
- Organizar programas de informação e formação sobre liderança, participação política e tomada de decisão;
- Desenvolver e alargar os programas de informação, comunicação e educação sobre os direitos da mulher, utilizando as línguas nacionais e métodos acessíveis (arte e técnicas audiovisuais), com envolvimento dos órgãos de comunicação social, sensibilizando e capacitando para o tratamento de casos de violência;
- Prosseguir com as acções de consciencialização e reinserção social da mulher vítima de violência e vivendo com HIV/SIDA;
- Apoiar a mulher chefe do agregado familiar, mães solteiras, viúvas, com fraca capacidade económica, através de projectos de geração de

- rendimentos e de auto-emprego, alfabetização e formação profissionalizante;
- Promover a realização de quatro debates sobre os Direitos Humanos com ênfase, para os direitos da mulher em colaboração com os órgãos de comunicação social, nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Manica e Maputo, atingindo cerca de 400 pessoas;
 - Aumentar as secções de atendimento as vítimas de violência doméstica, criando em todo país 10 unidades, sendo uma em cada província com excepção da Cidade de Maputo;
 - Realizar 5 seminários provinciais de sensibilização para a prevenção da violência contra a mulher, abrangendo um universo de 250 pessoas, nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Sofala, Inhambane e Maputo;
 - Capacitar os membros dos Conselhos Provinciais para Avanço da Mulher em integração de género, nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Manica e Sofala;
 - Produzir uma brochura que contenha informações sobre a magnitude da violência contra a mulher em Moçambique;
 - Prosseguir com acções de formação de orçamentação na óptica de género, para 180 beneficiários, nas províncias de Niassa, Nampula, Sofala, Manica, Gaza e Maputo Cidade.
 - Prosseguir com as acções visando a criação da Rede de Mulheres Ministras e Parlamentares;
 - Expandir os programas de alfabetização funcional, educação de adultos e educação não formal, com enfoque para a participação da mulher e rapariga, visando o equilíbrio de género;
 - Criar mecanismos de apoio para participação de 2.200 mulheres na alfabetização e educação de adultos;
 - Continuar as acções de sensibilização dos pais e comunidades, sobre a importância da educação da rapariga, e divulgar a idade oficial (6 anos) de ingresso das crianças na escola..
 - No ensino geral para as raparigas espera-se que:
 - A taxa líquida de escolarização na 1ª classe seja de 67%, e a de conclusão no EP2 de 40%;
 - A percentagem no EP1 seja de 48%;
 - A percentagem no EP2 seja de 43%;
 - A percentagem no ESG1 seja de 43,5%;
 - A percentagem no ESG2 seja de 40,5%;
 - No ensino técnico-profissional e vocacional espera-se:

- 23% no nível elementar
 - 25% no nível básico;
 - 24% no nível médio.
- Identificar e implementar estratégias para aumentar a percentagem de mulheres como professoras;
 - Revisar o manual de formação sobre género e incluir nos materiais de todos os subsistemas e níveis de ensino;
 - Formar 2.173 membros dos Conselhos de Escola, em questões relacionadas com o género.

VII.2 HIV/SIDA

A problemática do HIV/SIDA continuará a constituir uma das prioridades do combate à pobreza absoluta. O combate a esta epidemia é de natureza multisectorial e transversal, e continuará a incidir nas 7 áreas integradas no Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA (PEN II). Assim, em 2007 será consolidada a implementação dos planos resultantes das recomendações emanadas durante a Iniciativa Presidencial, nomeadamente, as réplicas ao nível dos diferentes sectores e províncias, bem como o movimento de operacionalização da Estratégia Nacional junto de todos os sectores da sociedade, com uma atenção muito especial para o sector público.

Esforços serão orientados para a prevenção, com destaque para, o fenómeno de feminização do SIDA, mitigação e expansão do tratamento e o alargamento da cobertura dos cuidados domiciliários às pessoas doentes, sendo a zona centro do País a que deverá merecer maior atenção, devido a elevada taxa de prevalência da pandemia.

1. Área de Prevenção

A prevenção, combinada com o tratamento e a mitigação, continuará a constituir a actividade mãe da Estratégia, centrando-se nas seguintes acções:

- Promover o teste do HIV como actividade de rotina nas Unidades Sanitárias;
- Melhorar a articulação entre os Ministérios do Interior, Mulher e Acção Social, Turismo, Indústria e Comércio e de Justiça na implementação da legislação sobre a protecção da criança, nomeadamente a Lei 6/99, de entre várias;
- Promover a todos os níveis, a criação de programas/actividades recreativas que concorram para a formação moral no quadro da protecção de crianças e jovens;
- Potenciar a acção das Escolas, da família e das comunidades para prolongar o período do início da actividade sexual (Janela de Esperança);

- Acelerar a expansão de programas multisectorial sobre saúde sexual reprodutiva para jovens (dentro e fora da escola) e adolescentes cobrindo a totalidade das províncias, com enfoque nos 80 distritos prioritários;
- Promover a *moçambicanização* das mensagens divulgadas e incentivar a produção de material educativo e informativo em línguas nacionais, e assegurar que as mensagens estejam adequadas aos diferentes grupos populacionais;
- Apoiar a elaboração da estratégia de divulgação do uso do preservativo feminino e masculino, e facilitar o acesso de 20 milhões de preservativos masculinos e 500 mil femininos;
- Apoiar na criação de serviços alternativos de aconselhamento fora das unidades sanitárias (na família e na igreja), com envolvimento de todos os sectores, assegurando o aconselhamento a 540,000 pessoas, e que 270.000 jovens e adolescentes no País sejam abrangidos no quadro dos programas dos Serviços Amigo de Adolescentes e Jovens (SAAJ);
- Apoiar a implementação de programas com vista a prevenção da transmissão vertical a 85.394 mulheres em todo o País.
- Aumentar a divulgação da informação sobre a vulnerabilidade da mulher a infecções, de modo a reduzir a vulnerabilidade das mulheres à infecção, por razões sócio-culturais e económicas;
- Continuar a promover a produção de programas radiofónicos e televisivos em línguas nacionais sobre a prevenção do HIV/SIDA, em todo o País, orientados para a valorização da família e moralização da sociedade;

2. Área da Advocacia

- Garantir a continuidade da réplica da Iniciativa Presidencial de Combate ao HIV/SIDA, devendo dar mais enfoque ao envolvimento das pessoas vivendo com HIV/SIDA, líderes comunitários e personalidades influentes, privilegiando as lideranças femininas;
- Assegurar que todos os sectores incluam a componente HIV/SIDA em todos os programas de desenvolvimento económico e social.

3. Área de Estigma e Discriminação

- Garantir o envolvimento das Pessoas Vivendo com o HIV/SIDA (PVHS) em acções de advocacia, e encorajar a revelação pública de Pessoas Vivendo com o HIV/SIDA, desde que antecedido por aconselhamento adequado e seguido de um apoio psicológico e moral; e

- Promover um convívio acompanhado por acções de solidariedade entre as lideranças, as PVHS e a Sociedade Civil.

4. Área de Tratamento

- Divulgar a informação sobre a importância do tratamento de infecções oportunistas nas comunidades e agentes económicos, contribuindo assim para o cumprimento da meta de 108.207 pessoas em tratamento de infecções de oportunistas;
- Contribuir para a eficiência dos efeitos do tratamento através da inclusão da componente nutricional e provisão de cuidados ao domicílio para 107.238 pessoas;
- Alargar o tratamento anti-retroviral para 96.418 beneficiários.

5. Área de Mitigação

- Encorajar a difusão de técnicas de conservação de produtos agrícolas no período pós-colheita e divulgar tecnologias apropriadas para a elevação dos índices de produção agrícola junto das comunidades com a participação de adolescentes e jovens das zonas rurais e peri-urbanas em 80 distritos;
- Apoiar as organizações femininas, associações comunitárias e de PVHS na elaboração de projectos de geração de rendimentos encorajando a participação activa das mulheres e outros grupos mais vulneráveis em todas as Províncias;
- Promover campanhas de informação junto das comunidades religiosas, associações e organizações de beneficência para acções de solidariedade e de acolhimento de crianças e órfãos vulneráveis em famílias substitutas, com especial destaque na zona centro do País;

6. Área de Investigação

- Divulgar os resultados do estudo de “Prevalência, Riscos Comportamentais em relação ao HIV/SIDA”;
- Apoiar a realização de estudos sobre a relação entre a prevalência e as características demográficas, culturais e sócio-económicas;
- Apoiar a realização de outras pesquisas propostas pelos diferentes parceiros da Resposta Nacional.

7. Área de Coordenação

- Financiar 684 subprojectos da Sociedade Civil em todas as províncias, e alocar recursos para diversas instituições do sector público e privado e as instituições de ensino superior;

- Fortalecer a capacidade das instituições públicas, com destaque para o nível provincial e distrital, no desenho, implementação e monitoria de acções de combate ao HIV/SIDA;
- Envolver mais actores, com destaque para as pessoas vivendo com o HIV/SIDA, os parlamentares, líderes comunitários e personalidades influentes, nas acções de advocacia e monitoria dos programas e iniciativas em implementação;
- Integrar os programas de HIV/SIDA no ciclo de planificação distrital e gestão dos programas de desenvolvimento a nível distrital (gestão de calamidades, segurança alimentar, gestão dos recursos naturais).

Como **resposta sectorial** prevê-se:

- Dar continuidade ao Programa Multi-Sectorial da Geração Biz, envolvendo as áreas da Educação, Saúde e Juventude;
- Integrar o HIV/SIDA na Política Nacional da Educação e nos currícula, bem como, os indicadores sobre o HIV/SIDA na planificação da educação, com vista a aferir com objectividade o impacto da epidemia no desenvolvimento do sector;
- Implementar a 1ª fase do programa de prevenção e mitigação para os funcionários do sector da educação;
- Avaliar os programas “Pacote Básico” e “Mundo sem Segredos” e o projecto piloto de apoio às crianças órfãs e vulneráveis em colaboração; e
- Elaborar o Plano de Combate ao HIV/SIDA a área dos transportes e Comunicações e reforçar a implementação dos Planos Sectoriais de Combate ao HIV/SIDA nas áreas de Energia (incluindo a divulgação da Lei 5/2002); da Agricultura, Defesa (incluindo tratamento aos militares), Planificação e Desenvolvimento, Ambiente (incluindo apoio alimentar), Mulher e Acção Social, Pescas, Turismo, Administração Estatal e Antigos Combatentes (incluindo o financiamento dos projectos de mitigação dos efeitos da pandemia).

VII.3 AMBIENTE

De modo a assegurar a transversalidade da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável, esforços serão envidados na melhoria da coordenação intersectorial, um elemento-chave para o sucesso da integração do ambiente noutros sectores. Assim, em 2007, prevê-se:

- Consolidar as 5 unidades ambientais já existentes e criar mais 13 unidades devidamente treinadas;
- Divulgar e implementar a Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique;

- Capacitar continuamente os sectores, incluindo o do Ambiente no aprofundamento do conhecimento da ligação entre ambiente e pobreza; e
- Divulgar o Compêndio de Estatística Ambiental.

Em termos sectoriais, prevê-se:

- Intensificar a consciencialização sobre o saneamento do meio em todo o país, através do lançamento durante o primeiro semestre de 2007 da Campanha Nacional sobre a promoção de higiene e saneamento do meio,
- Instituir, durante o primeiro trimestre de 2007, a legislação específica sobre os crimes de saúde pública e o respectivo regulamento;
- Reforçar as acções de monitoria da qualidade da água e dos alimentos, através da implantação de 5 novos laboratórios nas províncias com vista a reduzir o índice de consumo de água imprópria ou de má qualidade;
- Prosseguir, as acções de transformação de paióis em zonas verdes da cidade e participar na protecção da fauna e flora (Ilhas Quirimbas e Bazaruto, Reserva Especial de Maputo) e na limpeza nos centros urbanos;
- Prosseguir com as obras de drenagem e saneamento urbano e construção de latrinas melhoradas nas zonas peri-urbanas e nas zonas rurais; e
- Regularizar e ordenar a ocupação do solo nas áreas urbanas, através da revisão de legislação sobre o planeamento e ordenamento territorial dos municípios em harmonia com os planos provinciais e distritais.

Gestão dos recursos naturais

Na componente de terras prevê-se:

- Melhorar o acesso aos recursos naturais através da autorização de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), alcançando 90% de tramitação (5.500) de 6.000 processos esperados, incluindo a descentralização de serviços de cadastro ao nível de alguns distritos (10) que registam maior procura de terras, principalmente nas Províncias de Maputo, Inhambane e Cabo Delgado.

Na área de **Gestão de Recursos Florestais e Faunísticos** prevê-se

- Incrementar a aprovação de pedidos de concessão de 106 para 114, e aprovar 57 planos de manejo para as concessões das províncias de Cabo Delgado, Inhambane, Manica, Nampula, Niassa, Sofala, Tete e Zambézia;
- Aprovar 5 planos de Maneio Comunitário, em igual número, de comunidades com comités legalmente estabelecidas;

- Fiscalizar e controlar a implementação da legislação sobre terras e dos planos de exploração da terra para os vários fins, em 1,629 parcelas de terra e garantir uma redução substancial de 1100 para 880 transgressões florestais e faunísticas, através de acções de prevenção e detenção, junto as áreas de corte em todo o país;
- Melhorar, na área do Turismo, a gestão das áreas protegidas, através de reabilitação das infra-estruturas, fornecimento de equipamento necessário para o funcionamento dos Parques e Reservas Nacionais (Reserva Especial do Maputo, Reserva de Chimanimani, Parque Nacional do Banhine, Parque Nacional do Zinave);
- Elaborar e implementar o plano de manejo para a Reserva de Chimanimani; actualizar e implementar o plano de manejo para a Reserva Especial do Maputo; e elaborar e implementar o Plano de Turismo do Parque Nacional das Quirimbas; e implementar o Plano de Maneio do Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto;
- Prevenir e controlar as queimadas descontroladas, sobretudo em todas as províncias das regiões centro e norte, onde esta prática é frequente para a preparação dos solos e da caça.

Redução do impacto ambiental

Nesta área prevê-se:

- Prosseguir com acções de fiscalização que permitam a prestação de serviços de qualidade ao consumidor, educando, prevenindo e corrigindo o desenvolvimento desordenado e o exercício ilegal das actividades de Turismo em Marracuene (Maputo Província) e na Reserva Especial do Maputo, no Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, Parque Nacional do Bazaruto e ao longo da costa;
- Prosseguir, na área mineira, com a educação ambiental, treinamento e apoio aos pequenos operadores mineiros nacionais, no âmbito da exploração mineira de pequena escala e artesanal das Províncias de Manica, Zambézia e Nampula; e elaborar o Regulamento Ambiental Específico para as Operações Petrolíferas;
- Construir sanitários públicos em Maputo, Sofala, Nampula e Cabo Delgado;

VII.4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

Com vista a assegurar a transversalidade da Segurança Alimentar e Nutrição, prevê-se a Revisão da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutrição (ESAN) e a realização do Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar e Nutrição ao nível dos Agregados Familiares. Do mesmo modo, serão realizadas actividades que visam reforçar o desenvolvimento institucional do SETSAN como órgão coordenador e outras actividades de responsabilidade sectorial.

No âmbito do **Desenvolvimento Institucional**, prevê-se:

- Capacitar os membros do SETSAN a todos os níveis em métodos participativos e multidisciplinares de planificação e orçamentação de actividades de SAN, monitoria e avaliação e vulnerabilidade;
- Instalar e manter um banco de dados, incluindo informação sobre intervenções no âmbito da SAN e emergência;
- Participar em missões da FAO e PMA;
- Reforçar a capacidade do SETSAN provincial de produzir boletins e relatórios de SAN;
- Apoiar os SETSAN provinciais na elaboração de micro projectos;
- Implementar e monitorar as acções de SAN nos planos provinciais e distritais.

Ao nível sectorial, as principais acções previstas para 2007 enquadram-se nas 3 principais dimensões de Segurança Alimentar e Nutrição, a saber: disponibilidade, acesso e utilização de alimentos.

Disponibilidade de Alimentos

Um dos elementos chave da Segurança Alimentar e Nutrição, sobretudo para os pobres é assegurar a produção interna ou local de alimentos. Assim, prevê-se:

- A produção de 2. 403 mil toneladas de cereais contra as 2.098 mil tons da campanha anterior, representando um crescimento de 14.6%. A produção de leguminosas crescerá 7.6%, atingindo 392 mil toneladas contra 365 mil ton da campanha anterior. A produção da mandioca crescerá 8.4%, atingindo 8.185 mil toneladas contra 7.552 mil toneladas da campanha anterior. A produção da carne bovina, suína, e frango totalizará 14.553 toneladas contra 12600 de 2006. A produção pesqueira atingirá 75. 102 toneladas das quais 45.230 ton (60,22%) produzidas pelo sector artesanal
- A área da Defesa participará na produção agro-pecuária em Chókwè; agrícola em Angónia/Niassa, pecuária em Chitima/Tete e avícola em Hanhane/Matola;
- Na Educação prosseguirá o relançamento do Programa de Produção e Alimentação Escolar, prevendo-se: levantamento e recenseamento de infra-estruturas para a produção escolar existentes nas instituições educacionais de todo o país, construção de caleiras e cisternas para a recolha de água das chuvas para a irrigação das machambas escolares, e ainda a capacitação de gestores em matéria de produção escolar, planificação alimentar, nutrição, gestão e limpeza dos alimentos;
- Ainda na componente produtiva, será encorajada a difusão de técnicas de conservação de produtos agrícolas no período pós-colheita, e divulgação de tecnologias apropriadas para a elevação dos índices de produção

agrícola junto das comunidades envolvendo adolescentes e jovens das zonas rurais e peri-urbanas em 80 distritos prioritários.

Acesso a Alimentos

O circuito de comercialização desempenha um papel importante nas acções visando garantir o acesso permanente de alimentos à população em todas as regiões do país. Neste âmbito, prevê-se a comercialização agrícola de 661.100 tons dos principais produtos comercializáveis, sendo de destacar, o milho, feijão e amendoim, o que representa uma taxa de crescimento de cerca de 4.6% em relação a 2006.

Utilização de Alimentos

Para reduzir os níveis de malnutrição, sobretudo em crianças e mulheres em idade fértil prevê-se:

- Atingir uma cobertura de 85% em suplementação com vitamina “A” em crianças de menos de 5 anos de idades e de 80% em suplementação de iodo às mulheres em idade fértil, sobretudo nas Províncias de Nampula, Zambézia, e Niassa, onde se verificam as maiores carências de iodo;
- Reforçar o sistema de vigilância nutricional, por forma a alertar atempadamente, as situações de risco, através da criação de 42 Postos Sentinela;
- Suplementar com vitamina “A”, bem como com sulfato de ferro e ácido fólico a crianças dos 6-23 meses e a 60% de crianças dos 6-59 meses;
- Introduzir o Pacote Nutricional Básico em todas as Unidades Sanitárias do país, incluindo o estabelecimento de 10 Centros de Reabilitação Nutricional, bem como a aquisição e distribuição de 27 toneladas de leite terapêutico por todas as províncias;
- Implementar a Estratégia de Saúde Escolar em 50% das escolas EP1 e EP2;
- Incluir a componente nutricional e prover cuidados ao domicílio para 107.238 pessoas vivendo com HIV/SIDA;
- Disponibilizar apoio em vestuário e outros produtos para crianças recém nascidas, e produtos alimentares diversos a 12.333 beneficiários directos do Programa de Apoio Social Directo, e de Subsídio de Alimentos a 97.000 chefes de agregados familiares, em situação de pobreza absoluta e incapacitados para trabalhar.

Para reduzir a ocorrência de doenças associadas ao consumo de água imprópria e falta de saneamento (diarreias, cólera, malária, etc.) será melhorado o acesso à água potável para mais 930.000 pessoas das zonas rurais e prosseguido o programa de construção de latrinas melhoradas.

VII.5 CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O acesso às tecnologias de Informação e Comunicação, bem como, dos resultados de pesquisa científica e inovação para todos os sectores da sociedade, continuará a ser a aposta do Governo, usando a Ciência e Tecnologia como instrumento dinamizador do desenvolvimento sócio-económico e de combate à pobreza, em particular, nas comunidades rurais.

Assim, para 2007 prevê-se:

Na área das **Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)**

- Expandir as TICs para escolas secundárias (gerais e técnicas) e Instituições de Formação de Professores, através de instalação de laboratórios apropriados;
- Incluir os conteúdos das TICs nos currícula do Ensino Secundário Geral do 1º e 2º ciclos e do Ensino Técnico;
- Promover o uso das TICs no processo de ensino-aprendizagem dos alunos do ensino secundário, ensino técnico e formação de professores;
- Consolidar os Centros Juvenis de Divulgação das Tecnologias de Informação já existentes;
- Apoiar a instalação de mais dois Centros em Tete e Zambézia respectivamente, garantindo à juventude oportunidades de acesso às tecnologias de informação;
- Apoiar a formação de formadores/monitores em novas tecnologias de informação e comunicação;
- Promover o uso de Tecnologias de Informação nas actividades dos Antigos Combatentes, através da expansão da rede até ao nível provincial, incluindo a operacionalização da página de Internet;
- Expandir os serviços de telefonia fixa “backbone” para as vilas de Caia, Gurué, Cuamba, e para as cidades de Chimoio, Tete, Quelimane, Mocuba, Nampula, Pemba e Lichinga;
- Modernizar os serviços meteorológicos, através da substituição dos sistemas de comunicação sinópticas por comunicações baseadas em telefonia móvel.

Pesquisa e Inovação

- Implementar a Política de Medicina Tradicional, incluindo a realização de estudos fitoquímicos e avaliação da actividade biológica de plantas usadas no tratamento e prevenção da malária, tuberculose e melhoria da qualidade de vida dos doentes de SIDA;
- Actualizar a informação sobre o nível de prevalência do HIV/SIDA em Moçambique com base no inquérito comunitário;

- Estabelecer um sistema de vigilância da resistência aos antiretrovirais e avaliar a eficácia dos testes simples e rápidos do HIV;
- Realizar um estudo sobre os factores determinantes, a nível comunitário na mortalidade materna e neonatal, a razão da mortalidade materna e infantil;
- Realizar estudos para avaliar o impacto de doenças crónicas nos agregados familiares das províncias de Inhambane e Tete;
- Realizar a pesquisa sócia antropológica sobre a participação do jovem do sexo masculino no SSRAJ, com vista a melhorar o entendimento das diferenças de género no atendimento aos SSRAJs;
- Realizar a prospecção da Pleuropneumonia Bovina Contagiosa (CBPP) nas Províncias de Niassa e Cabo Delgado;
- Fazer a investigação da Cisticercose e determinar a prevalência de Tripanosomíases em Matutuíne (Província de Maputo).
- Divulgar e disseminar tecnologias agrárias para:
 - Produção de milho, arroz e hortícolas usando insumos melhorados (semente, adubos e pesticidas);
 - Produção de blocos de sais minerais, para a suplementação animal;
 - Agro-processamento de frutas e vegetais (banana, manga e papaia; couve, cenoura e tomate);
 - Agro-processamento de raízes e tubérculos (mandioca e batata doce);
 - Agricultura de conservação (uso do capim vetiver, curvas de nível, uso de herbicida e matraca);
 - Conservação pós-colheita (controlo do gorgulho do armazém com actelic, cinzas e piripiri).
- Concluir e divulgar os resultados do projecto de biogás;
- Desenvolver e disseminar dois pacotes tecnológicos para o melhoramento da fertilidade e conservação dos solos.

VII.6 DESENVOLVIMENTO RURAL

Com o objectivo de assegurar que as políticas e programas nacionais assumam uma natureza explicitamente pró-rural, e gerar mudanças no actual padrão de acumulação de capital na economia nacional, em 2007, será iniciada a implementação da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), orientada para: (i) aumento da competitividade na economia rural; (ii) gestão sustentável dos recursos naturais e ambiente; (iii) diversificação e coesão do capital social; (iv) capital humano e tecnologia; (v) eficácia institucional e governação.

Competitividade e Acumulação da Economia Rural

O aumento da competitividade e da acumulação da economia rural é fundamental para a redução da pobreza rural, bem como, para o aumento da sua contribuição no crescimento da economia nacional. Com base neste pressuposto, prevê-se:

- Criar 3 novas Agências de Desenvolvimento Económico e Financeiro Local elevando para 8 o número de agências em funcionamento em todo o país;
- Expandir a experiência do Programa de Apoio aos Mercados Agrícolas (PAMA) para as províncias de Zambézia e Tete, através do “Projecto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores Orientados para o Mercado”, elevando para 5 o número de províncias com um programa integrado de fortalecimento de ligações de mercado. Do mesmo modo será apoiada a revisão e redefinição das estratégias provinciais de apoio aos mercados agrícolas nas províncias de Cabo Delgado e Niassa;
- Facilitar o registo de pelo menos 20 associações agro-pecuárias através do processo de registo simplificado em vigor ao abrigo do Decreto-Lei nº 2/2006 de 03 de Maio;
- Promover a Comunicação Rural, através da instalação de 3 rádios, em igual número, de distritos ainda por identificar no âmbito do Projecto de Rede Rural de Rádio e Televisão (RRRTV), elevando o seu número para 13 rádios comunitárias em funcionamento;
- Prosseguir a recolha, processamento e divulgação da informação sobre mercados agrícolas nacionais, incluindo a disponibilidade e fluxos e preços de produtos agrícolas, assim como, o custo de transporte dos produtos, esperando-se a divulgação de 52 publicações anuais, através de boletins semanais (Quente-Quente), Rádio (RM Nacional e Provincial e rádios comunitárias), jornais (Notícias e outros) e programas televisivos (TVM), duas vezes por mês.

Actividade Financeira Rural

O acesso ao crédito pelos produtores rurais é essencial para dinamizar e fortalecer as diversas actividades produtivas rurais. Neste âmbito, para 2007, o Governo apostará na expansão e aumento da cobertura territorial dos serviços financeiros rurais com vista a apoiar os produtores locais. Neste sentido, prevê-se:

- Criar 5 novas instituições financeiras rurais nas províncias da Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Inhambane, elevando o seu número para 35 em todo o país e abranger 25.000 novos clientes no âmbito da implementação e divulgação da política e estratégia de finanças e micro finanças rurais. Espera-se que, seja elevado para 125.000 o número de clientes servidos pelas 35 instituições financeiras previstas;

- Promover as Finanças Rurais, em parceria com Fundo de Apoio a Reabilitação da Economia (FARE), realizando diversas actividades no âmbito do Programa de Apoio às Finanças Rurais (PAFR), com destaque para:
 - Elaboração e divulgação da política de finanças rurais;
 - Divulgação da campanha de poupanças rurais; e
 - Realização de cursos de capacitação em políticas de finanças rurais e micro- finanças.
- Implementar o Projecto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores Orientado para o Mercado, nas Províncias da Zambézia e Tete, através da contratação e provisão de serviços financeiros para as Organizações de Base Comunitária, nos distritos de Morrumbala e Mutarara, respectivamente;
- Lançar o mecanismo de Capital de Risco para iniciativas de agronegócios através do Centro Promoção da Agricultura (CEPAGRI);
- Promover o acesso ao financiamento das empresas nacionais, através da implementação dos Programas de Relançamento do Sector Privado (PRESP) afectado pelas cheias de 2000/2001, FARE, FFPI e outras iniciativas financiadas pelo Governo.

No âmbito da produção prevê-se:

- Implementar o Programa Integrado de Desenvolvimento da Mulher Rural, na componente de actividades de geração de rendimento, nos distritos de Magude (Maputo), Chókwe e Xai-Xai (Gaza) e Homoíne e Inharrime (Inhambane) através da:
 - Organização e equipamento de 3 aviários, envolvendo na fase inicial um grupo de 10 mulheres;
 - Fabrico de artigos de arte e uso doméstico (cestaria e olaria) para posterior comercialização; e
 - Aquisição de prensas e outro equipamento para a produção de sumos (de laranja, manga e caju), bem como para a produção de óleos (amendoim e girassol).
- Monitorar as acções do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Rural na Zambézia (Mocuba), virado para a Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Incentivar o aumento da produção das culturas de rendimento, com destaque, para castanha de caju, cana de açúcar, chá folha, citrinos, copra, o tabaco e o girassol;
- Apoiar 2.700 associações de produtores em todas as províncias do país;
- Financiar as autoridades locais para a construção de mercados de fruta em Cumbana, Pambara, Muxúnguè, Tica, Nicoadala e Angónia;

- Apoiar a expansão das áreas de actuação para a comercialização do ouro da produção de pequena escala através do Fundo de Fomento Mineiro;
- Prosseguir com a promoção da criação de associações, cooperativas, sociedades ou outras formas de organização na extracção e processamento de pedras preciosas e semipreciosas no País, como forma de assegurar uma exploração sustentável dos recursos;
- Assegurar, na aquacultura, a disseminação e implementação de política e estratégias de desenvolvimento da actividade, tanto ao nível dos grandes projectos comerciais, como as iniciativas de pequenas explorações piscícolas, com grande impacto no auto-emprego e rendimento familiar;
- Implementar, no âmbito da piscicultura, novas linhas de micro-crédito para os aquacultores, bem como prosseguir as acções de formação e extensão, visando a transmissão de novas técnicas e a troca de experiência entre os operadores da piscicultura.

Na componente de **Infra-estruturas sociais e produtivas** prevê-se:

- Construir 3 fontes de água no âmbito da implementação do Projecto Integrado de Género e Desenvolvimento.

Ao **nível sectorial** serão:

- Finalizados e implementados os projectos executivos do sistema de irrigação e do talude de jusante, das Barragens de Corumana e dos Pequenos Libombos, continuar a reabilitação do sistema de irrigação de Xai-Xai, com vista ao aproveitamento integral das 4.000 ha de terras agrícolas irrigáveis e elevar a produção agrícola nos perímetros irrigados;
- Construídos e/ou reabilitados dezasseis (16) mercados de gado, sendo dois (2) em cada província, excepto Maputo e Zambézia;
- Construídos dez (10) matadouros em Tete e em Quelimane, dos quais oito (8) pelo sector privado.

Coordenação, Supervisão e Apoio Institucional

Devido a sua dimensão multi-sectorial, o processo de desenvolvimento rural privilegia a harmonização das políticas e programas sectoriais, a coordenação e apoio inter-sectorial e inter-institucional com vista à implementação com sucesso da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR). Deste modo prevê-se:

- Apoiar o processo de descentralização, através da promoção das iniciativas locais de desenvolvimento, tendo como base a participação comunitária;
- Acompanhar e supervisionar o processo de elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDD's);

- Formar e capacitar os técnicos do sector público ligados à promoção da planificação distrital.

Acesso a Inovação e Tecnologia

Para garantir a transferência de tecnologias e inovação para o desenvolvimento das zonas rurais, destaca-se como acções:

- Expandir a rede de telefonia móvel celular para as áreas rurais, nomeadamente, Catuane (Maputo Província), Mabalane e Maqueze (Gaza), Maríngue (Sofala), Chinde (Zambézia), Ulónguè (Tete) e Mongincual (Nampula);
- Promover a inovação de subsistência em comunidades rurais de 43 distritos do país;
- Consolidar o estabelecimento da incubadora tecnológica de Chókwè, através do treinamento e capacitação de oito (8) monitores;
- Divulgar os conhecimentos disponíveis para as comunidades rurais, através da produção materiais áudio-visuais e digitais, contendo técnicas e conhecimentos adequados para a solução de problemas específicos de cada região;
- Desenvolver uma base de dados e portal com informação agro-pecuária, conservação e processamento de produtos agrícolas.

VII.7 CALAMIDADES

As principais acções previstas, para 2007, enquadram-se em 3 áreas principais: Aviso Prévio e Prevenção, Resposta e Mitigação das calamidades

Aviso Prévio e Prevenção

A previsão climática para a África Austral nos próximos seis meses indica para Moçambique um regime de precipitação similar ao registado no ano passado, prevendo-se a ocorrência de chuvas dentro de normalidade.

Com base nestas previsões, serão fortalecidas as medidas de aviso prévio, prevendo-se:

- Concluir o processo de estabelecimento da ARA Norte e continuar o estabelecimento da ARA-Centro Norte; consolidar a ARA Centro e ARA Zambeze e transferir a Unidade de Gestão da Bacia do Limpopo para de Xai-Xai para Chókwè;
- Reabilitar 42 estações hidroclimatológicas ao nível nacional;
- Colocar pelo menos 75 pluviómetros nos distritos com comités de gestão de risco e treinados 75 leitores da informação pluviométrica;
- Instalar pontos de medição dos níveis hidrométricos.

Resposta

São principais acções:

- Mapear as zonas áridas dos distritos de Chigubo, Massangena, Funhalouro, Mabote, Machanga, Panda, Chicualacuala, Mabalane; e
- Mapear as bacias do Save e Búzi, incluindo a elaboração dos respectivos Atlas;
- Treinar 200 activistas para os comités de gestão de risco, incluindo alocação de equipamento de busca e Socorro;
- Criar 2 unidades da UNAPROC nos centros regionais de Gestão de Calamidades de Vilanculos (Sul) e Caia (Centro).
- Estabelecer salas de operações equipadas em todas as capitais provinciais.

Mitigação

Nesta componente, como acções prevê-se:

- Implementar medidas de mitigação do conflito homem-animal nas áreas de conservação do país, reforçando a fiscalização através do recrutamento, treinamento e equipamento de 20 fiscais para as Reservas de Marromeu e Gilé e Parque de Pomene estando previsto o abate máximo de 115 animais ferozes, tais como: leão, elefante, hipopótamo, e crocodilo, em todo o país;
- Continuar a reabilitação das Barragens de Nacala, Macarretane, Massingir e iniciados estudos para construção de uma barragem no rio Pungué (Bué Maria/Pavua), com vista a garantir a disponibilidade de água para irrigação;
- Construir 15 cisternas comunitárias com capacidade total de 450.000 m³ nos distritos Magude, Chigubo, Massangena, Funhalouro, Mabote, Machanga, Panda, Chicualacuala e Mabalane, de modo a garantir acesso à água a 50.000 pessoas;
- Construir 20 represas e 20 sistemas de captação da água da chuva;
- Construir 18 furos de água em Inhambane, Maputo, Sofala, Manica e Tete com capacidade total de 157.680 m³, garantindo acesso à água a 45.500 pessoas;
- Construir 12 represas nos Distritos de Moamba, Magude, Chicualacuala, Mabalane, Chigubo, Massangena, Funhalouro, Mabote, Govuro; Machanga, Tambara e Mutarara, garantindo o acesso a água a 50.000 pessoas, abeberamento de 2.300 animais e irrigação de 2.500 ha.
- Introduzir e difundir práticas e tecnologias de agricultura de conservação da humidade e de Agroflorestas, nos distritos de Chigubo-Sede e Chemba, incluindo o treinamento de 6 técnicos e 20 camponeses pertencentes às associações;

- Desenvolver actividades não agrícolas, para a geração de rendimento, beneficiando 250 famílias envolvidas na prática do artesanato e processamento de frutos silvestres;
- Continuar a mobilizar os parceiros de desenvolvimento e organizações internacionais especializadas, para o apoio e reforço da capacidade nacional de prevenção e resposta as calamidades naturais.

VII.8 DESMINAGEM

O objectivo nesta área é a redução do impacto da presença de minas anti-pessoal nas comunidades afectadas, que têm provocado mutilações e perdas de vidas humanas, ao mesmo tempo que representam um obstáculo para o desenvolvimento socio-económico do país. Deste modo prevê-se:

- Prosseguir com a meta preconizada na Convenção de Ottawa, no sentido de concluir até 2009, a clarificação de locais de alto e médio impacto, a destruição de todos os engenhos não explodidos, inspeccionar e sinalizar as áreas de baixo impacto. Assim, serão clarificadas 10 milhões de m² de área suspeita de conter minas;
- Garantir a continuação da actividade de desminagem de objectos económicos e sociais, tendo em vista a implementação de programas e projectos de desenvolvimento com especial destaque para as áreas de elevado potencial agro-pecuário, estradas, recursos minerais, linhas-férrreas, linhas de transporte de energia, e de infra-estruturas sociais, assim como as áreas de assentamento das populações. Neste sentido, será feita a clarificação de 60 áreas suspeitas nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete;
- Prosseguir com a implementação de programas de assistência às vítimas de minas e sua reintegração sócio-económica, espera-se neste âmbito assistir a cerca de 200 pessoas vítimas de minas;
- Desenvolver, manter e actualizar o sistema de gestão de informação sobre minas anti-pessoal, bem como, a disseminação da respectiva informação;
- Criar capacidade nacional de desminagem e de gestão do programa, para assegurar maior eficácia das várias intervenções;
- Promover a implementação de programas de educação cívica sobre o perigo de minas. Serão formados cerca de 100 agentes de educação cívica, para permitir o alargamento de acções de sensibilização das populações, vivendo em zonas minadas ou suspeitas de estarem minadas;
- Realizar 80 palestras de educação cívica sobre o perigo de minas nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete, evitando ou reduzindo o risco de mortes causadas pelas minas e outros engenhos não explodidos;

- Cooperar nos esforços internacionais para a erradicação de minas anti-pessoas e na universalização da convenção de Ottawa;
- Mobilizar parceiros de desenvolvimento para continuarem a apoiar o Programa de Acção sobre Minas.

ANEXO – MATRIZ ESTRATÉGICA DO PARPA II

Os indicadores da Matriz Estratégica foram desenvolvidos no processo de elaboração do PARPA II (2006 - 2009), com base no Programa do Governo (2005 - 2009), para a monitoria e avaliação das acções chave para a redução da pobreza e a promoção do crescimento económico no médio prazo. Portanto, apresenta-se aqui as acções, indicadores e metas da Matriz Estratégica para 2007, bem como os objectivos e metas quinquenais associados. Nota-se que os quarenta indicadores sombreados foram seleccionados como indicadores do Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD) para informar as decisões dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) sobre os seus compromissos no âmbito do Apoio Directo ao Orçamento do Estado. De referir que a versão completa da Matriz Estratégica, incluindo uma lista de acrónimos e abreviaturas poderá ser consultada no sitio: <http://www.mpd.gov.mz/>

Matriz Estratégica do PARPA II

INDICADORES GLOBAIS*

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Projeção / Meta 2009
<i>G.1. Reduzir a Pobreza</i> (par. 109)	G.1.1. Taxa de incidência da pobreza (par. 1) [Pobreza e Bem Estar em Moçambique: 3ª Avaliação Nacional]	54% (2003)	45%
	G.1.2. % de crianças menores de cinco anos com baixo peso por idade (par. 215) [Inquérito Demográfico e da Saúde]	24% (2003)	18%
	G.1.3. Índice de Desenvolvimento do Género segundo as metas estabelecidas [Indicador Global do Desenvolvimento do Género e outros relatórios, MPD]	0.3 (2003)	0.4
<i>G.2. Promover o crescimento económico rápido, sustentável e abrangente</i> (par. 109)	G.2.1. Crescimento médio anual no PIB real (Tabela 8) [Quadro Macro, MPD]	7.8% (2002 - 2005)	7.0% (2006 - 2009)
	G.2.2. Crescimento médio anual no PIB real per capita [INE - Anuário Estatístico]	5.3% (2002 - 2005)	4.0% (2006 - 2009)
	G.2.3. Desigualdade (coeficiente de GINI) [IAF]	0.42 (2003)	0.44
<i>G.3. Garantir uma gestão macroeconómica rigorosa</i> (par. 488)	G.3.1. Taxa de inflação, médio anual (Tabela 8) [INE - Anuário Estatístico]	12.3% (2002 - 2005)	< 10% (2006 - 2009)
<i>G.4. Melhorar a qualidade de prestação dos serviços públicos ao cidadão</i> (par. 282)	G.4.1. % da população com fácil acesso à 1 US, ou seja, reside à menos de 30 minutos (8) [IAF]	36%	45%
	G.4.2. Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe – Raparigas [Estatísticas MEC]	56%	70%
	G.4.3. Grau da "confiança" do público na administração da Justiça (a ser averiguado através do levantamento, conduzido pela UTRESP, com base nas percepções do cidadão)** [UTRESP]	n/d	70%
<i>G.5. Travar a propagação do HIV/SIDA</i> (par. 199)	G.5.1. Nº de novos casos de HIV/SIDA por dia (par. 200) [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	500	350

Nota: *os Indicadores Globais sumarizam os objectivos fundamentais do PARPA II, reconhecendo-se entretanto, que o seu alcance depende dum esforço conjugado entre o Governo, a sociedade civil e os parceiros de cooperação.

**O indicador precisa de um refinamento em virtude da "confiança" ser um conceito relativo.

MACROECONOMIA E POBREZA – ANÁLISE DA POBREZA E SISTEMAS DE MONITORIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon-sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
1. Disponibilizar a todos os intervenientes chave informação adequada, exacta, desagregada e atempada sobre a implementação do PARPA (pars. 621 & 622)	1.1. Intervenientes chave bem informados sobre a implementação do PARPA [RAI]	RAI do PARPA I não elaborado	RAI elaborado e publicado com uma avaliação do desempenho em relação aos indicadores do PARPA II	Realização de pelo menos um Observatório da Pobreza Provincial (OPP) em cada província	MPD	1.a. Nº de Províncias com OPP's realizados [Sínteses dos OPP no website do OP e na DNP]	11
				Aprovação e Implementação da Estratégia de Comunicação do PARPA II	MPD	1.b. Elaborado e implementado o Plano de Acção [Plano de Acção]	X
				Realização do programa de pesquisa da DNEAP orientado para a análise do impacto do PARPA	MPD - DNEAP	1.c. Estudos que avaliam o impacto das acções do PARPA na redução da pobreza, realizados e disseminados [Programa da Pesquisa e documentos associados publicados]	X
2. Harmonizar os instrumentos de planeamento, orçamentação e monitoria de curto e médio prazo (par. 621)	2.1. Grau de alinhamento entre os documentos de planeamento, orçamentação e monitoria (PES, BdPES, OE, REO, CGE, CFMP, PARPA II) [Estudo de Avaliação Independente]	Falta de alinhamento	PES, BdPES, OE, PARPA e CFMP julgados alinhados	Anexo da Matriz Estratégica ao PES e BdPES ao nível central e provincial e a garantia da consistência com o texto	MPD / DPPFs	2.b. % de indicadores estratégicos integrados no PES e reportados no BdPES [PES e BdPES]	100%
				Capacitação dos quadros do Governo em todos os níveis de modo a facilitar a produção do PES/OE e do BdPES de uma maneira consistente com as guiões (i.e. orientações e metodologia unificada) divulgada	MPD	2.c. PES/OE e BdPES (central) produzidos de acordo com o guião [PES/OE Nacional]	X

MACROECONOMIA E POBREZA – GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon-sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
3. Melhorar a eficiência e eficácia da gestão das finanças públicas (pars. 289 & 494)	3.1. Despesa agregada como % do OE aprovada [OE]	90%	≥ 95% e ≤ 105% (As mesmas metas para 2007 e 2008)	Alocação dos recursos públicos de acordo com os objectivos do PARPA-II, tomando como referência a alocação para sectores prioritários como indicado no PARPA (Tabela 17)	MF - DNO / MPD - DNP	3.a. Alocação orçamental no CFMP em linha com PARPA II [CFMP e PARPA II]	X
						3.b. Alocação no OE em linha com o CFMP [CFMP e OE]	X
				Melhoria da Gestão Orçamental e da Tesouraria	MF - DNO / DNCP / DNT	3.c. Taxas de execução orçamental da despesa corrente nas áreas de Educação e Saúde ≥ taxas de execução geral [REO]	X
						3.d. Taxas de execução orçamental para despesas correntes no nível provincial e distrital no ano n ^o > Taxas no ano n-1 [REO]	X
			Reforço da orçamentação orientada pelos objectivos do Governo	MPD / MF	3.e. Início da orçamentação por programas para inclusão no OE 2009 [MPD e MF]	OE 2008 com alguns pilotos de OP	

MACROECONOMIA E POBREZA – GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon-sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
				Execução directa do orçamento através do e-SISTAFE.	MF/ Ministérios	3.f. Pesquisa de Localização das Despesas Públicas ("PETS") executado numa base bianual [MF e MPD] 3.g. Nº de Ministérios, órgãos do Estado e UGE's [MF]	Iniciada e realizada efectivamente ao nível do MEC 25 Ministérios, órgãos e pelo menos 291 UGE's
				Desenvolvimento, ligação ao e-SISTAFE e implementação dos módulos para apoiar a execução eficiente do orçamento	UTRAFE	3.h. Módulos desenvolvidos e implementados [SISTAFE ABP06-09, revisão anual e-SISTAFE CF e Revisão Conjunta]	CUF (Payroll), Receitas
4. Aumentar a abrangência do Orçamento do Estado (pars. 133 & 179)	4.1. % de receitas próprias e consignadas no OE, sobre o total da receita inicial [OE, REO e CGE]	N/d	Por definir	Inclusão das receitas próprias e consignadas no OE	MF - ATM (DGI)	4.a. Valor de cobrança de receitas do ano presente maior que do ano anterior [OE]	X
	4.2. % de recursos externos executados pela CUT [Nota técnica do QAD dos PAPs]	N/d	60% (2007: 45%; 2008: 55%)	Inclusão da grande maioria dos fundos externos no OE.	MF - DNCP/ DNO	4.b. % de fundos externos incluídos no OE [OE e Matriz do QAD dos PAPs]	82%
5. Aumentar progressivamente as receitas internas e alargar a base tributária (pars. 487, 489 & 609)	5.1. Receitas totais em % do PIB [OE]	14.0%	16.2% (2007: 15.3%; 2008: 15.8%)	Racionalização da concessão e melhoria da gestão de benefícios fiscais	MF - ATM / MPD	5.a. Dados usados para melhoria da gestão dos benefícios concedidos [MF - ATM e MPD]	Estatísticas publicadas
				Integração da gestão de sistemas de informação na ATM no contexto do PDTI aprovado	MF - ATM	5.b. Sistema integrado da gestão de sistemas de informação na ATM no contexto do PDTI aprovado [ATM]	Desenvolvimento do núcleo do sistema integrado da ATM, incluindo da integração da infra-estrutura de TI
				Intensificação das auditorias	MF - ATM	5.c. Aumentado do nº de auditorias e melhoria da qualidade (receita anual recuperada de 0.2% do PIB) [ATM]	Por definir
6. Tornar transparente e eficiente o sistema de aquisições de bens e serviços do Estado (par. 494)	6.1. % de redução de custo de procurement. [Avaliação de impacto]	N/d	Por definir	Implementação e operacionalização do Sistema de Procurement até ao nível distrital	MF - DNPE	6.b. Sistema de Procurement operacional [MF - DNPE]	X
7. Aumentar a cobertura e eficiência dos órgãos de auditoria interna e externa (pars. 290 & 494)	7.1. % das despesas públicas auditadas pelo SCI. [Relatório Anual de Actividades do SCI]	N/d	Por definir	Aumento do nº de órgãos a nível central e provincial com unidade de controlo interno em funcionamento	IGF	7.a. % de órgãos de nível central e provincial com unidades de controlo interno em funcionamento [Relatório Anual de Actividades do Subsistema de Controlo Interno, SCI]	30

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2007

MACROECONOMIA E POBREZA – GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon-sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
	7.2. % das despesas públicas auditadas pelo TA [Relatório Anual de Actividades]	N/d	Por definir	Aumento do nº de auditorias financeiras	TA	7.b. Nº de relatórios de auditoria financeira aprovados pelo TA [Relatório Anual de Actividades]	90

PILAR I – GOVERNAÇÃO – REFORMA DO SECTOR PÚBLICO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
8. Reestruturar e descentralizar as estruturas do Governo para promover eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos (par. 283)	8.1 % do orçamento gerida pelos províncias, distritos e autarquias [UTRESP]	N/d	Por definir	Término da realização da análise funcional e a preparação dos planos de reestruturação de todos os ministérios, governos provinciais e distritais	CIRESP - UTRESP / ANFP / Instituições Públicas	8.a. Nº de Ministérios com Planos de reestruturação em implementação [Ministérios]	7 Ministérios: MIC, MINAG, MISAU, MEC, MAE, MF, MPD
9. Fortalecer a capacidade institucional dos governos locais (par. 284)	9.1 % de execução orçamental nos distritos e nas autarquias [MPD-MAE]	N/d	Por definir	Implementação da estratégia nacional de planificação e finanças descentralizadas	MPD / MF / MAE	9.a. % do orçamento transferido para: - províncias, - distritos -e autarquias* [OE]	37.70% 3.36% 0.84%
	9.2 % de técnicos médios e superiores a nível dos distritos e autarquias [MAE-MPD]	N/d	Por definir		MPD / MAE	9.b. % de distritos com Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDD) e Planos Económicos e Sociais (PES) e Orçamentos Distritais (PESOD) [Distritos]	70%
					MAE	9.c. % de Conselhos Consultivos Distritais operacionais (mínimo 3 reuniões por ano) com prestação de contas do Governo [MAE]	60%
					MPD / MAE	9.d. % de Conselhos Consultivos Distritais operacionais (mínimo 2 reuniões por ano) com prestação de contas do Governo [MPD/MAE]	100%
					MAE	9.e. % de receitas próprias (em relação ao orçamento anual) por categoria dos 33 municípios: - Vilas - Outras cidades - Capitais [Municípios]	30% 40% 45%
10. Reformular os processos de prestação de serviços para que sejam mais simples, acessíveis e satisfaçam as necessidades do cliente (par. 285)	10.1. Grau de satisfação dos cidadãos com serviços públicos chave [Inquérito anual implementado pela sociedade civil]	N/d	Por definir	Ligação à rede electrónica do Governo de todas as instituições públicas até o distrito	MAE / ANFP / MCT	10.a. Províncias e distritos ligados à rede do Governo** [MAE]	X

PILAR I – GOVERNAÇÃO – REFORMA DO SECTOR PÚBLICO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
11. Melhorar os sistemas de gestão de recursos humanos (par. 288)	11.1. % de funcionários seniores (categoria >7) com nível de formação requerida para a função [ANFP]	N/d	Por definir	Expansão da cobertura do SIFAP no âmbito da formação dos funcionários públicos.	ANFP	11.a. Nº de graduados nos cursos básicos, médios e superiores por ano desagregados por sexo [ANFP]	básicos:180 médios: 1197 superior: 352
				Desenvolvimento e implementação do Sistema de Informação de Pessoal unificado (ANFP, MF e TA)	ANFP	11.b. Anuário Estatístico sobre funcionários públicos publicado [BdPES, relatórios anuais, semestrais da ANFP, dos Ministérios e províncias]	censo e CUF
				Aprovação e implementação da política salarial e de incentivos em todas as instituições públicas	ANFP / CM	11.e. % de funcionários integrados na nova política salarial [ANF/CM]	25%
12. Fortalecer os processos de gestão das políticas públicas (par. 286)	12.1. Aprovação atempada de políticas e planos cruciais[UTRESP - MAE]	N/d	Por definir	Aprovação da Política de Descentralização	UTRESP / CM / MAE	12.b. Política de Descentralização aprovada [MAE / UTRESP]	X
				Aumento do n° de autarquias	MAE	12.c. Proposta para aumentar o número de autarquias depositada na AR [MAE]	Legislação dos critérios aprovada pelo CM e depositada na AR

Nota: *Não inclui operações financeiras no cálculo das metas.

**Metas relevantes e desagregadas poderão ser encontradas na secção dos Assuntos Transversais no domínio da ciência e tecnologia.

PILAR I – GOVERNAÇÃO – REFORMA DA JUSTIÇA, LEGALIDADE E ORDEM PÚBLICA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
13. Melhorar o acesso à justiça (par.292)	13.1. % de casos atendidos pelo serviço da assistência jurídica e judiciária em função do n° dos assistentes jurídicos disponíveis [MINJ]	N/d	Por definir	Reforma do sistema da assistência jurídica e patrocínio judiciário	MINJ	13.b. N° cumulativo de novos Assistentes jurídicos formados [MINJ]	174
					MINJ	13.c. N° cumulativo de delegações distritais do IPAJ em funcionamento [MINJ]	75
				Melhoria do funcionamento dos tribunais comunitários	MINJ	13.e. N° cumulativo de juizes presidentes dos tribunais comunitários capacitados [MINJ]	812
					MINJ / TS	13.f. N° cumulativo de novos tribunais comunitários a entrar em funcionamento [MINJ]	1587
14. Aumentar a eficiência e celeridade na provisão de serviços de justiça (par.294)	14.1. Quantidade e qualidade da informação estatística e relatórios [Instituições da administração de justiça]	Concepção do plano director	10 subsistemas implementados	Aumento da produtividade dos Tribunais	TS	14.a. Nº de casos julgados por juiz por ano [Estatísticas oficiais do TS]	150
					MINJ	14.b. % de detidos que aguardam julgamento na prisão [MINJ]	35%
	14.2. Grau de "confiança" do público na administração da Justiça (a ser averiguado através de inquéritos independentes)** [UTRESP]	N/d	70%	Expansão física dos tribunais e reforço institucional	TS	14.d. Nº de tribunais provinciais (novas construções) [Relatório Anual do TS]	3
						14.e. Nº de tribunais distritais (novas construções) [Relatório Anual do TS]	9

PILAR I – GOVERNAÇÃO – REFORMA DA JUSTIÇA, LEGALIDADE E ORDEM PÚBLICA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
						14.f. Nº cumulativo de magistrados nomeados [Relatório Anual do TS]	220
						14.g. Nº cumulativo de oficiais de justiça [Relatório Anual do TS]	757
						14.h. Nº cumulativo de oficiais de justiça [PGR]	281
						14.i. Programa de informatização dos cartórios e gestão dos processos [Relatório Anual do TS/BdPES]	X
						14.j. Nº cumulativo de juizes nomeados [Relatório Anual do TS]	220
				Modernização de serviços do registo e notariado.	MINJ	14.k. Serviços de registos e notariado informatizados - Registo comercial, civil e criminal - Registo predial e automóvel [BdPES Sectorial]	X X
				Reforço da capacidade dos serviços de inspecção judicial	CSMJ	14.l. Nº de inspecções efectuadas [CSMJ]	5
				Aumento da capacidade de monitoria de modo a monitorizar as actividades, orçamentos, resultados	CCLJ	14.m. Nº de subsistemas (software) de monitoria estabelecidos nas instituições do Sector [CCLJ]	3
				Expansão física da Procuradoria e reforço institucional	PGR	14.n. Nº de Procuradorias provinciais [Relatório Anual da PGR]	3
						14.o. Nº de Procuradorias distritais [Relatório Anual da PGR]	8
14.p. Nº cumulativo de Procuradores nomeados [Relatório Anual da PGR]	200						
<i>15. Reformar o sistema correcional de forma a garantir ao recluso um tratamento consistente com as normas e princípios internacionais dos direitos humanos (par.296)</i>	15.1. Eficiência do sistema correcional melhorada	N/d	Por definir	Unificação do sistema prisional	MINJ	15.a. Leis e regulamentos aprovados [MINJ]	X
				Melhoria das condições habitacionais do sistema prisional		15.c. Plano de reabilitação aprovado, orçamentado e em implementação [MINJ]	X
<i>16. Tornar a legislação mais adequada ao bom funcionamento da administração da justiça (par.293)</i>	16.1. Por definir	Por definir	Por definir	Aumento da capacidade institucional na iniciativa de leis	MINJ	16.c. Nº cumulativo de quadros Recrutados [MINJ]	30
<i>17. Reforçar o combate à corrupção (par. 297)</i>	17.1 % de cidadãos que afirmam ter sido vítimas de corrupção nas instituições da justiça (Pesquisa UTRESP)	N/d	Por definir	Aprovação e implementação da estratégia nacional de combate à corrupção no sector da justiça	TS / PGR	17.a. Plano Nacional de reforço da capacidade e Integridade do Judiciário [TS,PGR]	X

PILAR I – GOVERNAÇÃO – REFORMA DA JUSTIÇA, LEGALIDADE E ORDEM PÚBLICA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
				Investigação e desfecho de casos de corrupção	PGR	17.b. Nº de casos de corrupção: A) Denunciados B) Em investigação C) a- Acusados b- Não acusados (que aguardam produção de melhores provas) c- Arquivados D) Julgados [PGR]	Estatísticas publicadas
				Elaboração dos relatórios e pareceres sobre a Conta Geral do Estado (CGE)	TA	17.c. Emitidos os relatórios e o pareceres sobre a CGE [Relatório da CGE]	1
18. Reforçar a prevenção e o combate à criminalidade (par. 299)	Tempo médio entre detenção e a acusação	N/d	Por definir	Prosseguimento da reforma da Polícia de Investigação Criminal	MINT / PGR	18.a. PIC reformada [MINT]	X
				Melhoria da qualidade do serviço da Polícia de Investigação Criminal	MINT / PGR	18.b. % de casos instruídos dentro dos prazos de instrução preparatória [MINT/PGR]	50%
				Procedimento do Registo sistematizado das ocorrências	MINT / PGR	18.c. Registo sistematizado das ocorrências [MINT]	X
19. Elevar o nível de desempenho das forças policiais (par.301)	19.1. % de cidadãos que afirma confiar na polícia	N/d	Por definir	Elevação da operatividade da PRM	MINT	19.a. % de processos crimes esclarecidos [MINT]	74%

Nota: *A meta deste indicador obtém-se dividindo o número total de sentenças de todos os tribunais judiciais de província pelo número de magistrados afectos nestas instâncias.

**O indicador precisa de um refinamento em virtude da "confiança" ser um conceito relativo.

PILAR II – CAPITAL HUMANO – SAÚDE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
20. Reduzir a mortalidade infanto-juvenil (par. 428)	20.1. Taxa de mortalidade infanto juvenil [IDS]	178 por mil (2003)	140 por mil	Reforço das actividades do PAV, e principalmente a componente das brigadas móveis	MISAU - DNS	20.a. Taxa de cobertura com DPT3 e Hb em crianças aos 0-12 meses [SIMP]	95%
						20.b. % de crianças de menos de um ano de idade totalmente imunizadas [PAV]	65%
				Reforço e Expansão da Vigilância Nutricional	MISAU - DNS	20.c. N° de postos sentinelas estabelecidos e em funcionamento [Programa de Nutrição]	42
				Expansão do n° de US's que implementam a estratégia AIDI (Atenção Integrada às Doenças da Infância) ao nível primário e secundário	MISAU - DNS	20.d. % de US de nível primário em que a estratégia AIDI está implementada [Saúde Infantil]	70%
					MISAU - DNS	20.e. % de crianças menores de 5 anos com malária não complicada tratadas de acordo com as normas de tratamento da malária vigentes nas Unidades Sanitárias do país (1) [Programa da Malária]	80%

PILAR II – CAPITAL HUMANO – SAÚDE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
21. Reduzir a taxa de mortalidade materna (par. 426)	21.1. Taxa de mortalidade materna [IDS]	408 por 100000 (2003)	340 por 100000	Realização de campanhas de educação, disseminação da informação, sensibilização dos líderes comunitários e outras pessoas com poder de decisão, de maneira a aumentar a procura de cuidados obstétricos	MISAU - DNS	21.a. Taxa de cobertura de partos institucionais [SIMP]	52%
				Sensibilização e colaboração com a comunidade e ONG`s para a construção de casas de mãe espera em todas as US de referência das sedes distritais, e para gestão de bicicletas-ambulâncias	MISAU - DNS	21.b. % das US de referência localizadas nas sedes distritais em que existe uma casa de mãe espera [Saúde reprodutiva]	60%
				Aumento do nº de US`s que prestam Cuidados Obstétricos Essenciais Básicos	MISAU - DNS	21.c. Nº de US por 500 000 habitantes que prestam Serviços Obstétricos Essenciais Básicos (3) [Saúde reprodutiva]	1.9
22. Reduzir o peso da malária, sobretudo nos grupos mais vulneráveis (par. 432)	22.1. Taxa de incidência de malária em crianças menores de 5 anos de idade [Gabinete de Epidemiologia]	55 por 10000 (2001)	44 por 10000	Aumento do uso de redes mosquiteiras e insecticidas	MISAU - DNS	22.a. % da população que beneficia de pulverizações intra-domiciliárias [Programa de Malária]	40%
	22.2. Taxa de prevalência da parasitémia malárica em mulheres grávidas [MISAU-DNS]	20% (2001)	Por definir (4)	Administração do Tratamento Intermitente Preventivo nas consultas pré-natais e brigadas móveis	MISAU - DNS	22.b. % de mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos que possuem pelo menos uma REMTI em cada distrito sem pulverização [Programa da Malária]	≥95%
23. Reduzir o risco de transmissão vertical do HIV de mãe para a criança (pars. 427 & 449)	23.1. % de mulheres grávidas HIV+ que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses [Programa PTV]	5%	22%	Aumento do nº de US`s que prestam serviços de PTV	MISAU - DNS	23.a. Nº de US's com PTV expandido [Programa PTV]	250
24. Reduzir o impacto do HIV/SIDA na população (par. 451)	24.1. % de pessoas elegíveis para o tratamento que recebem o TARV (terapia anti-retroviral) combinado segundo os protocolos nacionais [Programa HIV/SIDA]	1.5%	39%	Aumento da capacidade Nacional para o diagnóstico e tratamento da SIDA	MISAU - DNS	24.a. Nº de US com capacidade para administrar o TARV [Programa HIV/SIDA]	112
					MISAU - DNS	24.b. Nº total de pessoas que beneficiam de TARV (5) [Programa HIV/SIDA]	96420
					MISAU - DNS	24.c. Nº de crianças que beneficiam do TARV pediátrico [Programa HIV/SIDA]	11820
25. Reduzir a taxa de incidência de HIV nos jovens 15 - 24 (6) (par. 449)	25.1 Taxa de prevalência nos jovens de 15-19 anos [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	5.4%	4.2%	Expansão da rede de Serviços Amigos de Adolescentes e Jovens (SAAJ) para as US mais periféricas	MISAU - DNS	25.a. Nº de US com SAAJ [Programa SEA]	250
	25.2. Taxa de prevalência nos jovens de 20-24 anos [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	13.9%	10.4%	Expansão do número de SAAJ`s com capacidade para oferecer serviços de Aconselhamento e Testagem em Saúde	MISAU - DNS	25.b. Nº de SAAJ`s com serviços ATS [Programa SEA]	90
26. Reduzir a iniquidade no acesso e consumo de serviços de saúde de	26.1. % da população com fácil acesso à 1 US, ou seja, reside à menos de 30 minutos (8) [IAF]	36%	45%	Reabilitação, refuncionalização e construção das novas US`s na rede primária e secundária	MISAU - GACOPI	26.a. Nº das US`s da rede primária e secundária reabilitadas, refuncionalizadas, promovidas ou construídas	105

PILAR II – CAPITAL HUMANO – SAÚDE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
qualidade (par. 103)						[Programa SEA]	
	26.2. Rácio de consultas externas por habitante entre os distritos rurais e urbanos (10) [MISAU-DPC]	1; 1,64	1; 1,2	Expansão do acesso aos cuidados de saúde	MISAU - DPC	26.b. Consultas externas por habitante [Balanço do PES]	1.1
	26.3. % das US's de nível I e II que funcionam com recursos básicos [Relatório DAM/DPC 2007]	Por definir (11)	Por definir (11)	Formação, colocação e manutenção do pessoal nas US's de nível I e II, de acordo com o quadro tipo	MISAU - DRH	26.c. % de US's de nível I e II que funcionam com o quadro tipo de pessoal [Relatório Anual DAM/DPC]	Por definir (11)
				Equipamento das US's de nível I e II, de acordo com a carga tipo	MISAU - DNS	26.d. % das US's de nível I e II que obedecem a carga tipo [Relatório Anual DAM/DPC]	Por definir (11)
Equipamento das US's de nível I e II com serviços básicos (em particular água e energia)				MISAU - DNS	26.e. % das US's de nível I e II equipadas com serviços básicos (esp. água e energia) [Relatório Anual DAM/DPC]	30%	

Nota: (1) Uma das grandes preocupações do sector em relação a malária tem sido o facto de que muitas crianças não são tratadas de acordo com as normas de tratamento estabelecidas ao nível nacional, e por isso um dos objectivos do programa da malária é reverter. (2) Taxa de cobertura de partos institucionais em 2005 no texto (par. 426) = 48% o que é o dado disponível na altura em que foi elaborado o texto. O valor actualizado e correcto é 49%. (3) Este representa um indicador de funcionamento das Unidades Sanitárias, e não apenas dos serviços que existem. A meta para 2009 foi definida com vista a alcançar um montante de 4 por 500.000 habitantes em 2015, de acordo com as recomendações da OMS. (4) Este indicador é fundamental para o sector e a meta será definida até o final de 2007, no âmbito da Estratégia de Combate a Malária do Sector. (5) Esse indicador agrega também o numero de crianças referidas no indicador imediatamente abaixo. (6) O texto do PARPA II inclui jovens 15-19 anos (par.449). Entretanto, para a matriz estratégica, foi decidido escolher um grupo alvo mais abrangente, nomeadamente os jovens 15-24 anos. Além disso, a taxa de prevalência é utilizada como um proxy para para medir a taxa de incidência. (7) As metas escolhidas no âmbito do HIV/SIDA provem do PEN/SIDA 2004-2008. Entretanto, seguindo a reunião nacional de reflexão sobre o HIV/SIDA que decorreu em Março 2006, o sector prevê que estas metas ainda poderão alterar. (8) Sub-entende-se que são 30 minutos a pé. (9) Foram considerados distritos urbanos as capitais provinciais. Os Hospitais Provinciais foram excluídos do cálculo, para evitar distorções nos resultados. (10) Montante cumulativo. Meta para 2009 provem do Programa Quinquenal do Governo. Entretanto, esta poderá ser revista em função no novo Plano Integrado de Desenvolvimento da Rede Sanitária a ser elaborado pelo sector em 2007. (11) Para definir os valores de base no que diz respeito a % de US que funcionam com recursos básicos, assim como a % de US que obedecem a carga e quadro tipo de pessoal, um inquérito será realizado no I Semestre de 2007 e uma base de dados criada. As metas para os anos seguintes serão definidas com base nos resultados deste inquérito, dando prioridade ao nível primário.

PILAR II – CAPITAL HUMANO – EDUCAÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
27. Reduzir a taxa de analfabetismo (par. 398)	27.1. Taxa de Analfabetismo [Censo e Inquéritos]	53% (2004)	43%	Implementação da Estratégia de alfabetização e Educação de Adultos, Alfabetização com recurso à rádio	MEC	27.a. N° de adultos que concluem o curso de Alfabetização [MEC]	220000
28. Garantir a escolarização universal de qualidade (par. 400)	28.1. Taxa líquida de escolarização EP (1+2) - Total [Estatísticas MEC]	83%	93%	Construção de escolas a nas comunidades	MEC	28.a. N° de novas salas construídas para escolas [Estatísticas MEC]	1425
	28.2. Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe - Raparigas [Estatísticas MEC]	56%	80% (2007: 67%; 2008: 73%)	Recrutamento de professoras	MEC	28.b. % de professoras contratadas anualmente [Estatísticas MEC]	37%
	28.3. Taxa de conclusão EP2 - Raparigas [Estatísticas MEC]	28%	50% (2007: 27%; 2008: 40%)	Distribuição do livro escolar EP	MEC	28.c. Livros por aluno e por disciplina [Estatísticas MEC]	1
				Aumento da proporção de professores com formação pedagógica	MEC	28.d. % de novos professores contratados com formação inicial [Estatísticas MEC]	65%
	28.4. Rácio alunos por professor no EP1 [Estatísticas MEC]	74	67 (2007: 71; 2008: 69)	Contratação de novos professores	MEC	28.e. N° de novos professores contratados [Estatísticas MEC]	10000
			Redução de professores a leccionar 2 turnos no EP1	MEC	28.f. % de professores a leccionar 2 turnos no EP1	42%	

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2007

PILAR II – CAPITAL HUMANO – EDUCAÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
						[Estatísticas MEC]	
	28.5. Taxa bruta de escolarização no ES1 profissionalizante [Estatísticas MEC]	21%	30%	Revisão e implementação da Estratégia do Ensino Secundário	MEC	28.g. Estratégia revista e implementada a partir de 2007 [Estratégia do Ensino Secundário e Balanço do PES sectorial]	X

PILAR II – CAPITAL HUMANO – ÁGUA E SANEAMENTO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
29. Aumentar o acesso da população à água potável nas zonas rurais (par. 455)	29.1. % da população com acesso à água potável (zonas rurais) [relatórios anuais das DPOPH e das empresas das águas]	41%	53%	Construção de novas fontes dispersas	DNA / DPOPH's	29.a. Nº de novas fontes dispersas construídas [Relatórios anuais das DPOPH]	1055
				Reabilitação das fontes dispersas	DNA / DPOPH's	29.b. Nº de fontes reabilitadas [Relatórios anuais das DPOPH]	805
				Reabilitação dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA's)	DNA / DPOPH's	29.c. Nº cumulativo de PSAA's reabilitados [Relatórios anuais das DPOPH]	15
30. Aumentar o acesso da população à água potável nas zonas urbanas (par. 455)	30.1. % da população com acesso à água potável (zonas urbanas) [relatórios anuais das DPOPH e das empresas das águas]	37%	53%	Estabelecimento de novas ligações domésticas	DNA / FIPAG	30.a. Nº de ligações domiciliárias estabelecidas [Relatórios anuais do FIPAG]	2500
				Reabilitação dos fontanários existentes	DNA / FIPAG	30.b. Nº de fontanários públicos reabilitados [Relatórios anuais do FIPAG]	45
				Construção de novos fontanários	DNA / FIPAG	30.c. Nº de fontanários públicos construídos [Relatórios anuais do FIPAG]	105
31. Aumentar o acesso da população ao serviço de saneamento nas zonas urbanas (par. 455)	31.1. % da população com acesso a serviço de saneamento (zonas urbanas) [IDS]	38%	40%	Reabilitação do sistema de saneamento nas zonas peri-urbanas	DNA / Municípios	31.b. Nº de latrinas melhoradas [Relatórios anuais da DNA]	8000
32. Aumentar o acesso da população ao serviço de saneamento nas zonas rurais (par. 455)	32.1. % da população com acesso a serviço de saneamento (zonas rurais) [Inquéritos realizados pelo INE]	35%	37%	Elaboração e implementação dos guíões técnico, social e institucional	DNA	32.b. Nº cumulativo de províncias com unidades de demonstração [Unidades de demonstração]	3

PILAR II – CAPITAL HUMANO – HABITAÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
33. Assegurar o acesso a terra e infra-estruturas para habitação através da implementação de programas de urbanização (par. 477)	33.1. Nº de agregados sem talhão para habitação [IAF/QUIBB]	20%	18%	Apoio técnico aos órgãos locais na implementação de planos parciais de ordenamento do solo	MOPH	33.a. Nº de órgãos locais assistidos em acções de ordenamento do solo [Relatórios Anuais da DNHU]	22
						33.b. Nº de talhões demarcados [Relatórios Anuais da DNHU]	13482
34. Garantir a durabilidade da habitação através da	34.1. % de famílias com acesso a habitação adequada	40%	50%	Apoio da instalação de centros de recursos para construção habitacional, incluindo formação de extensionistas	DNHU / DPOPHs	34.a. Nº de centros instalados [Relatórios Anuais da DNHU]	2
						34.b. Nº de extensionistas formados	24

PILAR II – CAPITAL HUMANO – HABITAÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
<i>implementação de programas de melhoria habitacional (Par.479)</i>	[IAF/QUIBB]			rurais		[Relatórios Anuais DNHU]	

PILAR II – CAPITAL HUMANO – ACÇÃO SOCIAL

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
<i>35. Proteger e atender os grupos populacionais em situação de vulnerabilidade (crianças, mulheres, pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas) (pars. 463, 465, 467 e 469)</i>	35.1. Nº de pessoas em situação de vulnerabilidade beneficiando dos programas de Protecção Social [Relatórios periódicos do PES/OE com dados desagregados por Programa e Grupo Alvo]	N/d	851337 (Cumulativo, 2006 - 2009)	Implementação e expansão dos programas de Protecção Social (Apoio Social Directo, Subsídio de Alimentos, Benefício Social Pelo Trabalho, Programa de Geração de Rendimentos, Programa de assistência institucional à Criança, pessoa Idosa e Pessoa portadora de deficiência)	DPMAS / INAS	35.a. Nº de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar beneficiando de programas de protecção social [Relatórios periódicos do PES com dados desagregados por programa e grupo alvo]	120437
	35.2. Nº de crianças vulneráveis recebendo assistência [Relatórios periódicos do PES/OE - MMAS]	564	1784	Localização e integração das crianças em situação de vulnerabilidade junto das suas famílias ou em famílias substitutas	DPMAS / INAS / OSCs	35.b. Nº de crianças reintegradas em famílias [Relatórios periódicos do PES/OE - MMAS]	250
		10%	30%	Prestação de assistência às crianças e famílias que integram crianças em situação de vulnerabilidade.	DPMAS / INAS	35.c. % de Crianças recebendo assistência: Saúde, Educação, Apoio Legal (registro de nascimento), Apoio Financeiro, Apoio psicossocial, Apoio Alimentar e Nutricional [Relatórios anuais de MMAS]	20%
	35.3. Nº de pessoas portadoras de deficiência vulneráveis recebendo assistência em meios de compensação [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	1105	8485	Atribuição de meios de compensação às pessoas portadoras de deficiência sem recursos próprios para adquiri-los	DPMAS / INAS / OSCs	35.d. Nº de pessoas portadoras de deficiência que foram atribuídas meios de compensação [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	1650
	35.4. Nº de pessoas desamparadas (crianças, pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas) beneficiando do atendimento institucional [Periódicos do PES/OE - MMAS]	597	2127	Atendimento às pessoas portadoras de deficiência em centros de transito.	MMAS / INAS	35.e. Nº pessoas portadoras de deficiência atendidas em centros de trânsito [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	380
		242	2172	Atendimento às pessoas portadoras de deficiência em instituições de ensino especial.	DPMAS / INAS / DPEC	35.f. Nº de pessoas portadoras de deficiência atendidas em instituições de ensino especial [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	470
		858	3178	Atendimento às pessoas idosas em centros de apoio à velhice	DPMAS / INAS / OSCs	35.g. Nº de pessoas idosas atendidas em centros de apoio à velhice [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	600
		2190	9290	Atendimento às crianças desamparadas em infantários	DPMAS / INAS /	35.h. Nº de crianças desamparadas atendidas em	1800

PILAR II – CAPITAL HUMANO – ACÇÃO SOCIAL

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
					OSCs	infantários [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – SECTOR FINANCEIRO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	
<i>36. Reforçar a regulamentação e supervisão do sistema financeiro para minimizar os riscos de crises financeiras e crimes financeiros (par. 500)</i>	36.1 Credito ao sector privado como % do PIB [BM]	13,9%	Por definir	Inspeção on-site e off-site e produção de relatórios pelo BM	BM	36.a. % dos bancos cumprindo as normas e as IAS/IFRS [BM]	100%	
	36.2. Evitado o uso do sistema bancário para transacções ilícitas; um sistema bancário transparente com elevada responsabilidade e deontologia [BM]	Existência da Lei 7/2002 - sobre a lavagem de dinheiro		Ocorrência de transacções ilegais através do sistema financeiro minimizada	Controlo eficaz dos limites reguladores (cf. Lei Cambial) bem como o propósito e objectivo dos fundos a serem transferidos nas transacções	BM	36.b. Controle dos limites e finalidades das transacções financeiras conforme fixado na Lei [BM]	X
					Elaboração dos procedimentos de inspeção virados para lavagem de dinheiro e medidas adequadas tomadas com base nos relatórios de inspeção	BM	36.c. Aprovação e implementação dos procedimentos [BM]	Aprovação de procedimentos
<i>37. Melhorar o sector de seguros e protecção social (par. 503)</i>	37.1. Sector de seguros competitivo, transparente e que cumpra com os padrões internacionais [IGS]	Diplomas legais a serem aprovados	Aprovados todos os diplomas legais previstos na Matriz	Elaboração de: Regulamento sobre Fundos de Pensões Privadas (Particulares), propostas de lei de contrato de seguro; Revisão do regime de garantias financeiras e elaboração de um plano de transição para os IRFS.	IGS	37.a. Submissão ao Conselho de Ministros / Parlamento [Publicações em BR]	Revisão do regime de garantias financeiras. Regulamento sobre os fundos de pensões privados	
	37.2. Sustentabilidade do sistema de segurança social garantida [INSS]	Concurso para a selecção dos consultores para a realização do estudo actuarial e fortalecimento do sistema	Lei de protecção social implementada	Realização do estudo actuarial e desenho da estratégia de investimentos e elaboração de diplomas regulamentares	INSS	37.b. Estudo concluído estratégia de investimento em implementação, regulamentos em vigor e recomendações implementadas. Relatório do estudo actuarial periódicos e de avaliação do grau de implementação. [INSS]	Realização do estudo actuarial e elaboração da estratégia de investimento	

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – SECTOR FINANCEIRO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
				Alargamento da Cobertura a outras categorias de trabalhadores (âmbito pessoal) e do leque de benefícios (âmbito material)	INSS / MITRAB	37.c. % de crescimento em termos de nº de novos trabalhadores inscritos no Sistema de Segurança do leque de benefícios [Relatório Anual do INSS]	14.20%

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – SECTOR PRIVADO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
38. Melhorar o ambiente de negócios (par. 495)	38.1. Doing Business Ranking [Relatório Anual do Banco Mundial]	110	70	Simplificação dos procedimentos para se começar um negócio	MINJ / MIC	38.a. Nº de dias para se começar um negócio [Relatório Anual do Banco Mundial "Doing Business Annual Report"]	60
				Simplificação do sistema de procedimentos de licenciamento de actividades económicas nos Ministérios	MIC (Grupo Inter-Ministerial)	38.b. % de procedimentos simplificados [MIC - GASP e Grupo Interministerial]	50%
				Adopção e adaptação de normas internacionais (ISO) e regionais de acordo com a s necessidades do sector privado	INNOQ / Sector Privado	38.d. Normas aprovadas [INNOQ]	48
				Simplificação dos procedimentos para fazer uma importação e exportação	CSTA / Banca / Ministérios / IPEX	38.e. Nº de dias [Doing Business]	25
39. Criar o emprego (pars. 556 e 497)	39.1. Nº de empregados no sector formal [MITRAB]	570000	900000	Aprovação e implementação duma Lei de trabalho flexível	MITRAB	39.a. Custo da contratação e despedimento dos trabalhadores* [Doing Business Posição]	80
40. Aumentar a participação do empresariado nacional no sector de Recursos Minerais (par. 550)	40.1. Nº de operadores privados nacionais no sector mineiro [MIREM]	390	1000	Realização de estudos geológicos	MIREM	40.a. Nº de estudos [MIREM]	Por definir
				Formação de operadores mineiros nacionais	MIREM	40.b. Nº cumulativo de operadores mineiros nacionais treinados [MIREM]	17
				Aumento do numero de contratos	MIREM	40.c. Nº cumulativo de contratos negociados de novos blocos [MIREM]	8
41. Desenvolver e posicionar Moçambique como destino turístico de classe mundial (par. 547)	41.1. Nº de noites passadas em Moçambique [MITUR]	N/d	Por definir	Promoção de negócios locais através de concessão de fundos locais, demarcação de terras comunitárias, estabelecimentos de infra-estruturas mínimas e mecanismos de gestão	MITUR	41.a. % de empresas locais nas principais áreas do turismo	Estabelecimento de infra-estruturas nas ACTF's. (30%). Demarcação (5%)
				Reabilitação e reorganização das áreas de conservação do pais	MITUR / MICOA	41.b. Reabilitada e reorganizadas [MITUR/MICOA]	X
42. Pesca Artesanal: Melhorar o nível de vida das comunidades pesqueiras e gerir a exploração sustentável dos recursos (par. 542)	42.1. Nível de abastecimento do mercado interno com o pescado nacional em toneladas [IDPPE]	100 mil	115 mil	Criação e/ou reabilitação das infra-estruturas de apoio	IDPPE	42.a. Nº de fábricas de gelo construídas [IDPPE]	1
					IDPPE	42.b. Nº de desembarcadores construídos [IDPPE]	1
43. Pesca Comercial: Melhorar a competitividade e sustentabilidade da pesca comercial (par. 544)	43.1. Valor das exportações em milhões de USD [IDPPE]	90	115	Experiência e divulgação de técnicas melhoradas de conservação e processamento de pescado artesanal	IDPPE	43.a. Centros de pesca cobertos com a rede de extensão pesqueira [IDPPE]	25
				Incentivo a distribuição e comercialização de pescado e de insumos de pesca	IDPPE	43.b. Mercados de peixe construídos /reabilitados [IDPPE]	1
				Disseminação de informação sobre os mercados de pescado e de insumos de	IDPPE	43.c. Divulgada informação comercial expandida dos actuais	19

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – SECTOR PRIVADO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
				pesca		13 distritos para 25 [IDPPE]	
				Expansão das áreas de aquacultura (camarão e algas)	MP - DAQ / Sector privado	43.d. O volume das exportações de aquacultura comercial crescendo das actuais 630 para 2,000 toneladas anuais [IDPPE]	1000
44. Criar o emprego (pars. 556 e 497)	44.1. Nº de empregados totais no sector formal [Inquérito MITRAB]	1800	14300	Formações viradas para o auto-emprego	MITRAB	44.a. Nº de formados cada ano [MITRAB]	2500

Nota: *Depende da aprovação da lei.

AR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – AGRICULTURA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
45. Aumentar o acesso a tecnologias e a informação de extensão (par. 531)	45.1. % de explorações assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia [TIA]	28%	36%	Divulgação e disseminação das tecnologias agrárias	MINAG - Extensão Agrária	45.a. N° cumulativo total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão, incluindo subcontratação. [REL]	222300
				Avaliação, geração e transferência das tecnologias agrárias adaptadas as diferentes zonas agro-ecologicas	MINAG - IIAM (Investigação)	45.b. N° de variedades de culturas novas libertas [REL]	4
46. Promover a construção e reabilitação das infra-estruturas agrárias (par. 531)	46.1. % de explorações agrárias que usam técnicas de rega [TIA]	6%	8%	Construção e reabilitação de infra-estruturas de captação de água para o sector agrário	MINAG - Serviços Agrários	46.a. N° de novos ha de regadio reabilitados com fundos públicos e colocados sob gestão dos beneficiários [REL]	4000
47. Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos pecuários (p. 531)	47.1. % de explorações agrárias que utilizam pelo menos um insumo pecuário (vacinação) [TIA]	3%	4%	Realização de campanhas de sanidade animal	MINAG - Autoridade veterinária	47.a. N° cumulativo de vacinações contra Newcastle [REL]	2700000
48. Melhorar o acesso a informação e mercados agrários (par. 531)	48.1. % de explorações agrárias com acesso a informação sobre preço de mercados via rádio [TIA]	30%	38%	Promoção dum serviço de informação sobre oportunidades de mercado	MINAG - Direcção de Economia	48.a. N° cumulativo de horas de programa de rádio difundindo informações de mercado [REL]	173
				48.2. % de explorações agrárias com pelo menos um membro associado [TIA]	6%	7%	Apoio e capacitação de organizações de produtores
49. Promover o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor (par. 531)	49.1. Valor das exportações agrárias caju, algodão e açúcar (milhões de USD) [REL]	95.5	110	Estabelecimento do quadro de padrões de qualidade e normas de certificação sanitária e fitossanitária para um mercado competitivo	MINAG - Departamento de Sanidade Vegetal e Animal / MIC - INNOQ	49.a. N° de licenças e certificados sanitários e fitossanitários emitidos [REL]	3000
50. Melhorar o acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o	50.1. % de explorações agrárias com prova documental de ocupação	1.20%	1.70%	Inventariação, mapeamento cadastral da ocupação, uso e aproveitamento da terra	MINAG - Terras e Florestas	50.a. % de processos tramitados e registados em 90 dias [MINAG]	90%

AR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – AGRICULTURA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon-sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
<i>uso e gestão sustentável</i> (par. 533)	[MINAG]					50.b. Nº de comunidades locais delimitadas e registradas no atlas cadastral [REL]	220
<i>51. Melhorar a fiscalização da exploração dos recursos naturais</i> (par. 533)	51.1. Nº de transgressões florestais e faunísticas reduzido [MINAG]	1100	660	Fiscalização do cumprimento da legislação sobre recursos naturais	MINAG - Terras e Florestas	51.a. Área média coberta por fiscal [REL]	1128

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – INFRAESTRUTURAS – ESTRADAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon-sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
<i>52. Melhorar a transitabilidade</i> (par. 570)	52.1. % de estradas em condições boas e razoáveis* [Relatório da ANE]	71%	78% (2007: 76%; 2008: 77%)	Reabilitação e manutenção da rede nacional de estradas	MOPH	52.a. % de Km de estradas [Relatório da ANE]	76%

Nota: * Boa condição = pode circular a 80km/h em segurança; condição razoável = pode circular a 40-50km/h em segurança.

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – INFRAESTRUTURAS – ENERGIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon-sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
<i>53. Melhoramento da produtividade no sector de energia</i>	53.1. Redução de Perdas de Distribuição [ME]	Falta dum sistema de monitorização	Um sistema de monitorização eficaz incluindo recursos alocados	Elaboração: de plano operacional, do regulamento e programas de monitoria aos operadores (CENELEC operacional)	CENELEC / ME	53.a. Relatórios sobre a eficiência dos operadores do sector e avaliação do CENELEC [ME]	Avaliação do cumprimento do contrato de EDM pelo CENELEC
<i>54. Expansão dos serviços de energia para uso doméstico</i>	54.1 % de pessoas com acesso sustentável aos serviços de energia moderna [ME]	7%	10%	Expansão da rede nacional	EDM / ME	54.a. Nº de novas pessoas conectadas à rede [ME]	400000
<i>55. Expansão dos serviços de energia para saúde e educação</i>	55.1. Nº de novas instituições com acesso sustentável aos serviços de energia moderna fora da rede [ME]	Projectado Piloto, lançado o concurso para implementação do projecto	500	Análise da estrutura tarifária existente, subsídios, políticas e opções com vista a promoção do interesse dos investidores, redução de custos e implementação dum sistema de manutenção	FUNAE / ME	55.a. Nº de hospitais e escolas que possuem acesso aos serviços de energia moderna, e com contratos de manutenção para as sistemas isoladas [ME]	300

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – GÉNERO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon-sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
56. Promover a igualdade de Género e fortalecimento do poder da mulher (pars. 192 e 193)	56.1. Género integrado no processo de planificação [PES, BdPES]	0%	100%	Inclusão no PES/OE e BdPES dos assuntos de género identificados no PARPA	Ministérios identificados (em coordenação com MMAS e MPD)	56.d. PES/OE e BdPES reflectindo as acções, orçamentos e progressos no âmbito do género. [BdPES/OE sectorial e avaliação conjunta do MMAS]	MMAS, MISAU, MEC, MINAG, MINT, MOPH e MPD.

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – HIV/SIDA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon-sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
57. Reforçar as capacidades de gestão e de coordenação e envolver toda a sociedade no combate ao epidemia (par. 200)	57.1. Índice Compósito da resposta nacional [Sistema de M&A da Resposta Nacional]	82%	95%	Apoio aos sectores a elaborar e implementar planos de combate ao HIV/SIDA dentro do sector	CNCS	57.a. % das OSC e instituições do sector público e privado formadas na gestão de programas direccionados ao combate ao HIV/SIDA [Dados do CNCS]	55%
58. Reduzir o Estigma e Discriminação ligados ao HIV/SIDA	58.1. % de pessoas de 15 a 49 anos que expressam aceitar atitudes para com pessoas vivendo com HIV/SIDA [INE/IDS]	8% das mulheres (entre 15 e 49 anos) e 16% dos homens (entre 15 e 49 anos)	60%	Implementação da estratégia nacional de comunicação do CNCS	CNCS	58.a. Por definir	Por definir
59. Prevenir a transmissão do HIV (pars. 193 & 449)	59.1. % de jovens de 15 a 24 anos que são sexualmente activos reportam ter usado preservativo no ultimo contacto sexual com um parceiro irregular [INE/IDS]	29% mulheres jovens (entre 15 e 24 anos) e 32% dos homens jovens (entre 15 e 24 anos)	60%	Distribuição de preservativos, implementação da estratégia nacional de comunicação do CNCS e expansão dos serviços de prevenção da transmissão vertical	CNCS/MISAU	59.a. % (e número) de mulheres grávidas HIV positiva que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses para reduzir o risco de transmissão vertical de mãe para filho [MISAU]	13% (22500)
60. Melhorar a qualidade de vida das pessoas infectadas e afectadas (par. 200)	60.1. Rácio de crianças órfãs (6 - 17 anos) e não órfãs no ensino escolar [Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS)]	0.8	1	Garantia de suporte material, nutricional, moral, psicossocial aos COV's	CNCS / MMAS	60.a. % de COV's abrangidos pelo Plano de Acção para as COV's com acesso a pelo menos três serviços básicos nos dois meses anteriores [MMAS]	20%

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – AMBIENTE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon-sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
61. Melhorar o planeamento e ordenamento territorial (par. 205)	66.1. Reduzido o nº de pessoas vivendo em assentamentos informais e áreas de risco [Balanço do PES sectorial]	75% da população vivendo em assentamentos informais e áreas de risco	% da população vivendo em assentamentos informais e áreas de risco	Elaboração e aprovação de planos distritais de uso de terra	MICOA / MPD	61.a. Nº cumulativo de planos estratégicos distritais de desenvolvimento (PEDD) com a componente espacial integrada (uso de terra) elaborados e aprovados [Balanço do PES Sectorial]	26
				Elaboração de Planos de Requalificação dos assentamentos informais nas cidades de Maputo, Tete e Xai-Xai;	MICOA	61.c. Número cumulativo de plano de requalificação urbana elaborados, aprovados e em implementação [Balanço do PES Sectorial]	2

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – AMBIENTE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon-sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
62. Assegurar a transversalidade da gestão ambiental no país (par. 209)	62.1. Integração das questões ambientais nos sectores chave da economia e municípios [Balanço do PES sectorial]	Ambiente integrado em alguns sectores	Ambiente totalmente integrado em todos os sectores chave da economia e municípios	Aprovação e divulgação da Estratégia Ambiental para Desenvolvimento Sustentável (EADS)	MICOA / Sectores / Municípios / Sociedade Civil	62.b. Nº de unidades ambientais criadas [Balanço do PES Sectorial]	13

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon-sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
63. Garantir que todos os cidadãos tenham a todo o momento, acesso físico e económico aos alimentos necessários, de modo a que tenham uma vida activa e saudável (par. 210)	63.1. Peso para altura para crianças menores de 5 anos (desnutrição aguda) [IAF/IDS]	4%	taxa estável entre 0-5%	Monitoria e avaliação da SAN crónica e aguda; recomendar sectores sobre acções prioritárias de SAN	SETSAN	63.a. SAN incluída em todos os planos de acção sectoriais e multisectoriais (PES,PEDD) - plano de acção segurança alimentar e nutricional (PASAN) [SETSAN]	X
	63.2. % de população com qualidade de dieta aceitável [Dados do SETSAN]	7%	15%				
64. Estruturar uma intervenção multisectorial e interinstitucional abrangente (par. 218)	64.1. SETSAN eficiente e eficaz no cumprimento das funções [Balanço do Cumprimento do Plano Estratégico]	Falta de eficiência, sobretudo nas províncias	Eficiente e eficaz	Elaboração e aprovação de um quadro legal do SETSAN a nível nacional	SETSAN, Conselho de Ministros	64.a. Elaborado e aprovado [Boletim da Republica]	X
				Lei e Regulamento para Direito Humano para uma Alimentação Adequada (DHAA) submetida pela aprovação da AR	SETSAN	64.b. Regulamento submetido [Regulamento de Lei DHAA]	X

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon-sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
65. Promover o desenvolvimento dos Recursos Humanos a todos os níveis nas áreas de Ciência e Tecnologia (par. 224)	65.1. Nº de moçambicanos em formação nos graus de mestre e doutorado nos domínios de ciência e tecnologia [Balanço do PES Sectorial]	660	1715	Concessão de Bolsas para mestrados e doutorados	MCT	65.a. Nº cumulativo de moçambicanos enviados para formação avançada em C&T [Balanço do PES Sectorial]	1187
66. Promover a investigação e inovação de subsistência e o uso de C&T pelas comunidades pobres e desfavorecidas (par. 220)	66.1. Nº de comunidades capacitadas no uso de Tecnologias apropriadas para resolução de problemas locais. [Balanço do PES Sectorial]	8	32	Organização de expedições científicas às zonas rurais	MCT	66.a. Nº cumulativo de comunidades visitadas por ano [Balanço do PES Sectorial]	24
67. Promover o uso das TIC's para a redução da pobreza e crescimento económico (par. 227)	67.1. População (rural e urbana) com acesso e conhecimento básicos em Tecnologias de Informação e Comunicação [Balanço do PES Sectorial]	8.40%	22%	Expansão de rede de Governo Electrónico	MCT	67.a. Nº cumulativo de instituições do Estado ligado a rede de Governo Electrónico no nível central [Balanço do PES Sectorial]	70
					MCT	67.b. Nº cumulativo de instituições do Estado ligados a rede do Governo ao nível provincial [Balanço do PES Sectorial]	250

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
					MCT	67.c. Nº cumulativo de instituições do Estado para rede de Governo Electrónico ao nível municipal e distrital [Balanço do PES Sectorial]	50
				Expansão de rede de pontos de acesso a Internet	MCT	67.d. Nº cumulativo de distritos com pontos de acesso a Internet para as comunidades [Balanço do PES Sectorial]	32
				Implementação da estratégia do acesso Universal às TIC's	MCT	67.e. % cumulativa de utilizadores de rede móvel e fixa [Balanço do PES Sectorial]	13.10%

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – DESENVOLVIMENTO RURAL

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
<i>68. Aumentar a competitividade e a acumulação da economia rural (par. 237)</i>	68.1 Renda média rural per capita [Relatórios de monitoria da EDR-IAF]*a negociar com o INE	USD 263	USD 310	Coordenação do processo de implementação das Agências de Desenvolvimento Económico Local	MPD - DNPDR	68.a. Nº cumulativo de Agências de Desenvolvimento Económico e financeiro Local em funcionamento [Relatórios monitoria DNPDR]	8
				Expansão a todo o país da experiência do Programa de Apoio a Mercados Agrícolas (PAMA)	MPD - DNPDR	68.b. Nº cumulativo de províncias com um Programa de Apoio a Mercados Agrícolas [Relatórios monitoria DNPDR, PAMA]	8
				Facilitação do registo das associações agro-pecuárias	MPD - DNPDR	68.c. Nº cumulativo de associações legalizadas em funcionamento sustentável [Relatórios monitoria DNPDR]	50
				Promoção da Comunicação Rural	MPD - DNPDR / ICS - RM	68.d. Nº cumulativo de rádios e televisões comunitárias em funcionamento [Relatórios monitoria DNPDR]	16
<i>69. Criar um ambiente favorável para o exercício da actividade financeira rural (par. 235)</i>	69.1. % da população rural com acesso ao crédito [Relatórios monitoria DNPDR]	5%	Por definir	Aprovação e implementação em todo o país da política e estratégia de finanças e micro finanças rurais	MPD - DNPDR / FARE	69.a. Nº cumulativo de instituições financeiras e micro financeiras rurais que adoptam a política e estratégia do sector aprovada com sucesso [Relatórios monitoria DNPDR, FARE]	35
				Divulgação das políticas e coordenação das actividades das instituições financeiras e actualização do banco de dados sobre a carteira de clientes	MPD - DNPDR / FARE	69.b. Nº cumulativo de clientes de instituições micro financeiras [Relatórios monitoria DNPDR, FARE]	125000

Nota: *Número de instituições financeiras rurais que adoptam a política e estratégia de finanças rurais.

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – CALAMIDADES

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
<i>70. Reduzir o impacto negativo das calamidades (par. 244)</i>	70.1. Nº de pessoas assistidas pela UNAPROC [Balanço do PES]	0	Por definir	Estabelecimento duma Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC)	INGC / MINT / MDN / MISAU / CVM	70.a. Nº de centros de treino e de busca e socorro criados [Balanço do PES]	2
						70.b. Nº de membros da UNAPROC formados [Balanço do PES]	Por definir

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – DESMINAGEM

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007
<i>71. Assegurar maior liberdade de circulação humana e disponibilidade de terra para sua utilização (par. 251)</i>	71.1. Aumento de áreas clarificadas ou desminadas [Dados do IND]	30 milhões de m2	50 milhões de m2	Redução da área suspeita	IND	71.a. Área cumulativa suspeito, milhões m2 [Dados do IND]	86
				Coordenação das actividades de desminagem e da destruição dos engenhos não explodidos localizados	IND	71.b. Área cumulativa clarificada, milhões de m² [Dados do IND]	30